Pissurlekar

Oferta do Govêrno Geral
de Moçambique

MOÇAMBIQUE

DOCUMENTÁRIO TRIMESTRAL

MOÇAMBIQUE

DOCUMENTÁRIO TRIMESTRAL

N.º 34 — ABRIL — MAIO — JUNHO — 1943

S U M Á R I O

OS HOLANDESES NO RIO DA LAGOA (continuação do n.º 30).

MISSÕES CATÓLICAS DE MOÇAMBIQUE (S. BENEDITO DOS MUCHOPES).

O REGIME MUNICIPAL EM LOURENÇO MARQUES, pelo Dr. Alfredo Rodrigues dos Santos.

CULICINI (DIPTERA, NEMATOCERA) DA COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE, por Dr. António Rebêlo e Mário de Carvalho Pereira.

AÇÚCAR DE MOÇAMBIQUE (INCOMATI ESTATES, LIMITED), por Armando Andrade Costa.

CRÓNICA DO TRIMESTRE

1750 P

IMPRENSA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE
LOURENÇO MARQUES
1943

OS HOLANDESES

NO RIO DA LAGOA

(Continuado do n.º 30)

Tradução de W. MULDER

Notas de C. MONTEZ

EXTRACTO DO DIÁRIO MANTIDO NA FORTALEZA DA LAGOA

SÁBADO, 29 de Dezembro de 1725, céu anuviado, com uma aragem da terra, manhã calma. Chegaram alguns indígenas da região de Paraotte, com ouro em pó, que comprámos. Tendo-lhes nós preguntado a distância daqui à terra dêles, disseram que era de 7 jornadas e que na terra dêles se encontram ouro, cobre e dentes de elefante. Disseram, ainda, que Paraotte, Machicosje, Chiremandelle e Inthowelle (1) são terras adjacentes e o capitão ou chefe de todas é Inthowelle. Um preto de Paraotte que é, segundo êles, um capitão chamado Pangele Inthowisse, à nossa pregunta sôbre se ouvira falar de Monomotapa, respondeu que sim, que foi lá, onde é negociado muito ouro levado para lá da sua e de outras regiões; diz que a distância da sua terra a Monomotapa é de 10 jornadas. Êle chama à terra de Monomotapa, na sua língua, Blosje (2).

Esta gente foi hospedada na povoação de Mateque (3). Disseram-nos que dentro de dois dias nos trariam ainda mais algum ouro em pó. O mencionado indígena da região de Paraotte disse-nos, também, que há na sua terra muitos e grandes dentes de elefante mas pesados de mais, vista a grande distância, para êles os trazerem.

NOTAS

(1) — Dois dêstes nomes, Paraotte e Machicosje, apareciam já na Relação de Jan van de Capelle, publicada no n.º 30. Não conseguimos qualquer indício permitindo identificar as quatro regiões.

(2) — Pronúncia: *Bloche*. Talvez a palavra seja uma tentativa de reproduzir, em holandês, a expressão indígena Bo-Rotze ou Bo-Rodze, relativa à gente Rotze ou Rodze, invasora vinda do noroeste e que, julga-se, estabeleceu o «império» do Monomotapa.

(3) — V. nota 22 à Relação de Jan van de Capelle.

RELATÓRIO E DIÁRIO, MANTIDO POR NÓS, ABAIXO ASSINADOS, POR INSTRUÇÃO DO ILL.MO SENHOR JAN VAN DE CAPELLE, CHEFE LOCAL INTERINO, NA LANCHA DE HOOP, NAVEGANDO E EXAMINANDO O RIO DO NORTE DESTA BAÍA, OU DE ST. ESPRIT, ASSIM COMO PARA DESCOBRIR TUDO QUE POSSÍVEL DA CIDADE OU DO IMPÉRIO MONOMOTAPA, BEM COMO DE SIMBAOS, ETC., ETC., A SABER:

SEGUNDA-FEIRA, 8 de Março, de madrugada, vento SSO, pouco vento e fresco, bom tempo; levantámos ferro em frente da fortaleza de Lijdsaamheijd, içámos o traquete e seguimos com rumo à Ponta Vermelha, a qual passámos ao amanhecer, seguindo depois à vela para ENE, ao longo do banco. Tínhamos profundidades de 3, 3 e meia e 4 braças até diante e perto da ponta sul da guarnição portuguesa (1) onde passámos em baixo de 3, 3 e meio pés de água, com maior profundidade depois. Mais ou menos às 8 horas, passámos muito perto da ponta sul da guarnição portuguesa, pois encontrámos profundidade de 8 a 10 braças, até que fomos obrigados pelo banco de areia, quando chegámos à altura de meio caminho da ilha mencionada, a atravessar em direcção à terra, visto haver perto da mencionada

ilha um baixo, bem como dois ou três bancos a meio do canal, secos na baixa-mar. O vento tornou-se mais forte de O, de modo que às 10 horas, aproximadamente, tínhamos ao lado a segunda ponta da ilha da guarnição mencionada. Passámos a ilha Barquene e navegando agora com maré enchente, por entre as duas ilhas Barquene e Boshenvel (2), encontrámos profundidades de 4 a 8 pés. Passámos, mais ou menos às 11 horas, o rio Inglês (3) onde sondámos uma profundidade boa e igual de 8 a 10 pés e, aumentando o vento de forma favorável, entrámos no rio de Manhiça, ao longo das margens, passando por volta do meio dia o pau de bandeira bem como a colina do capitão Machaja (4).

À tarde, com vento variável, passámos, mais ou menos às 2 horas e meia, uma ilha com palhotas (5) e pouco tempo depois, no lado ocidental, um rio pequeno; navegando para cima, bordejando, passámos entretanto, no lado oriental do rio, alguns cabedelos, bem como uma campina boa para semear e para pasto, e ancorámos em frente da povoação do filho do capitão Massanguano, ao pôr do sol, pois houve calmaria e muita corrente contrária; trocámos alguns mantimentos e ficámos fundeados até a madrugada. Tempo calmo e chuvoso durante toda a noite.

Têrça-feira, 9, uma hora antes da madrugada, vento ESE, tempo variável e chuvoso, levantámos ferro com a maré enchente e navegando à vela, ao longo das margens, passámos dois rios pequenos no lado oriental e, no outro lado, um bosque grande com uma ilha pequena (6) mas fomos obrigados a lançar ferro outra vez, para aguardarmos vento favorável, visto que o vento acalmara mais ou menos às 8 horas e tínhamos forte corrente contrária, da maré vazante. Demorámo-nos uma hora e quando o vento aumentou, de novo, de OSO, levantámos ferro

e, navegando, passámos mais ou menos às 10 horas uma baía pequena na margem oriental; com vento constante, fomos subindo muito devagar e chegámos, mais ou menos às 11 horas, à terra alta de Makandi (7), onde lançámos ferro, visto que o vento rondou para SSE. À 1 hora da tarde havia de novo vento fraco de ESE; levantámos ferro e, indo à vela, avançámos por duas horas para além da terra alta de Makandi e fomos novamente obrigados a lançar ferro, pois não havia vento e encontrámos forte corrente.

À tardinha, cêrca das 5 horas, a água subiu um pé, com corrente forte; levantámos ferro outra vez e fomos a remos, pois não havia vento; passámos pouco tempo depois um rio pequeno, do lado direito, e avançámos 1/4 de milha mas as trevas surpreenderam-nos e lançámos ferro; bom tempo à noite, muita calma; aí nos demorámos, aguardando o dia.

Quarta-feira, 10, de madrugada bom tempo e muita calma, corrente forte; levantámos ferro e fomos remando, água acima, até que, cêrca das 8 horas, passámos o pau de bandeira de Manhiça (8), na margem oriental, e lançámos ferro, cêrca das 9 e meia horas, na foz do rio pequeno Debora (9), com uma profundidade de 16 pés; o alferes local Is. Monna foi com o bote pelo rio pequeno acima, a ver se seria navegável também na lancha. O mencionado alferes regressou à tarde, dizendo que subira o rio até a montanha de Wakkalanga (10) e que em sua opinião se deveria visitar a mesma, com a lancha, no regresso. Levantámos, de novo, ferro e avançámos à vara, havendo muita calma, até que o vento começou a soprar de SSE; içámos a vela, passando pouco tempo depois um rio pequeno, bem como o segundo pau de bandeira de Manhiça onde encontrámos vento contrário, sendo assim obrigados, para podermos avançar, a rebocar a lancha à sirga e lançámos ferro, mais ou menos às 4 horas, em frente

dum alcantil de montanha, onde mandámos chamar primeiro o filho do capitão Manhiça, chamado Machiaan (11), o qual chegou a bordo pouco tempo depois. Em seguida a algumas cerimónias de saüdação, êle informou-me de que alguns portugueses que tinham chegado ali para negociar e ouviram que uma embarcação da Companhia subia o rio partiram na mesma manhã, excepto dois, os quais mandei chamar e interroguei. Responderam serem indígenas da região e que vinham para ficar, depois do que os mandei para terra. Trocadas mais algumas palavras com o mencionado filho (do régulo Manhiça) acêrca das possibilidades de se continuar a subir o rio, do que êle me elucidou o melhor possível, fomos, o abaixo assinado e mais dois homens, bem armados, visitar, a pedido do mencionado filho, o velho capitão de Manhiça que apesar de ser muito velho ainda encontrámos de boa saúde. Mostrou ainda toda a amizade antiga pela Companhia, dizendo que queria mandar no dia seguinte um cabrito como presente, pelo que nós também demos um presente da Companhia a êle e ao filho. Depois de nos termos despedido dêles, regressámos a bordo. Noite muito calma, ficámos ancorados aguardando vento bom.

Quinta-feira, 11, às 2 horas da madrugada vento razoável e fresco de OSO, levantámos ferro e seguimos à vela para montante de Manhiça, deixando ali o cabrito até ao regresso. Passámos o primeiro pau de bandeira acima de Manhiça, no lado oriental, bem como, pouco tempo depois, o lugar onde antigamente havia o segundo, na margem ocidental; o vento levantou-se mais, ao amanhecer, calculando nós estarmos mais ou menos hora e meia ainda de Manhiça; entretanto, não temos visto outra coisa senão caniço em ambas as margens; mais ou menos às 9 horas passámos perto de uma ilha pequena, situada no lado esquerdo, e encontrámos profundidades de 5 a 6 pés

de água, emquanto no meio do canal sondámos profundidades de 9, 10 pés e mais; então, o vento virou para S, passámos, 3/4 de milha além da ilha mencionada, um rio pequeno, no lado direito e fizemos bom progresso.

À tarde, o vento diminuíu e virou para SE, e fomos obrigados a usar alternadamente varas e vela, ao longo da margem, onde sondámos profundidades de não menos que 5, 6, 10 pés de água. Mais ou menos às 2 horas da tarde, passámos uma floresta grande na margem direita, ao alcance de tiro de peça, no interior, que se estende ao longo do rio por uma hora, e passámos um rio pequeno, do mesmo lado e que parece seguir directamente para aquela floresta (12).

Continuámos a bordejar e, chegando mais acima, o rio estreitou tanto que quási não conseguimos velejar contra a corrente; como era muito profundo não podíamos fazer uso ou só pouco das varas e fomos obrigados pela calmaria a ancorar, ao pôr do sol, 3/4 de milha a montante do rio pequeno referido, e a aguardar bom tempo e vento. Toda a noite muita calmaria e muito nevoeiro e no fim da noite fazia muito fresco.

Sexta-feira, 12, ao amanhecer bom tempo e calma, fomos obrigados a ligar todas as cordas, bem como escotas e talhas, a fim de o bote rebocar a lancha, pois não era possível usar varas em vista da profundidade e da forte corrente, e depois de muitas dificuldades fomos obrigados a ancorar novamente, numa baía ao lado direito do rio, mais ou menos meia hora acima do lugar anterior, como conseqüência do facto de o vento ter virado, mais forte, para Norte. Esta baía é muito estreita e tem a profundidade de 1/4 de milha para o interior. À tarde, mais ou menos às 3 horas, ainda com o vento de Norte e NE, tentámos novamente ser rebocados pelo bote mas quatro dos melhores ma-

rinheiros, incluindo o contra-mestre, foram atacados pela febre. Não era possível progredir, de modo que fomos obrigados a ancorar de novo, ao pôr do sol, meia hora a montante da baía ou rio pequeno que referi agora, só tendo avançado neste dia uma hora. Até à meia noite, coriscada a SE, ao fim da noite pouco mais fresco, de madrugada tempo chuvoso. Desde Manhiça até aqui não fomos a terra e não falámos com os negros; o rio curva-se mais para Norte.

Sábado, 13, ao amanhecer tempo chuvoso, pusemos de novo o reboque. Mais ou menos às 7 horas, o vento levantou-se de OSO, fraco, de maneira que avançámos pouco, usando alternadamente varas e vela mas como às 8 horas voltou a calma tivemos de ancorar. Cêrca das 10 horas, levantou-se um pouco de vento de SSE, levantámos ferro, içámos a vela e pouco tempo depois passámos um rio pequeno, do lado direito, assim como umas campinas, no lado esquerdo, mas não havia palhotas. O rio volta aqui a alargar um pouco. Passando o meio dia, chegámos à terra de Thimbiri, situada ao lado direito, (13) onde encontrámos, à beira do rio, alguns indígenas com peixe que não comprámos. Foi a segunda vez, desde Manhiça, que avistámos negros. O vento, ainda de SSE, levantou-se mais; sondámos em alguns pontos e ao longo das margens alguns baixos de 2 e 3 pés de água mas no meio do canal era mais fundo. Também avistámos, de cima do beliche, por cima do caniço, algumas palhotas na terra de Thimbiri.

À tardinha, mais ou menos às 5 horas, passámos um rio pequeno que chamaremos o rio Thimbiri, visto que, parece, o mesmo percorre a mencionada terra. Ao pôr do sol fomos obrigado pela calmaria a lançar ferro, uma hora acima do mencionado rio, e aí ficámos toda a noite. À noite, bom tempo, mais tarde muito nevoeiro. O rio chama-se aqui Incomáti.

Domingo, 14, ao amanhecer, calmaria e muito nevoeiro. Pusemos de novo o cabo de rebocar e seguimos a reboque e usando as varas, ao longo da margem. Pelas 7 horas e meia o nevoeiro levantou, ficando a calmaria; cêrca das 9 horas havia uma aragem do Sul, seguimos à vela ao longo das margens, até que encontrámos, mais ou menos ao meio-dia, a terra Oleganne (14), bem como passámos um rio pequeno do lado esquerdo, onde por duas vezes vimos grupos de indígenas, os quais nada tinham para resgatar. Às 2 horas da tarde passámos outro rio pequeno, do lado direito, e uma campina, do mesmo lado, a qual se estende até a povoação do pequeno capitão Massoloco.

Passámos, pela direita, uma ilha, situada no meio do rio, bem como uma campina grande, do mesmo lado, e encontrámos indígenas em ambas as margens, os quais nos seguiram. Continuando a subir o rio, passámos a terra Inthimani e encontrámos aqui o mencionado rio pouco fundo em alguns pontos e com baixos mas noutros pontos achámos 9, 10 pés e mais de fundo. Cêrca das 5 horas chegámos à povoação do pequeno capitão Massoloco, situada próximo do rio, na margem direita. Mesmo em frente da povoação do dito capitão encontram-se um baixo e uma ilha pequena, no meio do rio, e passámos entre os dois. À tardinha o vento caíu, seguimos à vara e à vela até pouco mais de meia hora acima da ilha ùltimamente referida e fomos obrigados a lançar ferro, ao pôr do sol, pois que já havia calmaria. Nada sucedeu durante a noite, o céu manteve-se claro e notámos poucos mosquitos.

Segunda-feira, 15, amanhecer muito calmo, céu coberto de algumas nuvens. Pouca possibilidade havia de avançar, fôsse à vara fôsse a reboque, pois a corrente era forte e 5 dos marinheiros estavam com febre, de modo que aguardámos bom vento. Entretanto, mandámos cha-

mar o grande capitão da terra Inthimani, chamado Houman Walonge (15), cuja povoação fica 1/4 de milha para montante. Cêrca das 7 horas veio a bordo o filho dêle, chamado Masinqua Houman, que após uma saüdação me informou de que o Ill.mo Senhor Jan van de Capelle também ali havia ido, numa embarcação semelhante, preguntando acêrca da saúde e residência de S. Ex.a, do que mandámos dar-lhe notícia. A gente dêle trouxe galinhas para vender e que comprámos. Preguntámos-lhe se tinha dentes de elefante, âmbar e escravos para resgatar com a Companhia; respondeu que só tinha dentes de elefante e nenhuma das outras mercadorias. Em seguida, informámo-nos acêrca do curso do rio Incomáti. Disse-nos que vinha através da terra Sanguano e que vinha ainda de muito mais longe. Também o interrogámos sôbre a cidade de Simbaos, respondendo êle que não a conhecia mas conhecia a terra Savuko (16), situada muito longe daqui e onde também havia ouro. Ainda preguntámos se não tinha cabritos para vender, ao que êle disse não ter. Depois desta conversa, demos-lhe um presente da Companhia e êle pediu licença para regressar a terra. Depois de lhe termos servido uma golada, mandámo-lo para terra, no bote, remado pelos rapazes pretos. Passado pouco tempo, apareceu, tanto numa como na outra margem, uma multidão de indígenas, com escudos e azagaias, tomando posições contra a lancha. Nós, no meio do rio que ali é muito largo, preparámos todas as nossas armas para nos defendermos, no caso de êles nos atacarem. Mais ou menos às 10 horas, o filho do capitão, já mencionado, chegou à margem que é, ali, muito alta e íngreme, trazendo consigo um grande grupo de gente, de forma que podemos dizer havia ali mais de mil em ambas as margens do rio, apitando de um para outro lado, ameaçando-nos com as azagaias, tanto que o ataque parecia iminente, gritando-nos que tirássemos o «sjotte»,

julgo que a vela grande que estava içada. Estes estúpidos indígenas, vendo que estávamos preparados, aquietaram-se um pouco, gritando que nós também tínhamos armas para nos defendermos, e sentaram-se. Entretanto, o filho do capitão mandou chamar-nos pelo seu intérprete e dizer que trouxera uma vaca para nós, tencionando assim atrair-nos, a nós europeus, à margem do rio, mas mandámos dizer-lhe pelo nosso intérprete que o convidávamos a vir a bordo, mais uma vez, o que êle aceitou e logo mandámos o bote, com os pretos, buscá-lo. Chegando pela segunda vez a bordo, a primeira coisa que lhe preguntámos foi porque viera toda aquela gente para a beira do rio. Respondeu que por curiosidade, para observarem a embarcação, e que êle tinha trazido uma vaca para nós. Mas, como desconfiávamos dêstes indígenas manhosos e estúpidos, dissemos-lhe sòmente que a vaca era grande de mais e que *(a carne)* se estragaria. Preguntámos-lhe mais qual a razão por que seu pai não vinha; respondeu que estava doente e eu disse que tinha de falar com o pai e que êle podia mandar chamá-lo.

Depois de ter bebido um golo, foi de novo para terra no nosso bote. Pouco tempo passado, o maganão velho, que se encontrava também entre a gente que estava à beira do rio, veio a bordo, tremendo. Depois de fazer uma saüdação, à sua maneira, sentou-se. Como tremia tanto, preguntámos-lhe se tinha mêdo, acrescentando que não viemos para fazer mal mas sim para, em boa amizade, negociarmos em dentes de elefante, âmbar, escravos, etc., tudo que êles tivessem e quisessem vender. Também o interrogámos a propósito da cidade Sumbaos, a respeito do que nos disse o mesmo que seu filho. Depois, preguntámos-lhe o percurso dêste rio Incomáti, bem como quais os capitãis que ficavam para montante. Respondeu que a sua terra, chamada Intimane, ainda se estendia muito pelo rio acima; o primeiro capitão, a seguir a êle, cha-

mava-se Husonguo, o segundo Mawilile, o terceiro Manguano; depois, há a terra Sanguano onde se encontram dois capitãis, o primeiro chamado Matume e o segundo Machavane (17). Depois, calou-se. Interrogámo-lo, também acêrca do rio Bembe ou Pembe. Disse que o conhecia, chamando-lhe Wembe, e que desemboca no mar, virando para Norte no interior, e não conflue com o presente rio (18). Depois de obtermos esta informação, preguntámos-lhe se queria comer ou beber alguma coisa, recusando êle tudo (se tinha jurado isso ou se tinha receio de ser envenenado por nós, não sei). Demos-lhe, pela Companhia, um presente; então, pediu licença para ir para terra, dizendo que queria mandar embora toda a sua gente. Mandámo-lo para terra no nosso bote, remado pelos nossos pretos, e mal êle chegou lá pudemos apreciar qual era a sua intenção, pois êle pegou num pequeno pau para afugentar a sua gente. Estes indígenas começaram a andar, por uma maneira que nos fez pensar que êles não sabem usar os pés, metendo-se atrás do caniço; e, que êles tinham resolvido qualquer coisa, pudemos depreender dos gritos que trocavam duma margem para outra, dizendo que então êles nos apanhariam no baixo que fica um pouco adiante, o que nos foi explicado pelo intérprete. Não pensávamos que o rio, apenas uma hora para montante, ficasse, de repente, tão sêco.

Todo o dia estivemos vigilantes, de armas na mão; mais ou menos às 4 horas começou a soprar vento do Sul, levantámos ferro e seguimos à vela, acompanhados por mais de 1:000 indígenas numa e outra margem, até que por volta das 5 horas avistámos um baixo, tão grande que se estendia até além do meio do rio. Todos os indígenas avançaram para o mesmo baixo, com a intenção de nos atacarem lá. Afastando-nos da margem, mandámos amainar a vela e, chegados a 2 e meio pés de água, deixámo-nos derivar um bocado. Considerando

que, como já por duas ou três vezes tivéramos ocasião de observar, a água pode bem baixar 10 centímetros dentro de 24 horas e que, mesmo que pudéssemos atravessar o baixo não poderíamos passar na viagem de volta, vimo-nos obrigados, quer para evitar desavenças com o indígena quer para não encalharmos, à volta, naquele baixo, a regressar, examinando na viagem de regresso alguns rios grandes que tínhamos passado ao vir para cima. Assim, deixámo-nos vogar água abaixo, passando ao pôr do sol, outra vez, pelo lugar em que aquela gente ignorante e estúpida tentou o primeiro ataque contra nós e, pouco tempo depois, pela povoação do pequeno capitão Massoloco, bem como pelo sítio onde, conforme informação dos indígenas, a lancha chamada Juff.w Hendrina encalhou, em 1726, onde ainda sondámos 5 a 6 pés de água. Passámos depois as campinas, na outra margem, e lançámos ferro, mais ou menos às 8 horas da noite, cêrca do meio das campinas, um pouco acima duma ilha pequena, situada no meio do rio e aí estivemos surtos toda noite, durante a qual nada sucedeu e tivemos céu claro e calmaria.

Têrça-feira, 16, ao amanhecer, o nevoeiro levantou muito devagar e havia grande calmaria. Levantámos ferro e como havia corrente forte não arriscámos usar a vela, de modo que novamente nos deixámos vogar água abaixo; passámos, pouco tempo depois, a ilha mencionada ontem, bem como o resto das campinas; chegámos pouco tempo depois à terra Obganne e pouco após um rio, no mesmo lado, e um outro, no lado oposto, e mais ou menos às 10 horas chegámos à terra Thimbiri e passámos o rio do mesmo nome. O vento tornou-se um pouco mais forte de SSO e por vezes içámos o traquete, para manter a lancha no rumo, e assim flutuando entre caniço passámos, pelo meio-dia, o rio que percorre a terra Thimbiri. Pouco adiante o rio tornou-se

muito estreito. Ainda passámos aqui uma baía ou rio, do lado de Thimbiri, e mais ou menos à 1 hora lançámos ferro em frente do rio que parece correr para a floresta grande, para o examinarmos. O alferes local Is. Monna foi lá, no bote, e navegou rio acima por mais de meia hora, até que foi informado, por um indígena, de que êsse rio percorre a terra Thimbiri, sendo o mesmo que chamámos rio Thimbiri, o que é de presumir, pois a água do mencionado rio corre fortemente para o interior e aqui desemboca outra vez no rio (19). À tarde, mais ou menos às 2 horas, levantámos ferro, vogando água abaixo, achámos o rio mais largo e passámos a floresta mencionada que se estende por mais de uma hora ao longo do rio. Pelas 5 horas passámos um rio pequeno que, indo água abaixo, se encontra do lado esquerdo, bem como, pouco tempo depois, uma ilha pequena, no lado direito.

Ao pôr do sol calculámos estar ainda a duas horas acima de Manhiça, depois avançámos bem até passar, pelas 9 e meia horas, o segundo pau de bandeira acima de Manhiça e pouco tempo depois o primeiro pau de bandeira e fomos deitar ferro em frente duma escarpa de Manhiça onde ficámos toda a noite, com tempo chuvoso, nada sucedendo para registar.

Quarta-feira, 17, ao amanhecer o vento levantou-se forte de SO, com chuva. Resolvemos ficar hoje aqui. Mandámos chamar o filho do velho capitão Manhiça, o qual, mais ou menos às 8 horas, quando parou de chover, veio a bordo, trazendo o cabrito com que nos presenteara na viagem de ida. Comprámos alguns mantimentos. Por volta das 10 horas um dos dois indígenas outrora empregados pelos portugueses veio a bordo, trazendo consigo um passe, escrito e assinado pelos portugueses, de que o assistente Leendert Spruyt tirou cópia, terminada a qual o deixámos sair para terra, depois de ter bebido um golo.

À tarde, pelas 3 horas, fomos nós, abaixo assinados, a pedido do filho, a casa do velho capitão Manhiça. Chegados lá, preguntámos se tinha alguma coisa para negociar. Pouco tempo depois, mandou trazer sete dentes pequenos de elefante mas dissemos não os poder comprar visto que o maior tinha mais ou menos 10 libras. Depois de conversarmos um pouco acêrca da Companhia, êle deu-nos uma panela de mel, como presente para o Ex.^{mo} Senhor Jan van de Capelle, e depois de lhe termos dado de beber, como despedida, regressámos, à noite, a bordo. Bom tempo e céu claro, de noite.

Quinta-feira, 18, vento do SSO, com céu muito claro e pouco vento, ao amanhecer. Partimos pelas 7 horas e, bordejando, acompanhados pelo filho do velho capitão Manhiça que tinha grande curiosidade de navegar numa embarcação tão grande, passámos a montanha alta de Manhiça e chegámos, mais ou menos às 9 horas, ao primeiro pau de bandeira abaixo de Manhiça e, como o vento se tornou forte, soprando contràriamente, lançámos ferro e ficámos aí até depois do meio dia. Pelas 2 horas, quando o vento diminuíu de SSO, levantámos ferro, bordejando água abaixo. Passámos em primeiro lugar um rio pequeno, do lado direito, chegando cêrca das 5 horas à foz do rio Debora, perto *(da aldeia)* do indígena chamado Glouweene. Subimos o mesmo rio e observámos que êle inflecte muito para Este; sondámos profundidades de 11 a 12 pés de água e fomos obrigados, por o vento ter virado para SE ao pôr do sol, a lançar ferro aqui, presumindo termos subido o rio por uma hora. Ficámos aqui. Muita calmaria durante a noite, com chuva contínua.

Sexta-feira, 19, mais ou menos às 2 horas da madrugada, com calmaria, levantámos ferro e fomos, a remos, subindo o mencionado rio pequeno que é aqui bastante largo. Mais para montante, o rio, se bem

que fundo, torna-se mais estreito. De manhãzinha, com o tempo chuvoso, continuámos a subir o rio, remando, até que, por volta das 6 horas, passámos por uma baía grande, do lado direito, tornando-se o rio, além dela, muito estreito, de modo que parámos aqui, calculando termos subido o rio por, mais ou mesmo, três horas. A chuva continuava, virando o vento para SSO, e como o rio era muito estreito não podíamos continuar navegando na lancha, de modo que o alferes local Is. Monna e o filho do capitão Manhiça, que mostrou desejos de ir também, seguiram, pelas 8 horas, no bote pequeno, subindo mais que uma hora para além do sítio onde estava a lancha. Aí observaram que o rio se encurva para Norte e regressaram, pois não só tinham ao lado a montanha de Manhiça, como a ultrapassaram e o rio não tinha saída e se achava cheio de caniço. Chegaram à lancha por volta das 10 e meia. Pouco depois, tendo melhorado o tempo, fomos água abaixo, à vela e à vara, e como o rio aqui se encurva para, quando o descemos, Oeste e o vento era Sul, içámos a vela e chegámos, mais ou menos às 2 horas, ao rio Espírito Santo e cêrca de meia hora depois acima dum rio muito pequeno, lançando ferro em frente do mencionado primeiro pau de bandeira abaixo de Manhiça, onde há uma campina boa para secarmos os nossos mantimentos que ficaram muito molhados com a chuva e os quais mandámos levar para terra.

Entretanto, o filho do capitão Manhiça pediu licença para regressar a casa, no que consentimos e êle, depois de ter oferecido um dente pequeno de elefante para o Ex.mo Senhor Jan van de Capelle e de ter bebido um copo de vinho, despediu-se e saíu para sua casa. Trouxemos para bordo os mantimentos e pelas 5 horas levantámos ferro, seguindo água abaixo até que passámos, ao pôr do sol, o mencionado rio Debora. Às 7 horas, mais ou menos, lançámos ferro uma hora

abaixo do mesmo e aí passámos a noite. Bom tempo e calmaria toda a noite.

Sábado, 20, de madrugada, mais ou menos às 3 horas, tínhamos bom tempo e calmaria. Levantámos ferro, fomos remando água abaixo e, como era a maré vazante, passámos pouco tempo depois o segundo pau de bandeira abaixo de Manhiça. Ao amanhecer, com vento fraco de SO, remámos até chegar, pelas 7 horas, perto da terra alta de Makandij e, passada ela, tornando-se mais forte o vento, içámos a vela e bordejámos, passando mais ou menos às 8 horas uma baía ou rio pequeno, que está situado entre Makandij e Hoewanij. Às 9 horas encalhámos a embarcação no baixo de 2 pés de água, em frente da povoação do cap.ão Hoewanij, visto encontrarmos já a maré enchendo. Entretanto, tínhamos tempo chuvoso. Ficámos ali até cêrca da 1 da tarde, em que passou o mais forte da maré, e tendo o vento virado para SE içámos outra vez a vela, bordejando água abaixo até que caíu grande calmaria, por volta das 4 horas, seguindo depois a remos e passando no lado oeste do rio uma floresta muito grande, com uma ilha pequena, bem como um rio pequeno, no lado este, e a ilha de caniço, no mesmo lado. Pouco tempo depois, passámos outro rio pequeno, no lado leste, e chegámos por volta das 6 horas à povoação do filho do capitão Massanguano, no lado leste, que passámos.

À noite, mais ou menos às 7 horas e meia, chegámos às dunas situadas no lado oriental do rio, passámos mais ou menos às 8 horas e meia um rio pequeno, no lado ocidental e o qual, segundo os dizeres dos indígenas, percorre a terra de Massanguano. Passámos, pelas 10 horas, a terra alta, bem como o pau de bandeira do grande capitão Machaja e lançámos ferro, mais ou menos às 11 horas, meia hora abaixo da mesma *(terra alta de Machaja)* onde

ficámos até de madrugada, tendo bom tempo e calmaria durante a noite.

Domingo, 21, uma hora antes do nascer do Sol, com o céu muito claro, calmaria e maré vazante, levantámos ferro e seguimos a remos, até que, ao amanhecer, passámos o rio Inglês e chegámos à ilha Barquene. Depois, remámos por entre as ilhas Barquene e Boshenvel e passámos, por volta das 8 horas, a segunda ponta. Levantou-se uma aragem de N até NE e E, navegámos entre a ilha da guarnição portuguesa e a terra firme. Encontrámos aqui a maré enchente e, progredindo pouco, tínhamos ao lado, mais ou menos às 11 horas, a primeira ponta da ilha mencionada. Sendo, então, o vento E, fomos em direcção da costa norte, com rumo SSO até à altura em que sondámos 4, 5 e 6 pés de água. O vento, então, virou para ESE e fixámos o rumo OSO, precisamente para a Ponta Vermelha onde sondámos as profundidades de 2, 2 1/2 e 3 braças e entrámos depois no rio, em direcção à fortaleza de Lijdsaamheijd onde lançámos ferro, à 1 hora.

Supondo termos concluído a nossa viagem satisfazendo à intenção do chefe local, o Ex.mo Senhor Jan van de Capelle, serve o presente como humilde e devido relatório e permitimo-nos a honra de assinar de V. Ex.a criados atentos e veneradores (ass.) Is. Monna, L. Sprvijt. (À margem): Acta na lancha De Hoop fundeada em frente da fortaleza de Lijdsaamheijd da Companhia, aos 21 de Março de 1728.

Está conforme.

(Ass.) *M. Zomer,* Secret.io

NOTAS

(1) — A Xefina Grande. V. nota (4) à Relação de Jan van de Capelle, no n.º 30.

(2) — *Barquene,* a Xefina Pequena. *Boshenvel* («colina arborizada») a Bengalene ou Bengualene ou Bengullene, arborizada na parte setentrional e cêrca de quatro metros acima do nível do mar.

(3) — O que nas cartas inglesas é denominado Rio Inglês («English River») é o rio (ou antes estuário) do Espírito Santo. Aqui, parece ser o canal entre a Benguelene e o continente. As cartas inglesas apresentam, por alturas da Benguelene, um canal pondo o Incomáti em comunicação com o mar. Tal canal não existe hoje. ¿Teria, no entanto, existido outrora e seria, então, a êle que os holandeses chamaram «Engelse Revier» ?

(4) — «A colina do capitão Machaja» deve ser aquela em que está hoje Vila Luíza de Marracuene. «Machaja» deve ser adaptação holandesa de «Mahuhaia», nome do règulado, que nós dizemos Magaia.

(5) — A ilha dos Limões, a cêrca de três milhas para montante de Vila Luíza de Marracuene.

(6) — Provàvelmente, a ilha Incanine.

(7) — Macanda.

(8) — Os «paus de bandeira» assinalavam, certamente, os lugares de resgate estabelecidos pelos portugueses. Dêste relatório verifica-se que existiam dêsses postos: 1 na Magaia, 1 entre a Macanda e o rio «Debora» (que é, possìvelmente, o Xicluvane ou Xicluvanine), 1 junto ao monte Manhiça, 2 para montante dêsse monte, entre êle e a ilha Mariana.

(9) — Segundo informação que nos forneceu o Administrador da Manhiça, Sr. Francisco Carlos Róncon, deve ser o rio Xicluvane ou Xicluvanine que desemboca no Incomáti a uns três quilómetros a jusante do monte Manhiça.

(10) — Uà ou Và-calanga. Êste nome abrangia toda a região da margem esquerda do Incomáti, até o mar. Costa da Calanga era toda a faixa litoral desde a

Mapunga até o Cabo das Correntes. O Sr. Administrador da Manhiça reportou-nos as seguintes informações colhidas dos indígenas:

«Essa região era habitada por indígenas pertencentes às famílias Boenes, Tchucanes, Mula e Moiane, que foram submetidos pelo règulo da Manhiça, ao tempo Massingue, que distribuíu essas terras pelos seus filhos. Calangas são chamados êsses indígenas, por não serem Bà-Ronga e terem vindo das regiões de Gaza».

Estes calangas são os mocarangas de que já nos falam as célebres cartas escritas do Otongue por Gonçalo da Silveira e André Fernandes. (V. nota 15).

A referência a uma «montanha de Và-calanga» é pouco explicável. O país em questão é acidentado mas não apresenta relêvo a que pròpriamente possa chamar-se montanha.

(11) — *Machiaan*, filho de Massingue e neto de Manhiça. Não sucedeu ao pai na chefia, a qual passou de Massingue a Pumbana.

O «velho capitão da Manhiça» a que, adiante, o relatório se refere era Massingue.

(12) — Supomos tratar-se da ilha Mariana. (V., adiante, a nota (19).

(13) — É a região entre Magul e o Incoluane. Hoje ainda, como nos informou o Sr. Administrador da Manhiça, os indígenas se lembram dêsse nome da região, que dizem Bimbirre ou Timbirre (deveriamos antes escrever Timbírri).

Seguem-se a ela, subindo o rio, como o relatório indica, as planícies de Marringane, Magul e Xinavane.

(14) — Região ainda hoje assim denominada, no Intimane, actual règulado de Maìbene. Algumas linhas adiante, o relatório nomeia a «terra de Inthimani». .

(15) — Não conseguimos elementos para identificação dêste nome nem do de *Masinqua Houman* que aparece a seguir. No entanto, é presumível que *Walonge* — isto é, Và-Longue — se refira ao nome do clan ou tríbu Và-Lengue cujos representantes se encontram hoje ainda no litoral entre o Limpopo e os Chopes de Zavala: Và-Lengue ou Và-Langa, donde o nome da região: Và-calanga (V. nota 10).

(16) — Nenhuns elementos para identificação de Savuko. Quanto a Sanguano, ver a nota seguinte. *Simbaos* ou, como adiante aparece, *Sumbaos* é, evidentemente, Zimbáuè que os holandeses julgavam poder atingir subindo o Incomáti.

(17) — Estas informações obrigam a rever o pouco que se conseguira até agora coordenar da história das tríbus da região. Intimane tem sido apontado como um régulo cossa, filho de Lacheque que precedera Cossa na invasão das terras e subjugara todos os chefes da região. Êste relatório, porém, aponta-nos o «grande capitão do Intimane» como Và-Lengue. Ao mesmo tempo, o nome Manguano deve ser o duma primitiva tríbu da região que foi, muitos anos mais tarde, dominada pela expansão dos cossas irradiada da região do lago Chuale.

Que Husonguo, Mavilile (nomes sôbre os quais não obtivemos qualquer esclarecimento) e Manguano fôssem vassalos de Houman Và-Lengue é talvez deduzível de que, aparentemente, êles estavam na «terra» de Intimane e só para além (subindo o rio) o régulo nomeia uma outra «terra» — a de Sanguano.

Donde provenha o nome desta terra, ignoramos. Será, possìvelmente, anterior à invasão cossa — pois na genealogia cossa não se encontra tal nome.

Dos dois régulos da terra de Sanguano que o relatório nomeia, nada apurámos quanto a Matume. Quanto a Machavane, será, possìvelmente, Machuvane, 5.º régulo da Cossine (Magude). Se assim é, a invasão cossa deveria ter ocorrido em data anterior à que se tem acreditado: 1740-1760. Deverá recuar-se para 1570-1600.

(18) — Bembe, Pembe ou Vembe é o rio Limpopo. A suposição de que êste rio se encontrasse com o Incomáti aparece ainda na descrição portuguesa, anónima, da baía de Lourenço Marques, dos fins do século XVIII: «O rio do Ouro entra pelo continente dentro e vai encontrar-se com o rio da Manissa».

(19) — Parece-nos que esta descrição indica a ilha Mariana e que o rio *Thimbire* não é senão o braço do Incomáti que contorna a ilha por oriente. A ilha mede de Norte a Sul 17 milhas. .

É curioso notar que só em 1893 Freire de Andrade, descendo o Incomáti, verificou que as cartas estavam erradas: o rio Zaone que elas apontavam como confluindo no Incomáti não era mais que uma bifurcação dêste, contornando a ilha.

MISSÕES CATÓLICAS DE MOÇAMBIQUE

S. BENEDITO DOS MUCHOPES

A vinte quilómetros de Manjacaze, sede da circunscrição dos Muchopes, a Missão de S. Benedito acha-se estabelecida no dorso dum pequeno monte, em terras de Mangunze, e forma, com as Missões de Santa Rosa de Viterbo, na Malaíce, e de Nossa Senhora de Lourdes, no Chongoene, o esplêndido núcleo de evangelização e de ocupação missionária do sul do país de Gaza.

Criada em 1910, foi fundada, no ano seguinte, pelo Reverendo Padre Manuel de Jesus Bento, seu primeiro Superior. Os seus princípios foram modestos: uma escola que funcionou, durante algum tempo, à sombra de frondosas árvores, emquanto esforçadamente se iam improvisando, com terra argilosa e estacaria, as primeiras instalações — residência missionária e várias dependências quer para habitação quer para

oficinas e outras utilizações. Em 1914, a então edilidade dos Muchopes, tendo de construir uma escola de artes e ofícios, escolheu para tal o lugar da Missão. Inaugurada em 1916, foi em 1926 entregue à Direcção das Missões Religiosas Portuguesas e incorporada na Missão de S. Benedito dos Muchopes. É um amplo edifício, compartimentado em seis quartos, uma vasta sala para escola, oficinas de tipografia e de encadernação.

De 1916 a 1935 funcionou a Missão nessas instalações: as nove pequenas dependências construídas pelo seu primeiro Superior, que faleceu em 1917, e a Escola de Artes e Ofícios. Em 1936, sendo Superior o Reverendo Padre Camilo Fernandes de Azevedo, novas construções vieram ampliar a Missão: campanário, edifício, garagem, outras instalações, uma grande cisterna e, finalmente, a majestosa Igreja, cuja primeira pedra foi benzida em 25 de Julho de 1937, e que foi solenemente inaugurada em Agosto de 1942.

Foi, também, a partir de 1935 que tomou extraordinário incremento a expansão da Missão, fundando-se uma apertada rêde de escolas que tornaram a Missão de S. Benedito dos Muchopes fulcro duma das mais notáveis cristandades bântus moçambicanas.

Assim, às primeiras escolas-sucursais — S. Sebastião, no Inhafoco, fundada em 1912, e S. José, em Mafangue, fundada em 1929 — sucederam-se, entre Junho de 1935 e fins de 1941: S. Francisco, Malembe; Santo António e Nossa Senhora de Fátima, Mazacane; Santa Teresinha, Chipenhe; S. Pedro, Dengoíne; S. Roque, Machengoíne; Santa Isabel, Chilumbel; Santo António, Mavie; S. José, Betula.

Posteriormente, em 13 de Agosto de 1941, foram entregues à Missão, nos termos do Estatuto Missionário, as seguintes escolas oficiais: Nossa Senhora de Fátima, Manjacaze; S. Francisco Xavier, Nhancale;

S. Boaventura, Farau; S. Paulo, Madender; Santa Clara, Tavane; S. Lourenço, Chizavane; Cristo-Rei, Matimule; Santo Agostinho, Nhanzilo; S. Leonardo, Chidenguel; S. Camilo, Macupulane; S. Domingos, Chaguala; S. Luiz, Coolela.

As escolas-sucursais constituem, elas próprias, pequenas cristandades, sendo organizadas em escola-capela, com uma capela com altar, sino, um pequeno cemitério para os cristãos falecidos na área da escola, uma ambulância para tratamento de doentes.

A grande Igreja de S. Benedito dos Muchopes é um belo, imponente templo, medindo 60 metros de comprimento por 15 de largura. A fachada comporta duas tôrres, de 20 metros de altura, terminadas em terraço ameado. A nave tem três altares, púlpito, duas pias de mármore para água benta e uma pia baptismal. O côro é formado pelo primeiro andar das tôrres. O sacrário, castiçais e balaústres foram feitos na Missão. A Igreja é ornamentada com sete quadros em azulejo.

Numa pequena memória descritiva, o Superior da Missão, Reverendo Padre Camilo Fernandes de Azevedo, descreve assim a gente de Manjacaze:

O seu (das terras de Mangunze) povo é dotado de muito bom carácter e muito afeiçoado à religião e a Portugal. Muito ao contrário do que, infelizmente, ainda se vê em muitas partes da Colónia, o seu povo, adultos e crianças, não foge do missionário ou de qualquer pessoa estranha; aproxima-se com toda a confiança, cumprimenta respeitosamente e conversa com toda a familiaridade.

Vestem, em geral, muito decentemente e até, muitos, com um certo luxo.

Aos domingos e dias santificados aparecem na Missão para assistir à Missa,

vestidos completamente à europeia, duma maneira particular os homens com bons fatos de fazenda de côr ou brancos, rigorosamente engomados, bons sapatos, gravatas e chapéus.

As mulheres, não raro aparecem, algumas, com sapatos de tacão alto, chapéu e vestidos de finos tecidos, comprados pelos seus maridos recém-chegados do Transval ou de Lourenço Marques; outras, com vestidos mais modestos ou de capulanas novas ou muito limpas e asseadas, e todas, pequenas e grandes, com lenço na cabeça, as que não usam chapéu.

É deveras interessante e impressiona bem, sobretudo a quem, pela primeira vez, assiste à Missa dos domingos ou dias santificados na Missão dos Muchopes, ver, no fim da Missa, os homens em grupos de seis, dez, etc., a conversar pacìficamente e sem altercações, em português.

Vai-se introduzindo o costume português, que muitos já usam, de estrearem os seus vestidos ou fatos novos no dia de Natal, vestirem de luto para assistirem às cerimónias da Sexta-feira Santa, limparem e adornarem de flores as sepulturas dos seus parentes e amigos, acompanhando em silêncio e com todo o respeito a procissão do dia 2 de Novembro, até ao cemitério, onde se ouvem muitos soluços e se vêem muitos olhos marejados de lágrimas pela lembrança dos seus que ali estão sepultados.

Da mesma monografia se transcreve o capítulo «Casamento católico dos Muchopes»:

O cristão muchope, depois de ter combinado o seu casamento com alguma cristã, em geral, também muchope, com quem costuma namorar durante algum tempo, dirige-se a casa dos pais da rapariga para lhes pedir a sua filha em casamento, combinando nessa mesma ocasião o respectivo *lobolo* e o dia da entrega do mesmo, perante as respectivas testemunhas. Já presidi a reüniões de trinta e mais testemunhas, homens e mulheres. Em geral, a reünião das testemunhas para a entrega do *lobolo* é feita na Missão, perante o Superior, a pedido dos interessados, fazendo-se, nessa mesma ocasião, uma declaração, por escrito, e assinada por todas as testemunhas e noivos que saibam ler, declaração que fica arquivada na Missão. Nesse documento

fica declarado, depois de ouvir um e outro dos interessados: 1.º, que é da sua livre vontade casarem; 2.º, que ficou combinado o *lobolo* por X (o preço antigo, ainda hoje em vigor, é de £ 25 ou 2.500$); 3.º, que fulano (o noivo) só pode entregar nesta ocasião a quantia X, responsabilizando-se, porém, a entregar o restante quando puder; 4.º, que os pais da rapariga, depois do casamento, não irão fazer questão (milando) com o noivo, nem lhe tirarão nunca a sua filha, no caso de êle não poder acabar de pagar o seu débito do *lobolo*.

Êste último ponto vai de encontro ao costume, mais ou menos generalizado entre os indígenas, de os pais das raparigas tirarem aos maridos as suas filhas, se estes não acabam de pagar o *lobolo* combinado no dia do casamento, dentro do prazo marcado, tratando logo de as vender de novo a quem lhes entregar a quantia combinada.

Feita e lida a declaração é, imediatamente, assinada por todos os presentes que saibam ler, sendo, depois disto, entregue, diante de todos, a respectiva quantia. É o pai ou, na falta dêste, o parente mais próximo do rapaz, quem conta, diante de todos, o dinheiro, entregando-o, na presença de todos, ao pai, ou, na sua falta, ao parente mais próximo da rapariga.

Desta forma várias vezes tenho evitado que as raparigas casem contra a sua vontade ou com quem não querem, salvaguardando, assim, a sua plena liberdade, indispensável para a validade do casamento. Muitas das vezes, talvez na maioria dos casos, são os pais ou tutores das raparigas que, necessitando de dinheiro para comprarem uma rapariga para um filho, ou para saciarem de aguardente o seu insaciável estômago, ou ainda para pagarem o imposto, pelo mêdo de serem metidos no sombrio e triste calabouço, que as vendem, entregando-as ao primeiro comprador que lhes aparece, a pronto pagamento, sem elas serem ouvidas sôbre o assunto nem conhecerem, muitas vezes, aqueles que outros lhes destinaram para seus maridos. As cristãs, sabendo que o casamento é livre e que, desde o momento que elas não queiram casar, ninguém as pode obrigar a isso, esperam pelo dia em que hão-de vir à Missão para declararem particularmente (em público não têm coragem) ao Superior que não querem casar com fulano, por êste ou por aquele motivo. Um exemplo: Em 1939 tinha internado numa Missão uma pequena, para ser educada pelas irmãs, a pedido do próprio que a tinha *lobolado*, com o fim de realizar o seu casamento um

ano depois; passado êste tempo, veio o rapaz pedir-me para mandar vir a sua pequena, pois já tinha dinheiro para o casamento e queria casar; mando vir a pequena; combinam entre si e os parentes de ambos o dia em que hão-de vir à Missão para marcar o dia do casamento e fazerem-se os proclames. Já tudo combinado e marcado o dia do casamento, começo a fazer os proclames; ao preguntar-lhe como se chamava o pai e a mãi, respondeu-me: «Sr. Padre, eu ainda sou muito pequena». «Pequena? Pequena, já não és; já tens idade para casar». E entretanto procuro o seu nome no livro dos assentos de baptismos. «Segundo o livro, já tens 16 anos, portanto já podes casar». «Mas ainda sou muito pequena, Sr. Padre», repetiu ela. Esta resposta deu-me motivo suficiente para desconfiar que alguma coisa havia de extraordinário e dei por terminado o assunto, mandando-os retirar. Volto a chamar a pequena ao escritório, juntamente com o seu tutor, que era seu irmão, para lhe preguntar qual a razão por que dizia que era ainda muito pequena, respondendo-me, imediatamente: «Sr. Padre, é que eu não quero casar com êle». «Mas, por que motivo é que não queres casar com êle?» «É que não gosto dêle». Dirigindo-me ao irmão, disse-lhe: «Ouves? Ela não quere casar com êle, portanto, trata de arranjar o dinheiro que recebeste, para o entregar ao rapaz». Assim se fez. O rapaz foi reembolsado do seu dinheiro, com que *lobolou* outra rapariga, com quem casou, e ela casou também com outro de quem gostava e com quem se dá muito bem, vivendo ambos unidos pelos laços duma íntima e mútua amizade.

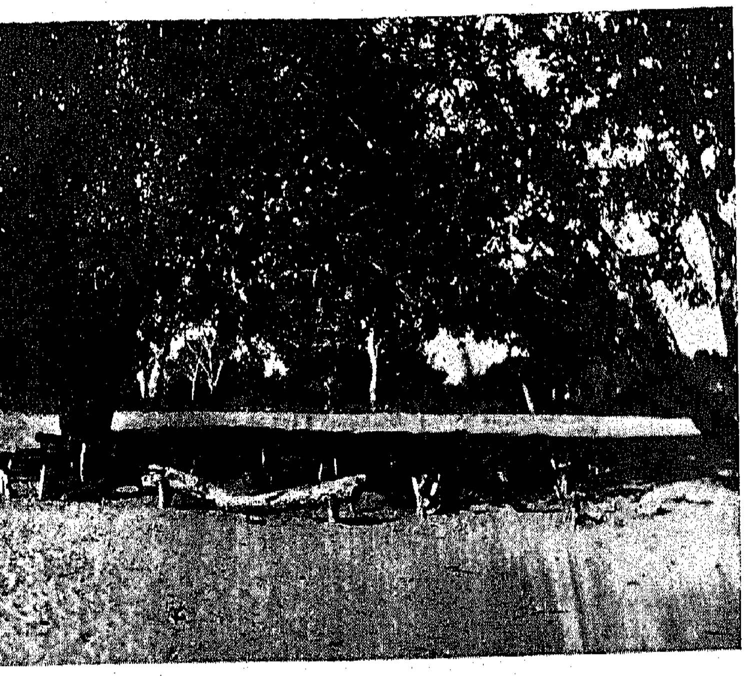
Se o rapaz ou os seus pais têm dinheiro para a festa do casamento, nessa mesma ocasião se combina o dia da festa, fazendo-se os proclames para se começarem a ler no próximo domingo. Não tendo dinheiro, depois de combinado o casamento, todos se retiram para suas casas, continuando os noivos, cada um, em casa das suas respectivas famílias à espera do dia grande. Entretanto o rapaz vai para o Transval ou para Lourenço Marques trabalhar até conseguir ajuntar o dinheiro necessário (mil ou dois mil escudos) para o dia grande em que tudo se gastará.

Depois de terminada a cerimónia religiosa do casamento, são os noivos esperados à porta da igreja pelo povo que os há-de acompanhar, processionalmente, até casa, onde é distribuída a todos, indistintamente, uma frugal refeição, no largo da povoação, ao ar livre, ficando reservada a casa, devidamente engalanada com flores e panos de côres, aos convidados, a quem lhes é oferecido o jantar de boda. É neste momento

Dois aspectos da cerimónia da procissão e bênção, por S. Ex.ª Rev.ma o Arcebispo de Lourenço Marques, da primeira pedra da Igreja

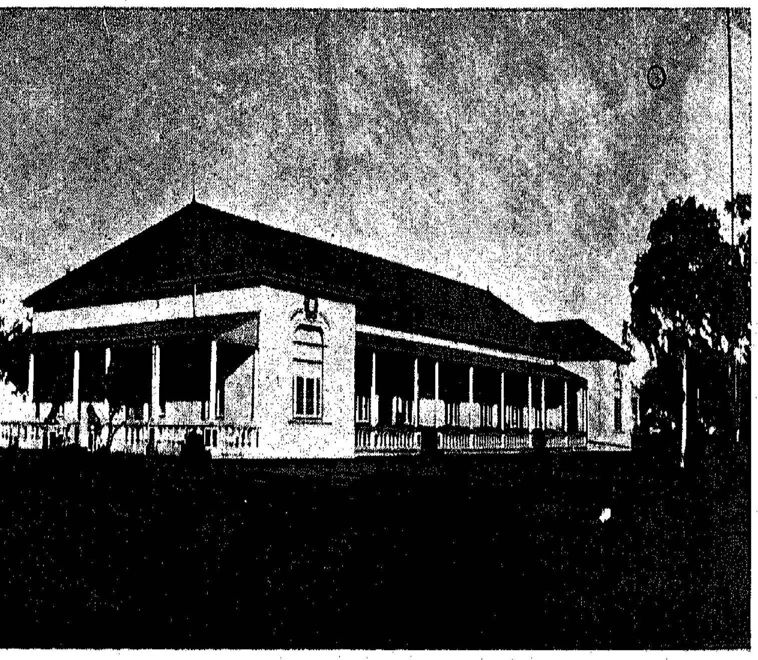
Escola de Nossa Senhora de Fátima com o padrão da Cruz de Cristo

A Escola de Nossa Senhora de Fátima foi inaugurada em 13 de Julho de 1937

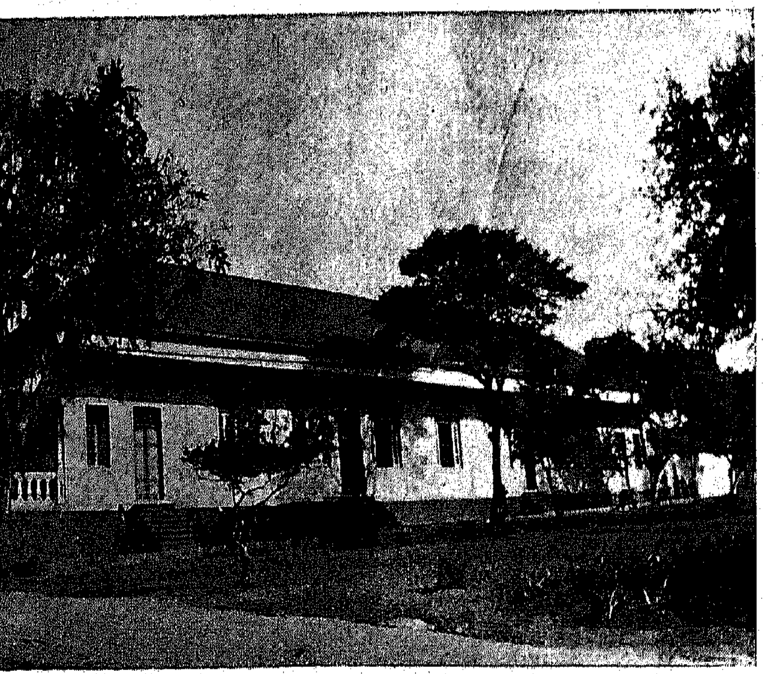


A primeira escola da Missão, 1912-1935

Escola de S. Sebastião do Inhafoco, ao ar livre



Edifício principal da Missão (lados Poente e Norte) inaugurado em 1916

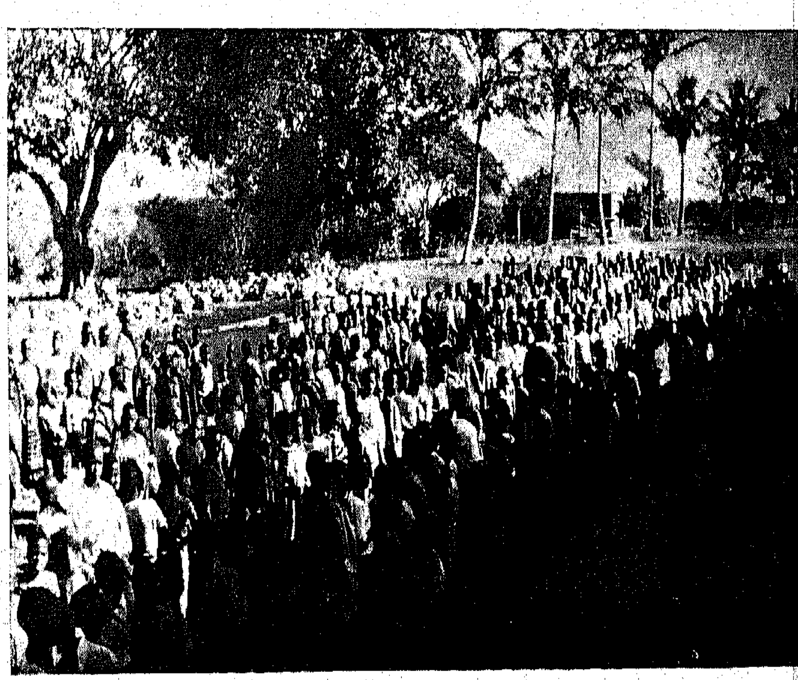


Lados Nascente e Sul do edifício principal

Grupo de alguns dos 41 casais cristãos constituídos desde 1935 a 1939

Um aspecto da procissão de S. Benedito no dia da sua festa, 4 de Abril

Grupo de alunos das escolas da Missão assistindo à missa dominical

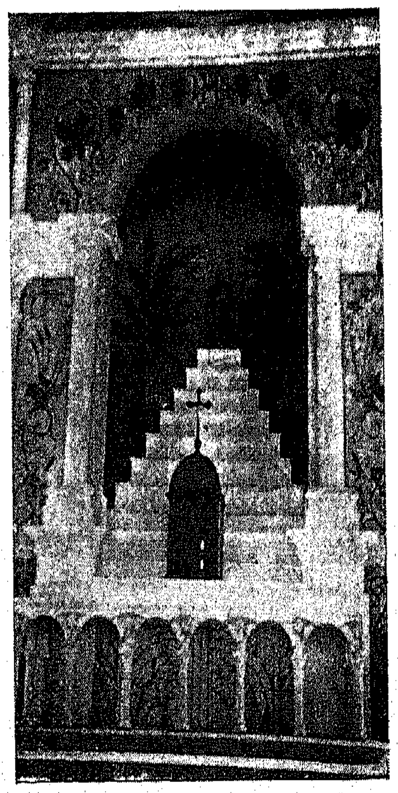


✣ ✣ ✣

A Igreja de S. Benedito dos Muchopes

Fachada e pormenores do interior

✣ ✣ ✣



que começam os discursos, que versam, em geral, sôbre religião, civilização, o benefício que receberam dos missionários, civilizando-os, educando-os e fazendo-os cristãos, etc., etc. Terminados os discursos, aparecem os donativos ou presentes que cada um, na possibilidade das suas fôrças, oferece aos noivos: galinhas, dinheiro, lenços, pratos, etc. Entretanto os parentes da noiva vão ajuntando tudo o que lhe pode ser útil e necessário na sua vida doméstica: pilão, peneira, machada, panelas, enxada, colheres, etc., despedindo-se, em seguida, o pai da sua filha, dizendo diante de todos os convidados: «A alegria da casa do pai, acabou; aprende a obedecer; assim como a tua mãi está sob as minhas ordens, assim também tu deves ser obediente durante toda a tua vida ao teu marido». Terminando o pai de falar, começa o jantar de boda que é o último número do programa da festa.

Só em 1923 se iniciou na Missão o registo do movimento religioso. O número de catecúmenos, nesse ano, era de 55; o de baptismos, 29, não se tendo registado casamentos.

Os anos de 1925 a 1928 foram assinalados por grande movimento que, todavia, entrou no ano seguinte em brusca e profunda queda. A partir de 1935, a acção da Missão volta a exprimir-se em números elevados e entrou numa fase de consolidação, com aumento constante de ano para ano. Em 1942, o número de catecúmenos era de 7:218; baptismos, 281; casamentos, 16; confissões, 9:561; comunhões, 11:695; lições de catequeses, 12:112.

Por seu turno, o movimento escolar, representado, em 1912, por uma escola e 320 alunos, era, em 1942, de 13:382 alunos nas vinte e três escolas da Missão. No ano escolar de 1941-1942 registaram-se 592 passagens de classe e 45 exames rudimentares.

Segundo o recenseamento em 1940, a população da circunscrição dos Muchopes, área jurisdicional da Missão de S. Benedito, é de

118:181. Não preguntou o recenseamento acêrca de religiões da população indígena, por estar provado que tal inquérito só mereceria crédito quando realizado por processos especiais, incomportáveis numa operação geral de recenseamento. Uma estimativa feita pelo Superior da Missão, referida a 1942, apresenta o número de 2:346 católicos.

* * *

Além das práticas culturais e da catequese, a acção educativa e de assistência da Missão exerce-se nas escolas, no cultivo de pequenas granjas próximo de cada escola e nas ambulâncias estabelecidas nas escolas.

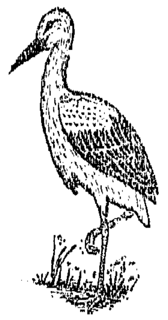
O problema da preparação de professores para as escolas missionárias foi resolvido pela criação dum «curso de férias», freqüentado pelos professores já em exercício nas diversas escolas, seus ajudantes e candidatos a professores. Estes últimos, concluído o «curso de férias», ficam como ajudantes na escola da sede da Missão e fazem um estágio no hospital de Manjacaze, onde recebem ensinamento e prática de enfermagem. O «curso de férias» compreende: interpretação do «Manual do Catequista», de José Perardi; elementos de pedagogia; regras morais de conduta na vida familiar e na vida cívica; exercícios de redacção, em língua portuguesa; sistema métrico decimal, resolução de problemas; escrituração escolar e interpretação do regulamento das escolas; canto coral; modo de ajudar à missa. O curso funciona na sede da Missão, durante o mês de Janeiro, e termina por três dias de retiro espiritual.

Nas granjas, o trabalho é dirigido pelo professor; o ensino é prá-

tico, fazendo os alunos os trabalhos de amanho das terras, sementeiras, trato e colheita.

Funciona também na sede uma oficina de tipografia e encadernação que produziu no ano de 1942 uma receita líquida de 32.463$, a qual foi gasta nas obras da nova igreja.

O movimento das ambulâncias foi, no ano de 1942, de 1:808 doentes e 8:836 curativos.



O REGIME MUNICIPAL EM LOURENÇO MARQUES

PREÂMBULO

ACÊRCA do município de Lourenço Marques, que é hoje o mais importante de todo o Império Colonial Português, não só pelo volume e importância das suas receitas mas ainda pelo seu notável desenvolvimento e acentuada evolução — efectuada, sobretudo, nos últimos cinco lustros, dando lugar à transformação do burgo modestíssimo que era então a vila do mesmo nome na linda cidade que já é actualmente e, dia a dia, mais se aformoseia, engrandece e moderniza, impondo-se à justa admiração dos próprios estrangeiros que a visitam — bem pouco se tem escrito para o público e isso mesmo em épocas que, há muito, vão distantes.

Os trabalhos oficiais, como são os relatórios dos governadores gerais enviados ao Poder Central e contendo sempre valiosos elementos de informação, não têm, dada a sua natureza, publicidade. No entanto, alguns há que, felizmente, foram impressos mas com uma tira-

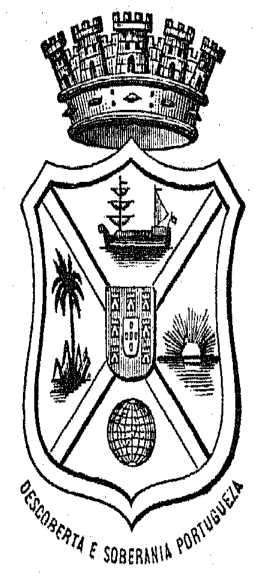
gem muito restrita, sendo, por isso, muito poucas as pessoas, devotadas a êsses interessantes assuntos, que têm a possibilidade de os compulsar.

Em virtude, ainda, da larga solução de continuïdade entre êsses relatórios publicados, havendo, por vezes, espaços de vários anos, contando mais de trinta o último relatório que me foi dado conhecer e que mais desenvolvidamente aborda o assunto de que se trata, muito mais difícil se torna, até certo momento recuado, a reconstituïção completa da vida do município, cuja existência está a atingir sessenta e seis anos.

Fora essas poucas publicações, quer de carácter oficial quer particular, o pesquisador paciente tem de recorrer ao *Diário do Govêrno*, ao *Boletim Oficial*, aos documentos de vária natureza, presumidamente existentes no arquivo da Câmara, aos comunicados e artigos insertos nos jornais das diversas épocas, elementos de incontestável importância e que, no seu conjunto, preencheriam muitas lacunas se, de facto, todos êles existissem e se encontrassem intactos, ao contrário do que amiúde acontece.

É que bastas vezes se verifica a ausência, nas respectivas colecções, de um ou outro volume das várias publicações oficiais ou até, como franca manifestação de absoluta inconsciência, a falta de páginas nalguns dêsses exemplares, subtraídas sem o menor escrúpulo. Nos processos antigos, até agora existentes, sobretudo em arquivos camarários de inadequadas e primitivas instalações, o quadro é ainda mais negro. Já pela acção devastadora do tempo, já pela acção ainda mais nefasta de vários insectos que, sem descanso, se empenham na tarefa da sua destruïdora razia, é também muito vulgar verem-se documentos de apreciável valor bastante maltratados e corroídos, tornando-se, assim, quási ou mesmo impossível obter o conhecimento exacto dos seus conteúdos.

Êsse mal, contudo, que vem de longe, está, felizmente, em via de ser completamente evitado e até, de certo modo, reparado, devido à salutar resolução tomada pelo Govêrno Geral da Colónia, criando, como fez pela portaria n.º 2:267, de 27 de Junho de 1934, o Arquivo Histórico e a Colecção Bibliográfica de Moçambique, cujos serviços, até que o seu desenvolvimento imponha a necessidade de uma diferente organização, ficaram a cargo da Repartição Técnica de Estatística, nos termos do artigo 1.º do diploma legislativo n.º 635, de 19 de Abril de 1939, publicado no *Boletim Oficial* n.º 16, 1.ª série, da mesma data. Medida de largo alcance sob todos os pontos de vista e em virtude da qual, entre outros núcleos documentais, deverão ser oportunamente encorporados no referido Arquivo Histórico os cartórios das câmaras municipais e outros corpos administrativos, na parte dispensável ao serviço. Aliada a essa excelente resolução há, igualmente, que ter em conta a comprovada competência dos técnicos que dirigem e superintendem êsses serviços de tamanha responsabilidade, o que, por sua vez, constitue sólida garantia da sua boa e fiel execução.



BRASÃO DE ARMAS DO MUNICÍPIO DE LOURENÇO MARQUES

Um escudo esquartelado em aspa, tendo no primeiro quartel em campo de ouro um galeão preto sôbre as ondas; no segundo, em campo de prata, uma palmeira verde; no terceiro, em campo vermelho, uma esfera de prata, sendo visível o continente africano; o no quarto, em campo azul, e sol nascente (de ouro). Em abismo, as armas reais portuguesas. Sôbre o escudo a coroa mural e no fim uma legenda, contendo as seguintes palavras: Descoberta e Soberania Portuguesa

(Despacho dado por El-Rei D. Luiz aos 22 de Agosto de 1889).

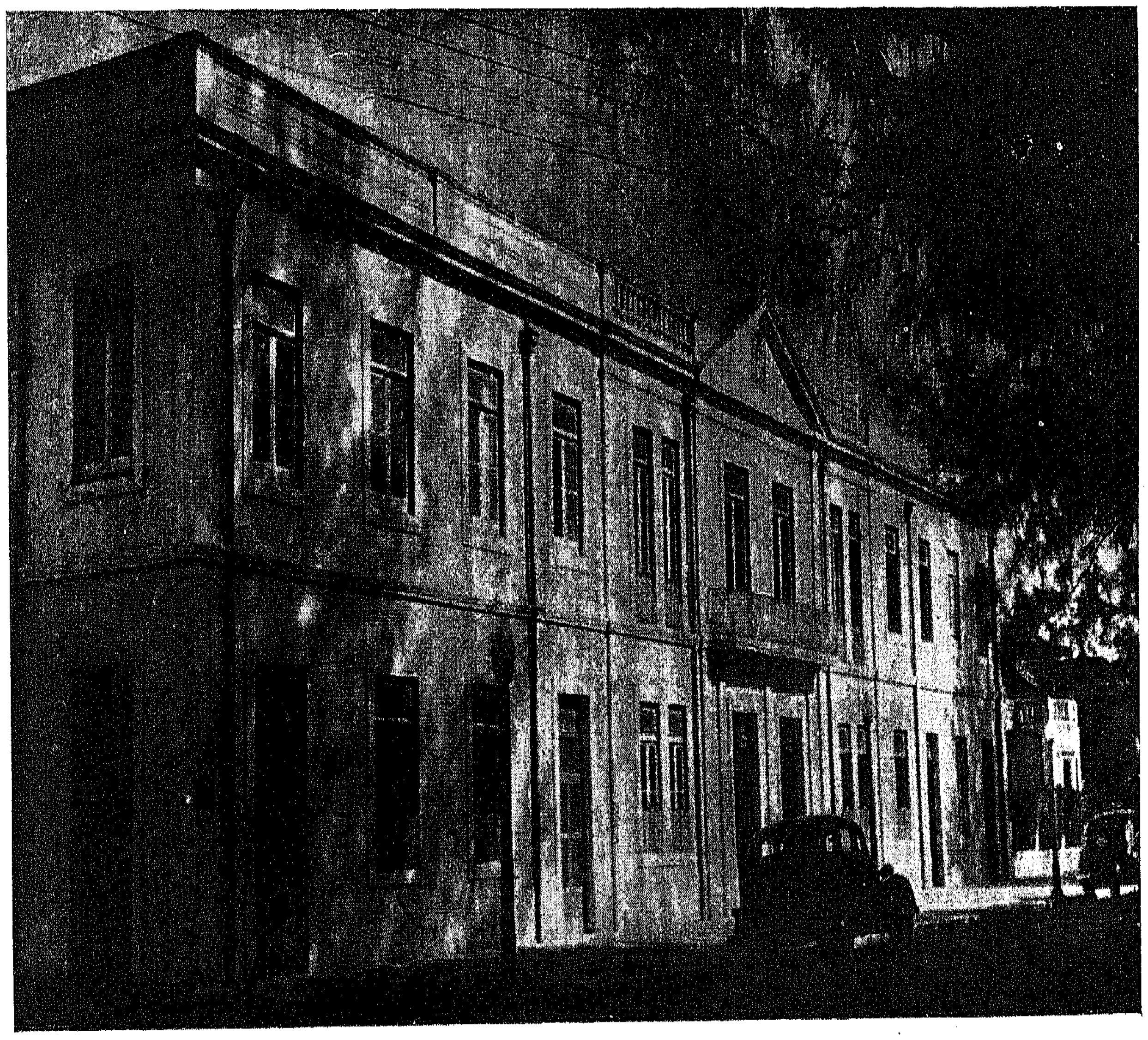
É também de notar que, depois de concluído o monumental edifício dos novos Paços do Concelho, que maior realce vai dar a esta cidade, o arquivo da Câmara Municipal passará a ter uma digna e apropriada instalação, à qual, pela sua importância e valor, tem incontestável direito.

Retomando, porém, o fio do que ia dizendo:

Desde que se respigue, aqui e ali, compilando e coligindo com vagar e paciência o que de útil e aproveitável por emquanto anda disperso — o que demanda tempo e afadigoso trabalho — não será, por certo, em vão que quem tiver competência e o preciso senso histórico poderá carrear o material necessário para fazer uma interessante e elucidativa monografia dêste município. Embora, à primeira vista, pareça fácil a realização dêste trabalho, por se tratar de uma autarquia local que não conta ainda um século, não deixa, contudo, de ser um tanto difícil quando, como convém, se procure remontar ao século XVIII, ou seja à época da fundação do presídio de Lourenço Marques e, partindo daí, refazer a vida dessa pequena célula, acompanhando as diversas fases da sua evolução à custa da qual se foi transformando, sucessivamente, em pequeno burgo, mais tarde em vila e, por último, em cidade. Em seguida, discretear sôbre os múltiplos factores e acontecimentos que acidentaram, ao mesmo tempo que fortaleceram, os laços e a existência dos sucessivos agregados populacionais cada vez mais unidos e mais ligados entre si por vários interêsses comuns, até chegar à lógica e natural criação do regime municipal, nos princípios do último quartel do século XIX, cuja história, por sua vez, não se resume, evidentemente, na simples exposição e resenha de factos. Há, pois, que atender não só aos factos como ainda às causas que os determinaram, apreciando-as e comentando-as serenamente e com a máxima imparcialidade, sem nunca perder de vista o espírito da época, porque só assim se faz verdadeiramente história e obra educativa e honesta.

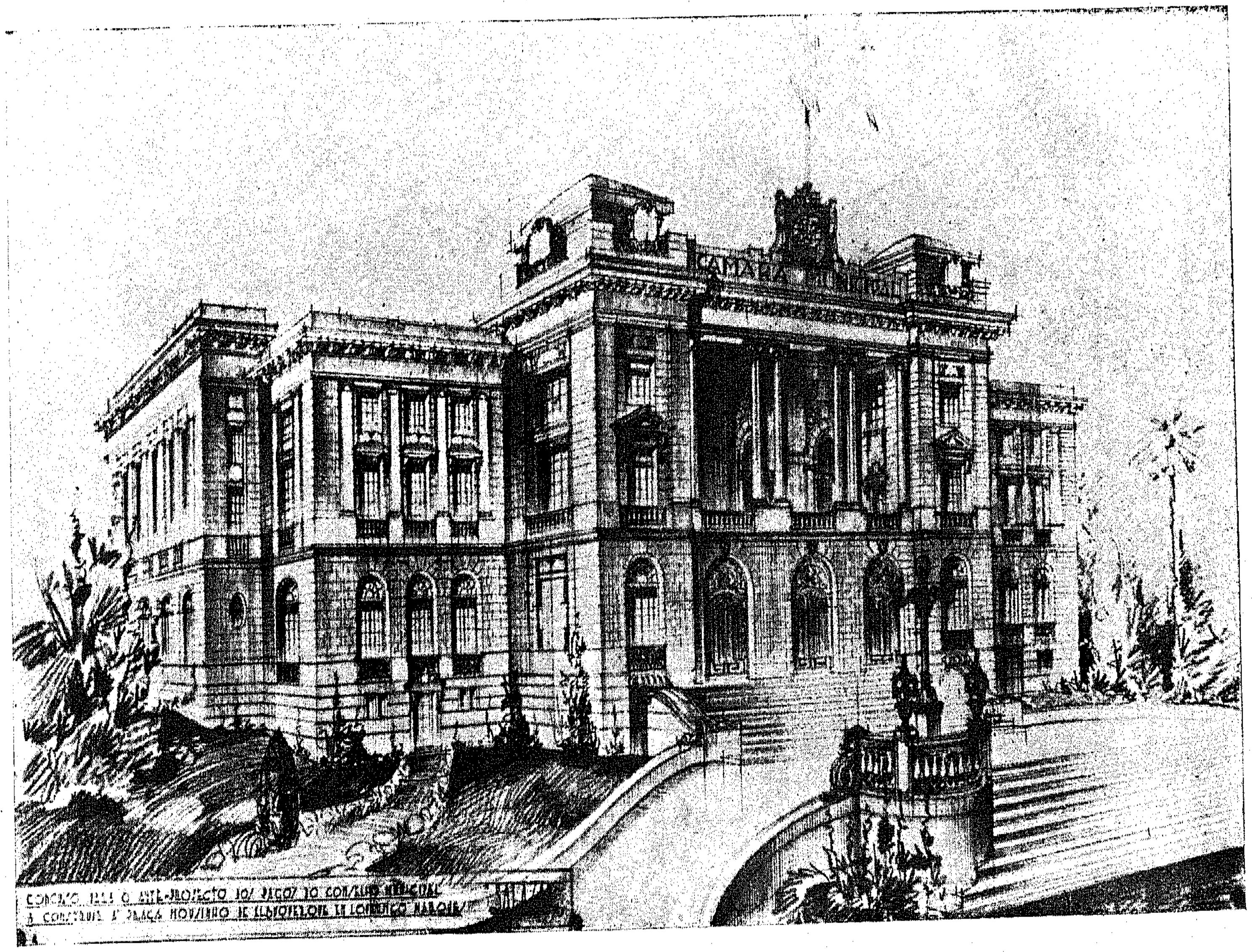
* * *

Alinhavado êste preâmbulo, o que se vai seguir, sem quaisquer pruridos de erudição ou de pretensão literária, é apenas uma breve e

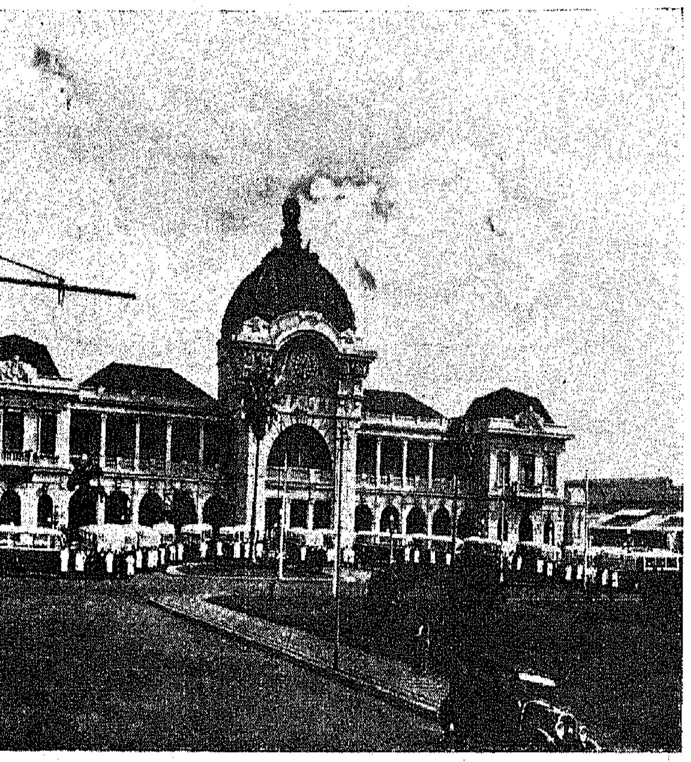


O actual edifício da Câmara Municipal de Lourenço Marques

Ante-projecto do novo edifício, agora em construção, dos Paços do Concelho

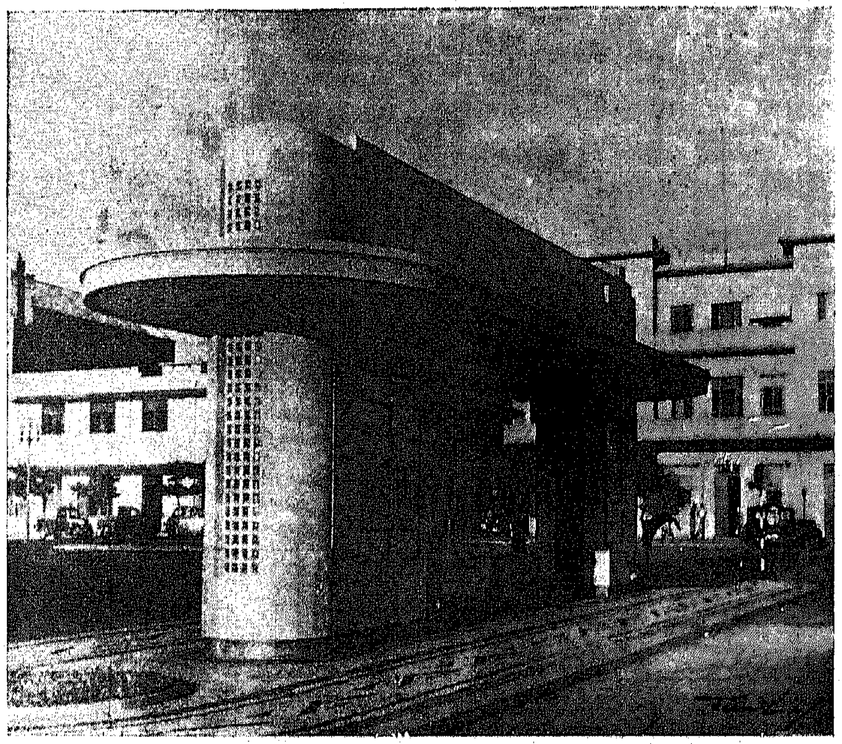


SERVIÇOS DE VIAÇÃO MUNICIPAL



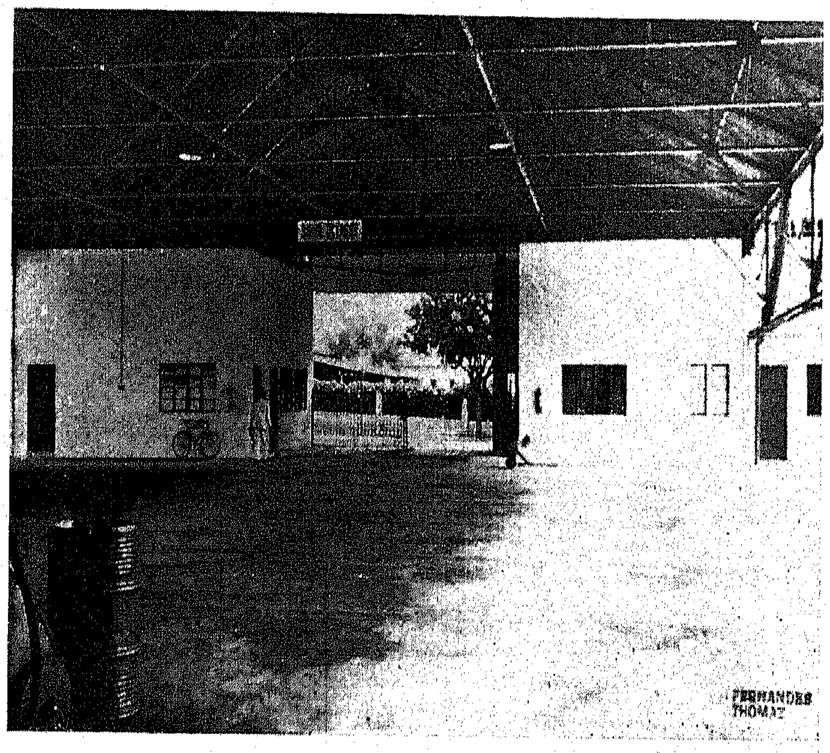
A frota inicial dos S. V. M.

e abrigo de passageiros na Praça Mac-Mahon



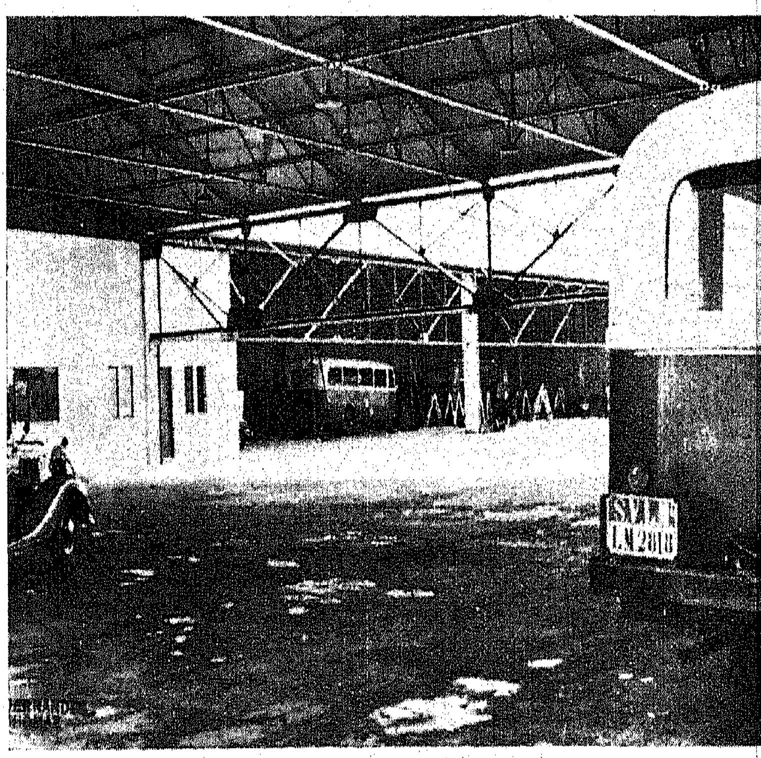
Tipo dos ónibus dos S. V. M.

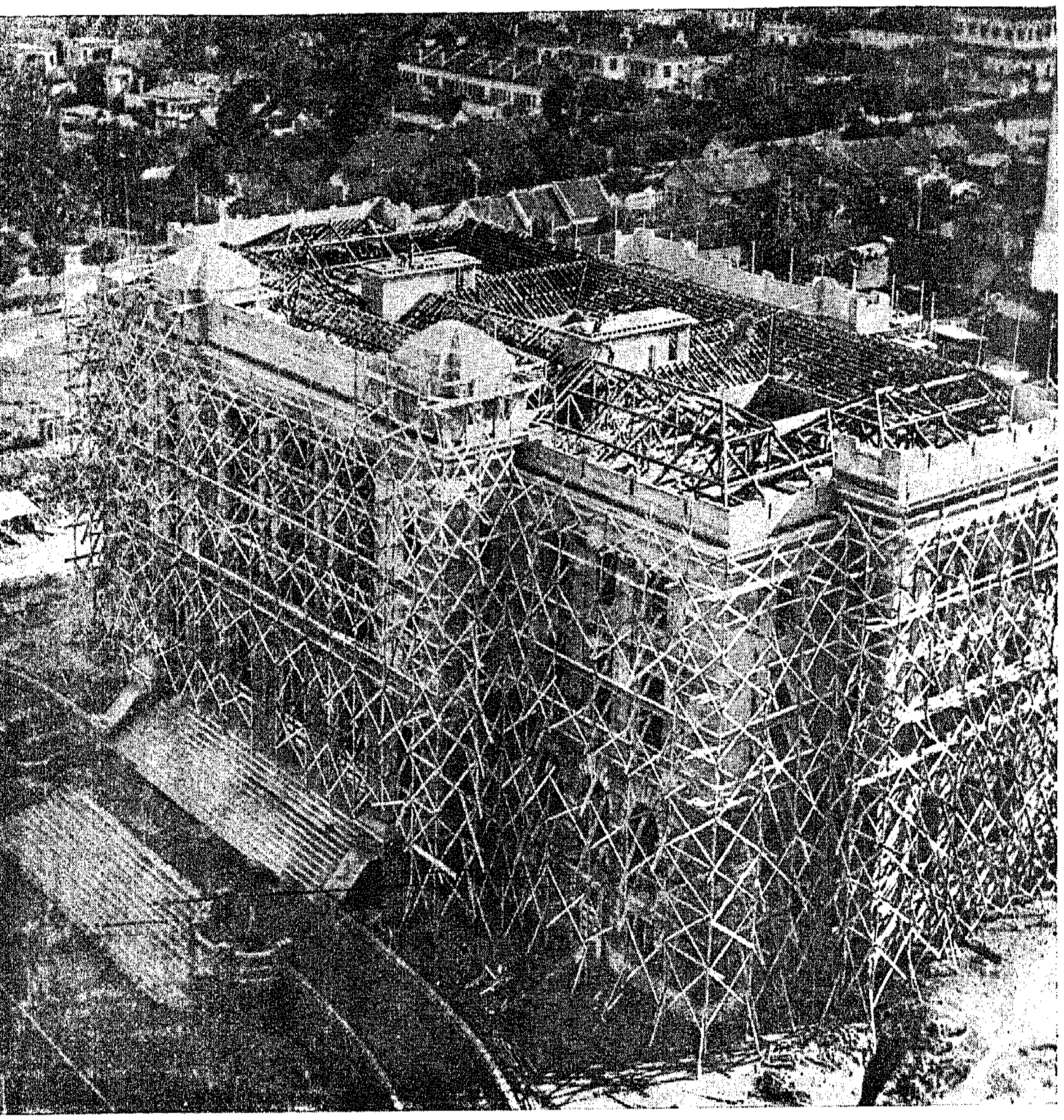
◆ ◆ ◆



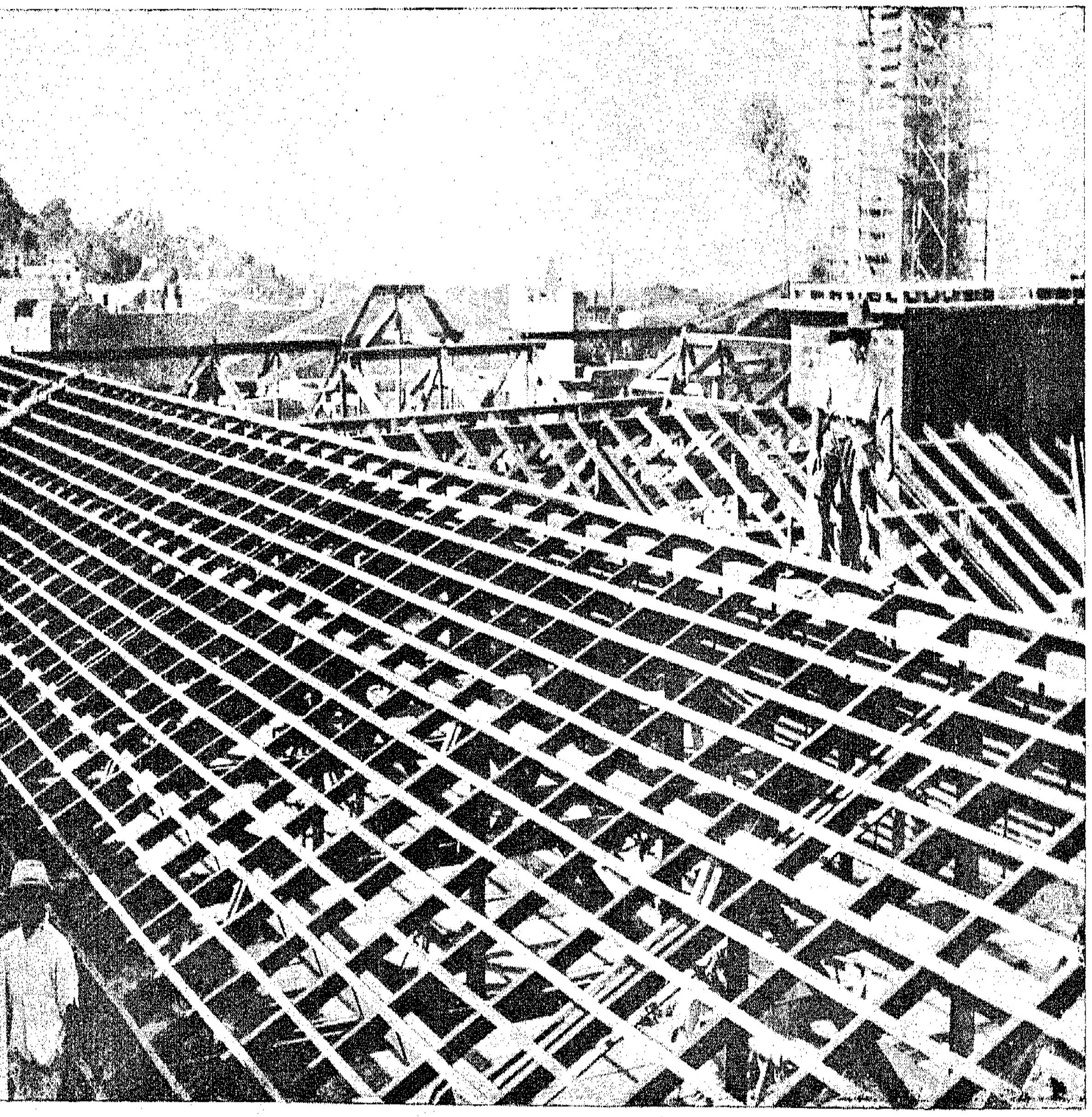
Três aspectos dos hangares

◆ ◆ ◆





O novo edifício
dos
Paços do Concelho



Estado actual
da
construção

modestíssima exposição sumariando factos relacionados com a criação e desenvolvimento do regime municipal em Lourenço Marques e bem assim com o seu regime de propriedade e respectivos forais.

Trata-se, emfim, de uma síntese que, quando muito, poderá interessar os que, ligados pelo nascimento ou pelo amor a esta bela cidade, desejem adquirir, quando ainda não os possuam, alguns conhecimentos acêrca dos referidos assuntos.

ALGUNS DADOS SÔBRE A CRIAÇÃO E EVOLUÇÃO DO REGIME MUNICIPAL

Freire de Andrade, que exerceu o cargo de Governador Geral desta Colónia desde 26 de Outubro de 1906 até 11 de Novembro de 1910, formulava no seu minucioso relatório datado de 20 de Agosto de 1908, enviado ao então Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, ao iniciar a sua exposição acêrca das câmaras municipais, as considerações que, em seguida, se transcrevem, para melhor se avaliar o que, ainda nessa época, tão ilustre colonial pensava e defendia, baseado em argumentos de valor, ao abordar o magno problema da administração municipal:

O regime municipal, perfeitamente justificado em Portugal, não tem ainda hoje razão de ser em Moçambique, onde a população é escassa e onde não se encontram indivíduos que, levados pelo desejo das honras e prerrogativas que cabem aos vereadores, desejem ser eleitos e trabalhar a bem da comunidade.

Ainda hoje, em Moçambique, a maior parte dos habitantes só procura arranjar as economias precisas para poder viver sossegadamente em Portugal; bem poucos realizam essa esperança mas é ela que serve de incentivo ao trabalho da maior parte.

Nestas condições, é dificílimo conseguir um grupo de homens que, desinteres-

sados e «não movidos por prémio vil», se proponham a aceitar ou aceitem o cargo de vereadores; demais, num meio onde as paixões parece serem exacerbadas pelo clima, as melhores intenções são malsinadas, e ainda será sempre alvo das críticas as mais acerbas e das calúnias as mais baixas, e os desgostos inevitáveis constituirão a recompensa dêsse trabalho e dessa honestidade.

Por outro lado, poucos são os que têm interêsses duradouros na Colónia e todos têm direito de votar para a eleição, e dêste modo o voto não tem a significação que deve ter; assim, exemplificarei dizendo que pode ser eleita uma Câmara para realizar um empréstimo que pode ser prejudicial no seu conjunto mas que, permitindo largas obras e trabalho durante três ou quatro anos, será vista com bons olhos pela população flutuante, que é a mais numerosa, e essa concorrerá para a eleição dessa Câmara.

Mas ainda mais: numa terra onde todos se conhecem, difícil é resistir a pedidos e influências, e mais natural é para as câmaras eleitas satisfazê-los para não criar atritos, que podem ser mais tarde causa de embaraços graves para os vereadores; e se em toda a parte esta causa exerce os seus efeitos, mais influe ela numa Câmara com um largo rendimento, perto de 300 contos de réis anuais, como é a de Lourenço Marques.

Por isso as coisas municipais nem sempre têm corrido pelo melhor nesta Província e entretanto não se podem acusar de deshonestas as corporações municipais; estou certo até que difícil será encontrá-las animadas de melhores desejos do que as que temos tido em Moçambique; mas as municipalidades não são corporações que possam desenvolver-se fora do meio onde nasceram e não se aclimatam por ora em África. E êsse facto dá-se não só entre nós, como também nas outras colónias sul-africanas, onde há bem pouco tempo os jornais discutiam a conveniência das municipalidades, que estão dando mau resultado até nas grandes cidades, tais como Joanesburgo e Cabo, pelos mesmos motivos que já apontei.

Para mim, o tipo de Câmara Municipal em África, sobretudo numa cidade como Lourenço Marques, seria o de uma repartição dirigida por um engenheiro e tendo um corpo deliberativo, composto de três a cinco membros, eleitos pela população de entre os quarenta maiores contribuintes, e dos quais a maioria seria portuguesa.

Os negócios da cidade, estudados pela repartição, seriam pelo seu chefe apresentados em sessão ao corpo deliberativo, que decidiria sôbre êles.

Por êste preâmbulo vê-se bem o estado, por assim dizer embrionário, em que, ainda há trinta e cinco anos, aqui se encontrava o regime municipal.

No entanto, é de notar que trinta e um anos antes fôra já estabelecido aqui êsse regime, por portaria do Govêrno Geral n.º 205, de 27 de Agosto de 1877, em obediência ao princípio constitucional que prescrevia a existência de câmaras municipais em todas as cidades e vilas do Reino.

Por êsse diploma legal foi nomeada a primeira Comissão, composta de dois cidadãos e presidida pelo Governador de Distrito, para administrar os negócios do concelho, até que os munícipes tivessem eleito os membros da Câmara Municipal. A Comissão tomou posse em 6 de Setembro do mesmo ano, devendo-se-lhe o primeiro Código de Posturas, que foi aprovado em 24 de Abril de 1878.

Nesta época, fins de 1878, segundo se vê na 2.ª edição da obra *O Distrito de Lourenço Marques no presente e no futuro*, publicada em 1881, da autoria de Augusto de Castilho, que mais tarde governou esta Colónia (1885-1889), a receita da Câmara era fundada apenas nas licenças e nas multas, não havendo ainda adicional algum sôbre impostos directos nem sôbre os indirectos da Alfândega, sendo portanto insuficientes as quantias cobradas para a execução dos necessários melhoramentos. Tudo estava ainda por fazer. Basta atentar no facto de a própria instrução pública, que custava, em todo o distrito de Lourenço Marques, sòmente cem mil réis por ano, manifestar-se apenas pela existência de uma única escola primária, com sede na vila e regida por um padre.

Ainda a propósito das enormes dificuldades que a Câmara nascente tinha de enfrentar, o mesmo ilustre autor dizia na citada obra:

Não somos de opinião que a Mãi-Pátria continue indefinidamente a subsidiar as obras públicas das suas províncias ultramarinas.

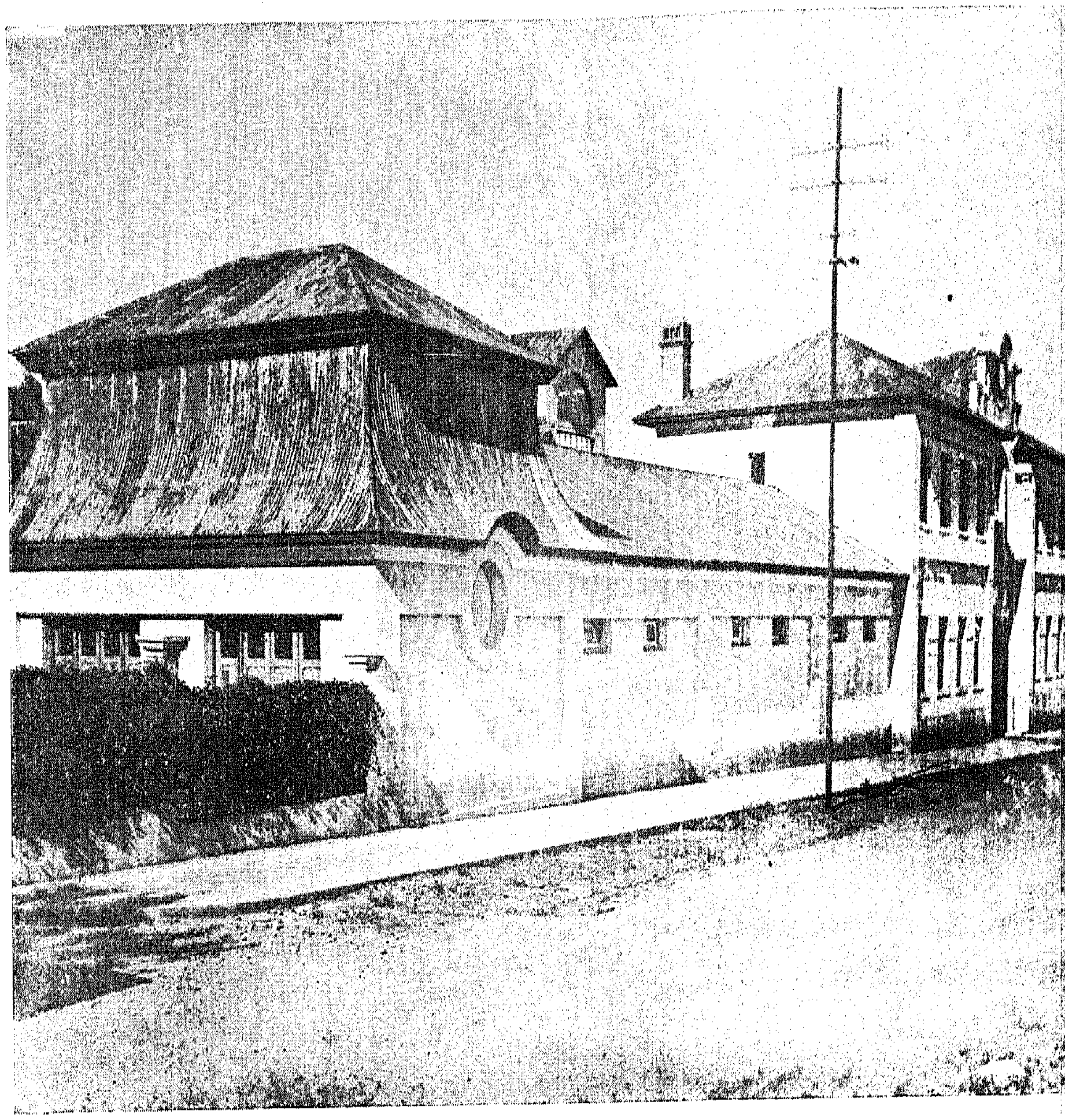
Crie-se nelas a receita necessária, o que é perfeitamente exeqüível e ainda se não fez; deixe-se que as rejam leis especiais e em harmonia com o seu grau de adiantamento e com a índole dos seus povos; derrame-se a instrução; promova-se a emigração de gente laboriosa e veremos dentro de muito pouco tempo como as colónias se suprem a si. E assim como não entendemos que as colónias suguem preguiçosamente a Mãi--Pátria, assim também e com muito mais razão não deve esta contar jamais com subsídio e indemnização daquelas. O único subsídio ou retribuïção com que os nossos domínios de além-mar devem recompensar os passados e actuais sacrifícios que Portugal tem feito, é a abertura de mercados para as nossas indústrias, a sustentação de uma activa marinha mercante e, acima de tudo, a sustentação do nosso bom nome como Nação Colonial respeitável, na altura em que deve estar.

Ainda nos fins de 1878, procedeu-se à primeira eleição municipal, sendo eleitos cinco vereadores que entraram no exercício das suas funções em 2 de Janeiro de 1879. Devido, porém, a irregularidades cometidas na escolha do presidente, o Govêrno Geral, por portaria de 9 de Março dêsse mesmo ano, dissolveu a Câmara eleita e nomeou, para a substituir, uma comissão composta de três cidadãos, entre êles Augusto de Castilho. Em 6 de Abril do mesmo ano, procedeu-se a nova eleição da Câmara, sendo eleitos cinco vereadores que tomaram posse dos seus cargos no dia 11 de Junho seguinte.

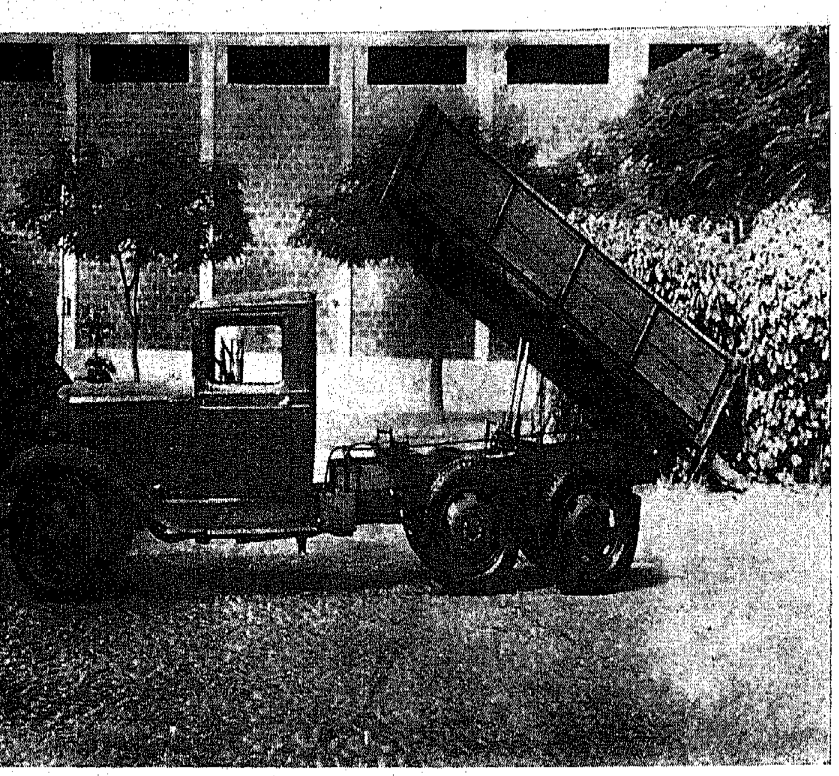
Tendo-se reconhecido, posteriormente, que alguns dos eleitos estavam impedidos de servir como vereadores e não havendo maneira de constituir a Câmara com elegíveis sem qualquer incompatibilidade, o Govêrno Geral, por portaria de 9 de Fevereiro de 1880, dissolveu essa Câmara e nomeou, para a substituir, uma comissão para gerir os negócios municipais.

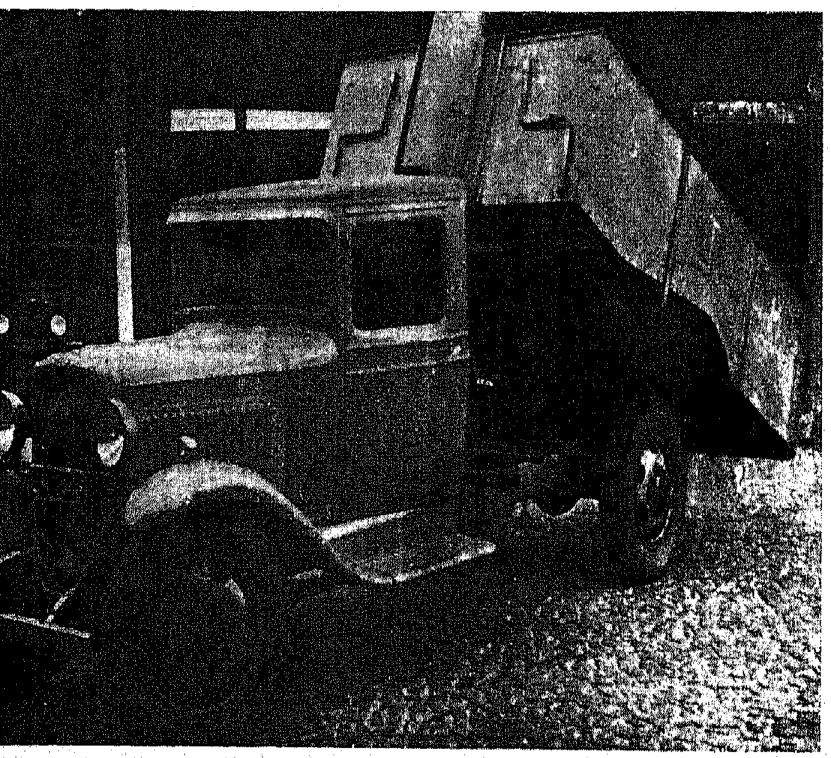
Procedeu-se a nova eleição nos fins dêsse ano, entrando os

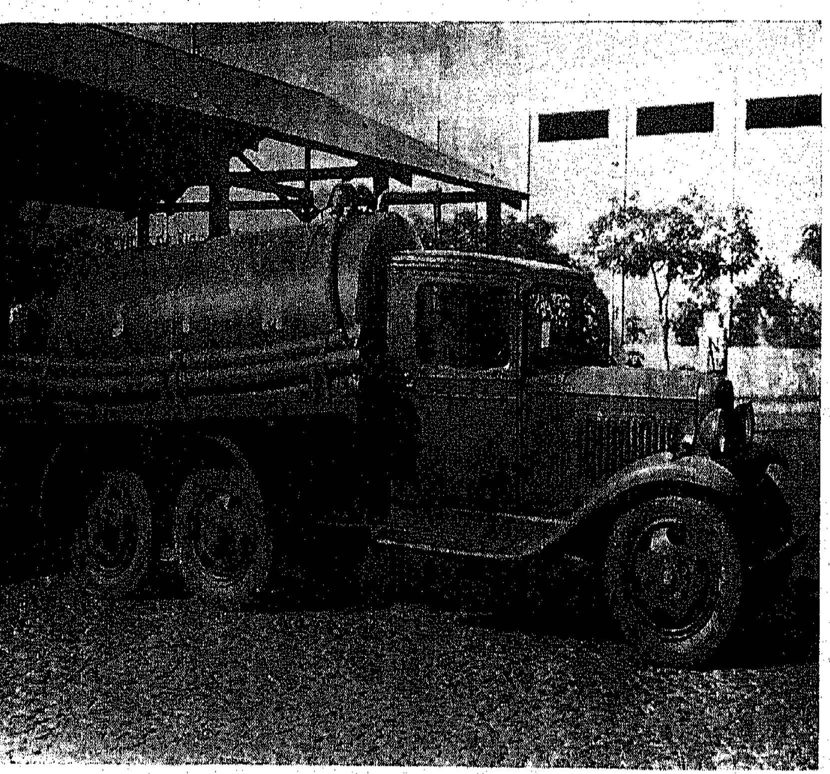
Matadouro Municipal



Mercado Municipal

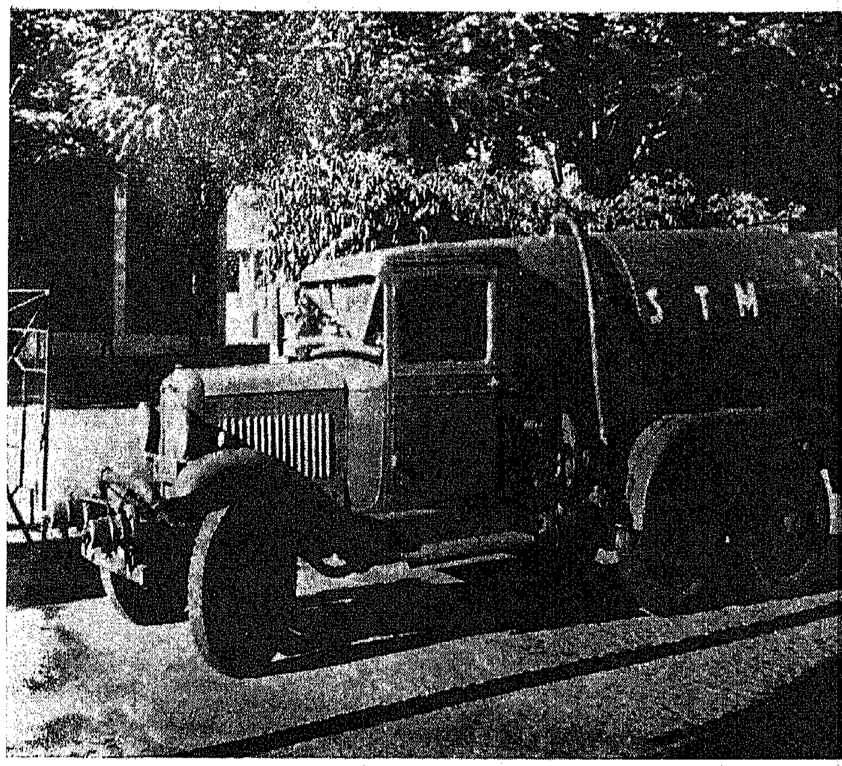


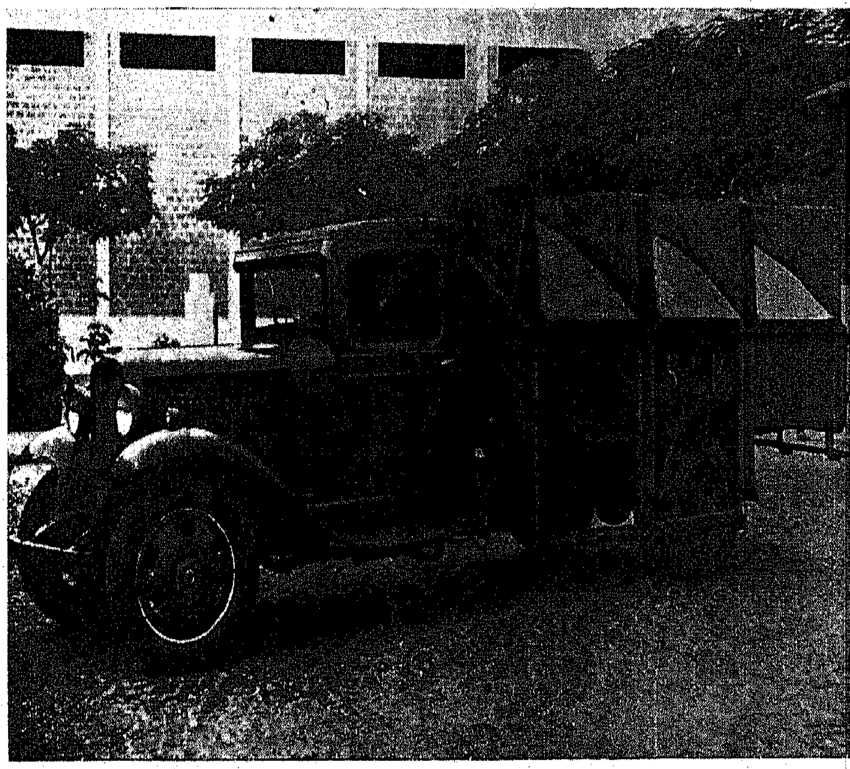


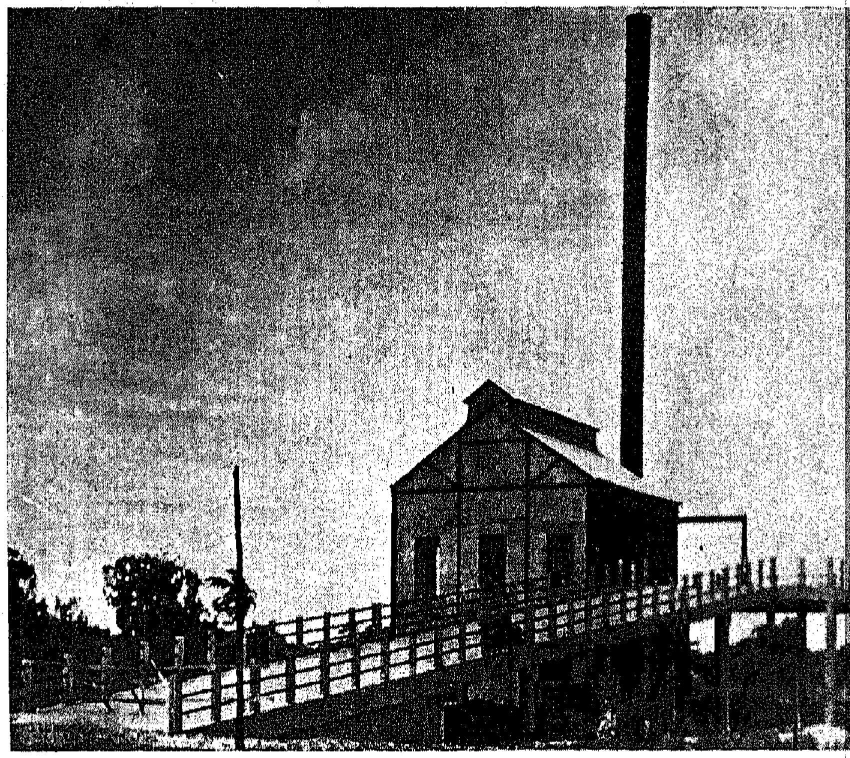


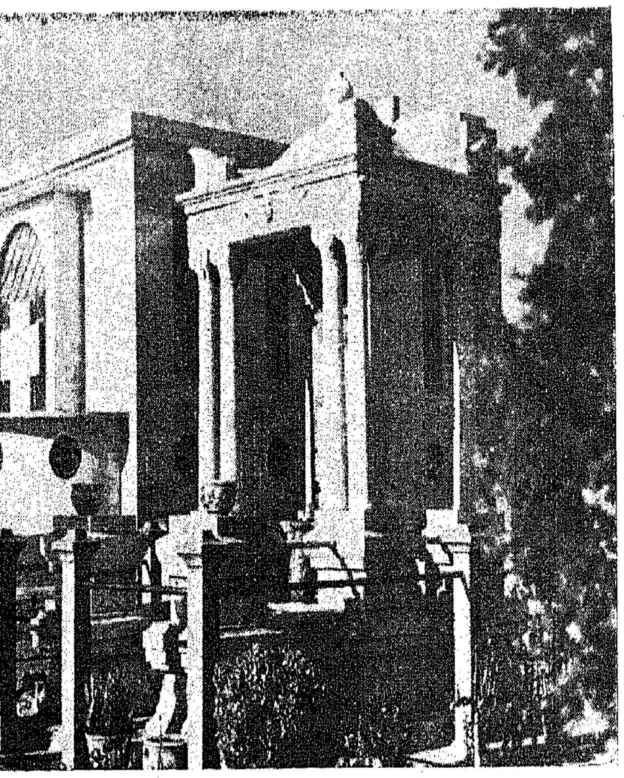
Serviços municipais de limpeza, regas e transportes

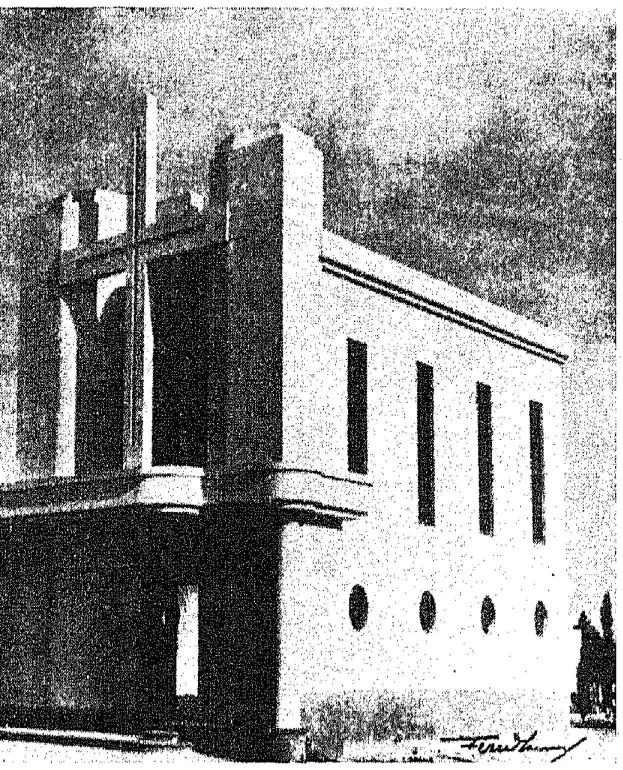
Alguns carros e, em baixo, o forno crematório

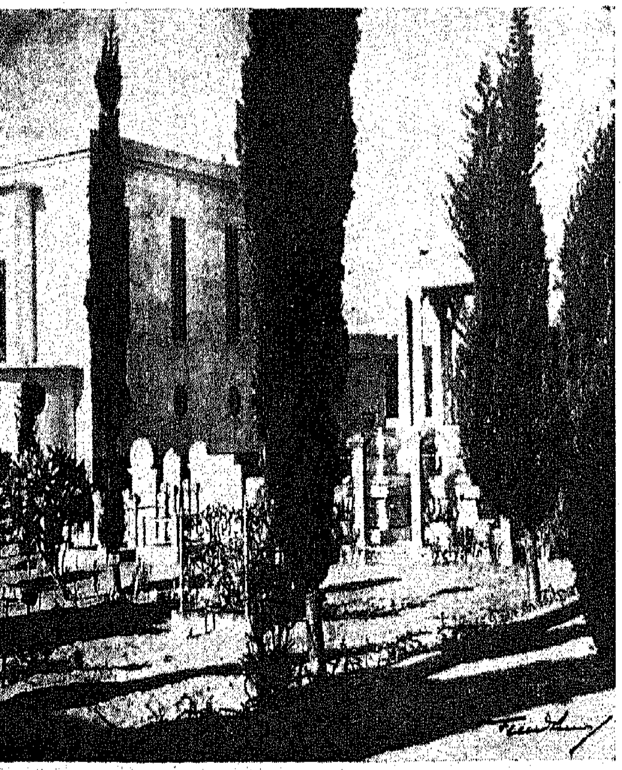












CEMITÉRIO DE S. FRANCISCO XAVIER

Dois trechos e a nova capela

vereadores eleitos no exercício das suas funções em 2 de Janeiro de 1881. Antes de findo o ano, foi essa Câmara dissolvida, por portaria do Govêrno Geral de 23 de Novembro, por mais uma vez se ter reconhecido que alguns dos eleitos eram inelegíveis para os cargos administrativos, sendo nomeada por essa mesma portaria uma nova comissão.

O sistema de comissões municipais continuou, ininterruptamente, até 19 de Novembro de 1882, data em que foi eleita uma Câmara, entrando os respectivos vereadores no desempenho das suas funções em 2 de Janeiro de 1883.

A nova eleição da Câmara se procedeu em 1 de Fevereiro de 1883, para o biénio de 1885-1886. Como, porém, não tinham concorrido à eleição os eleitores suficientes para a constituição da mesa eleitoral, o Conselho da Província, baseado no artigo 93.º do Código Administrativo de 18 de Março de 1842, dissolveu-a e nomeou uma comissão, persistindo depois êsse sistema até 1887, sendo as comissões municipais presididas pelo Governador do Distrito, nos termos do § 5.º do artigo 72.º do decreto de 1 de Dezembro de 1869.

* * *

Neste período decorrido de 1885 a 1886 há a assinalar os seguintes factos:

Em princípios de Dezembro de 1885 concluíu-se a canalização da água para a vila de Lourenço Marques, obra realizada por conta do município e dirigida pelo Chefe da Secção de Obras Públicas, tendo-se inaugurado, no dia 8 dêsse mesmo mês, com a solenidade devida, a nova fonte, à qual o município deu o nome de «Fonte de Castilho».

(Informações do Distrito de Lourenço Marques — *Boletim Oficial* n.º 7, de 13 de Fevereiro de 1886, referente a Dezembro de 1885 — Obras Públicas). Esta fonte, segundo sou informado, foi construída num terreno sito na chamada «Machamba do Govêrno», hoje integrado no Jardim Municipal.

A propósito dêste Jardim, devo dizer que pela portaria n.º 367, de 15 de Novembro de 1885, publicada no *Boletim Oficial* n.º 47, de 21 do mesmo mês e ano, firmada pelo Secretário Geral José Joaquim de Almeida, em nome do Governador Geral, nos termos do artigo 7.º do Regulamento de 10 de Outubro de 1865, foi dada a devida posse e feita entrega à Sociedade de Arboricultura e Floricultura do Distrito de Lourenço Marques de um terreno sito na «Machamba dos Soldados» e «Machamba do Governador», que lhe foi concedido por portaria n.º 290, de 3 de Setembro do referido ano, com a superfície de 13 hectares, 87 ares e 15 centiares, confrontando pelo norte com a Estrada da Ponta Vermelha; sueste, com o Cemitério dos Mouros; sudoeste, com a vala de esgôto, e noroeste, com a avenida projectada pela dita sociedade. Nesse terreno foi, mais tarde, instalado o Jardim Público.

Por portaria n.º 36, de 28 de Janeiro de 1886, publicada no *Boletim Oficial* n.º 5, de 30 dêsse mês, do então Governador Geral Augusto de Castilho, ouvido o Conselho do Govêrno e tendo em vista a opinião que sôbre o assunto fôra dada pelo respectivo delegado de saúde, foi concedido à Comissão Municipal da vila de Lourenço Marques um terreno sito no alto da «Munhoane», medindo 100 metros de frente por 100 metros de fundo, a fim de ali se construir o novo cemitério.

Foi, efectivamente, ali que se instalou o Cemitério de S. Francisco Xavier, o principal da cidade.

* * *

Eduardo de Noronha, no seu livro *O Distrito de Lourenço Marques e a África do Sul*, publicado em 1895, referindo-se à época em que esta Comissão geriu os negócios do município, faz uma alusão ao orçamento relativo ao ano de 1885 que já acusava uma receita na importância total de 5.869$079 réis e a despesa de 5.709$079, havendo assim um saldo positivo de 160$000 réis.

Ainda a propósito, devo acentuar que o orçamento mais antigo que se encontra no arquivo da Câmara, aliás muito incompleto, é o referente ao ano de 1894-1895.

Entretanto, do livro de actas, também ali existente, verifica-se que em 16 de Janeiro de 1879 foi presente à sessão o projecto de orçamento para o ano económico de 1879-1880 e que êste foi remetido ao Conselho de Província, não constando, porém, que tivesse sido aprovado, nem ao menos qual a sua receita e a sua despesa.

Pelo respectivo livro «Caixa», existente no mesmo arquivo, vê-se também que já em 1878 havia um orçamento, que se presume ser o primeiro, a vigorar durante o ano económico com início em Julho dêsse ano e a terminar em Junho de 1879. A receita inscrita nesse orçamento atingia a importância de 104$125 réis e a despesa cingia-se apenas à insignificante quantia de 23$740 réis.

Prosseguindo.

Reconhecido, como foi, ainda no ano de 1887, que além de outras circunstâncias as funções de Governador do Distrito estavam-se tornando cada vez mais complexas e, portanto, impossibilitando essa acumulação, foi publicado o decreto que reorganizou a administração do distrito de Lourenço Marques, determinando-se nesse diploma que,

emquanto não houvesse número suficiente de pessoas aptas para os cargos municipais, de entre as quais os eleitores pudessem livremente escolher, ficariam o administrador do concelho e mais dois cidadãos, anualmente nomeados pelo Governador Geral, constituindo uma Comissão com as mesmas atribuições concedidas às câmaras municipais. Em obediência e nos termos dessa disposição legal, o então administrador do concelho, como presidente da nova Comissão Municipal, entrou logo em exercício, com mais dois cidadãos servindo de vogais.

Convém aqui lembrar que foi nos fins dêsse ano de 1887, ou mais precisamente no dia 10 de Novembro, que o antigo presídio de Lourenço Marques, fundado em 1781 e reconhecido como vila em 19 de Dezembro de 1876, foi elevado à categoria de cidade.

Em 1888, realizaram-se novas eleições, entrando os vereadores eleitos em exercício dos seus cargos em 2 de Janeiro de 1889.

Ocorre acentuar ter sido neste último ano, em 22 de Agosto, que à cidade de Lourenço Marques foi outorgado brasão de armas cujo desenho foi da autoria do general de brigada Joaquim José Lapa.

Novas eleições se realizaram em 6 de Julho de 1890, tendo os vereadores eleitos tomado posse em 11 do dito mês e ano. Dissolvida esta Câmara, por motivos que não consegui conhecer, procedeu-se à eleição em 23 de Novembro de 1891, mas pouco depois, isto é, em 31 de Dezembro dêsse mesmo ano, o Govêrno Geral, por portaria dessa data, dissolveu essa Câmara com o fundamento de existirem graves irregularidades na escrituração municipal e, pelo mesmo diploma, nomeou uma comissão de que fazia parte Francisco Roque de Aguiar.

Até 1897 não houve outras câmaras municipais, continuando os interêsses locais a ser geridos por comissões constituídas, como até então, por três membros, sendo dois dêles de livre nomeação do Governador Geral. Em 3 de Julho de 1892, ainda se procedeu a nova eleição, não chegando, contudo, a vereação eleita a tomar posse dos seus cargos, facto êste para o qual não consegui também encontrar qualquer justificação.

O referido decreto de 16 de Setembro de 1887 foi, depois, alterado por portaria de 2 de Maio de 1897 — firmada pelo eminente vulto que foi Mousinho de Albuquerque, ao tempo exercendo o alto cargo de Comissário Régio — no sentido de a Comissão Municipal de Lourenço Marques passar a ser composta de cinco membros, todos de livre escolha do Governador Geral, organização que vigorou até 1910.

Assim, no decurso dêsses treze anos, várias comissões foram nomeadas, algumas com duração efémera, com excepção da que exerceu o mandato desde 1908 a 1910.

Ainda nesse ano de 1910, funcionaram quatro comissões, sendo a última já constituída depois de implantado o regime republicano. Tomou posse em 3 de Novembro dêsse ano e funcionou apenas até 2 de Janeiro de 1911, sendo, então, eleita nova Câmara, nos termos do § 2.º do artigo 223.º do Código Administrativo ao tempo em vigor.

Em 1912, nova eleição da Câmara, que tomou posse em 2 de Janeiro de 1913, presidida por João Tamagnini de Sousa Barbosa. Exerceu esta a sua função até 1914, ano em que foi eleita uma outra que tomou posse em 2 de Janeiro dêsse ano e vigorou até 1917.

Por portaria n.º 319, de Janeiro dêsse ano, foi nomeada a Comissão que tomou posse em 2 de Fevereiro, estando em exercício até Agosto de 1919, sendo por portaria n.º 2:122, dêsse mês e ano, exonerada a seu pedido.

Pela portaria n.º 2:123, de 23 de Agosto de 1919, foi nomeada

1750

nova Comissão que tomou posse em 27 dêsse mês e se manteve até Março de 1922, sofrendo várias alterações nesse decurso de tempo.

Por portaria n.º 331, de 1 de Abril de 1922, foi nomeada uma outra, logo modificada em 1924 e em 1925, sendo definitivamente substituída pela que foi constituída por portaria de 19 de Maio de 1927, a qual tomou posse na mesma data e vigorou até 2 de Agosto de 1928. Por portaria dessa data foi, por sua vez, essa Comissão substituída pela que tomou posse em 7 do mesmo mês.

Quanto a esta última, verifiquei, pelo competente livro das actas e dos termos de compromisso de honra, que a sua constituïção, no decurso de pouco mais de seis anos, isto é, até 1935, foi alterada doze vezes, sendo a maior parte delas provocada pela retirada para a Metrópole de alguns dos seus componentes.

Em 1935, foi eleita uma Câmara que prestou o seu compromisso de honra em 6 de Fevereiro dêsse ano, assumindo a presidência, pela primeira vez, o engenheiro Francisco dos Santos Pinto Teixeira, já então Director dos Serviços dos Portos e Caminhos de Ferro de Lourenço Marques, o qual, tendo-se ausentado por motivo de doença em Junho dêsse ano, reassumiu as suas funções em 6 de Novembro seguinte, deixando de as exercer em 7 de Abril de 1937, por ter de se ausentar com demora. Esta Câmara, que algumas vezes foi também alterada na sua composição, foi depois substituída pela que, eleita por sufrágio directo e pelas associações económicas, tomou posse em 3 de Janeiro de 1938, vigorando até 1940, tendo como presidente o comandante José Maria da Silva Cardoso que, por portaria de Março dêsse ano, foi substituído pelo referido engenheiro Pinto Teixeira.

Por último, por portaria de 23 de Dezembro de 1940, publicada no *Boletim Oficial* n.º 52, 2.ª série, de 26 do mesmo mês, foi no-

meada a actual Comissão Administrativa, nos termos e em conformidade com o disposto no artigo 2.º do decreto n.º 30.817, de 21 de Outubro dêsse ano, que tomou posse em 2 de Janeiro de 1941, tendo como seu presidente o mencionado engenheiro Pinto Teixeira. São, actualmente, seus vogais efectivos o médico de primeira classe do quadro de saúde, Dr. António Luiz de Sousa Sobrinho (vice-presidente), o advogado Dr. Maximiano Coelho de Almeida Cota, o engenheiro Eduardo Veríssimo Dias Barbosa e o empregado bancário Manuel Faria de Almeida.

* * *

Como se vê, durante tão longo período de tempo o sistema das comissões é o que tem prevalecido.

Nos primeiros tempos, graves foram os inconvenientes que, de facto, dêle resultaram, sendo muitos dêles apontados não só no dito relatório de Freire de Andrade como, ainda, noutros trabalhos de reconhecido mérito de que me utilizei como valiosos elementos de estudo, firmados por eruditos autores, alguns dos quais prestaram a esta Colónia relevantes serviços, como, entre outros, Augusto de Castilho (1885 a 1889) e António Enes (1895).

Uma sólida razão que, inteiramente, o justificava, impunha o recurso a essas comissões. É que, então, nesses recuados tempos, era ainda muito diminuto o número de pessoas aptas para desempenhar os cargos municipais. Como pano de amostra, ressalta a portaria do Govêrno Geral de 22 de Novembro de 1881, donde consta que, nesse ano, apenas havia recenseados como elegíveis para os cargos administrativos 10 cidadãos, 6 dos quais eram empregados públicos; em 1883, havia 23 e, em 1892, ainda sòmente se contavam 51. Êste número,

contudo, foi aumentando até que, onze anos depois, em 1903, estavam recenseados como elegíveis 869 eleitores.

A propósito da deficiente actuação das antigas comissões basta transcrever, para sua demonstração, os três seguintes períodos de um artigo publicado no *Jornal do Comércio*, de 20 de Fevereiro de 1904, inteiramente reproduzido no mencionado relatório de Freire de Andrade, que não contrariou o que vai exposto:

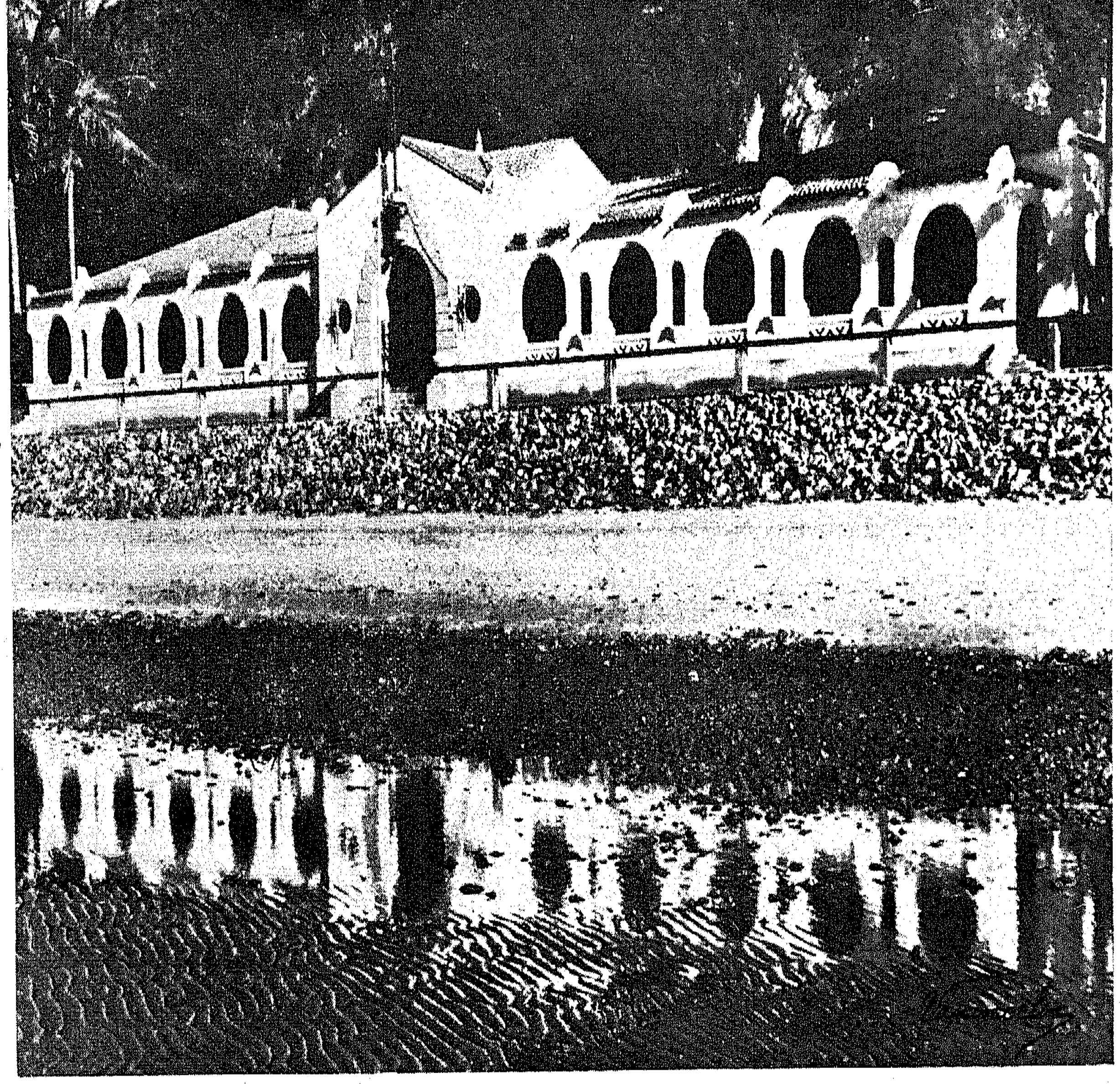
A partir de 1895 caíu sôbre o património imobiliário do município uma espessa nuvem de usurpadores; cumpria à Câmara Municipal ter obstado à usurpação efectuada; mas, desde que esta se consumou, nenhum outro caminho lhe restava, além do de fazer a concessão dos terrenos usurpados que fôssem desnecessários ao exercício da actividade municipal, nos termos da portaria do Comissário Régio de 23 de Março de 1895, instaurando as competentes acções para haver à posse do município os tractos de terrenos cujos possuidores se não sujeitassem às disposições dêsse diploma.

As comissões municipais, porém, preferiram deixar correr à revelia os processos de justificação de mera posse distribuídos pelos usurpadores, deixando julgar provados factos que, sem serem conformes com a realidade, foram de danosas conseqüências para o património municipal.

Os anais do Tribunal de Lourenço Marques mostram que, apesar de haver uns poucos de centos de milhares de hectares subtraídos à posse do município por dezenas de indivíduos, a Comissão Municipal só contestou seis causas de justificação de mera posse e apenas propôs acções de reivindicação contra três ou quatro usurpadores; e, mesmo com relação a estes, fez uma transacção ruïnosa, pelo que respeita a um dos terrenos, e quanto aos outros, apesar de terem passado em julgado as sentenças que os mandaram reverter ao poder do Concelho, ainda não promoveu a sua execução.

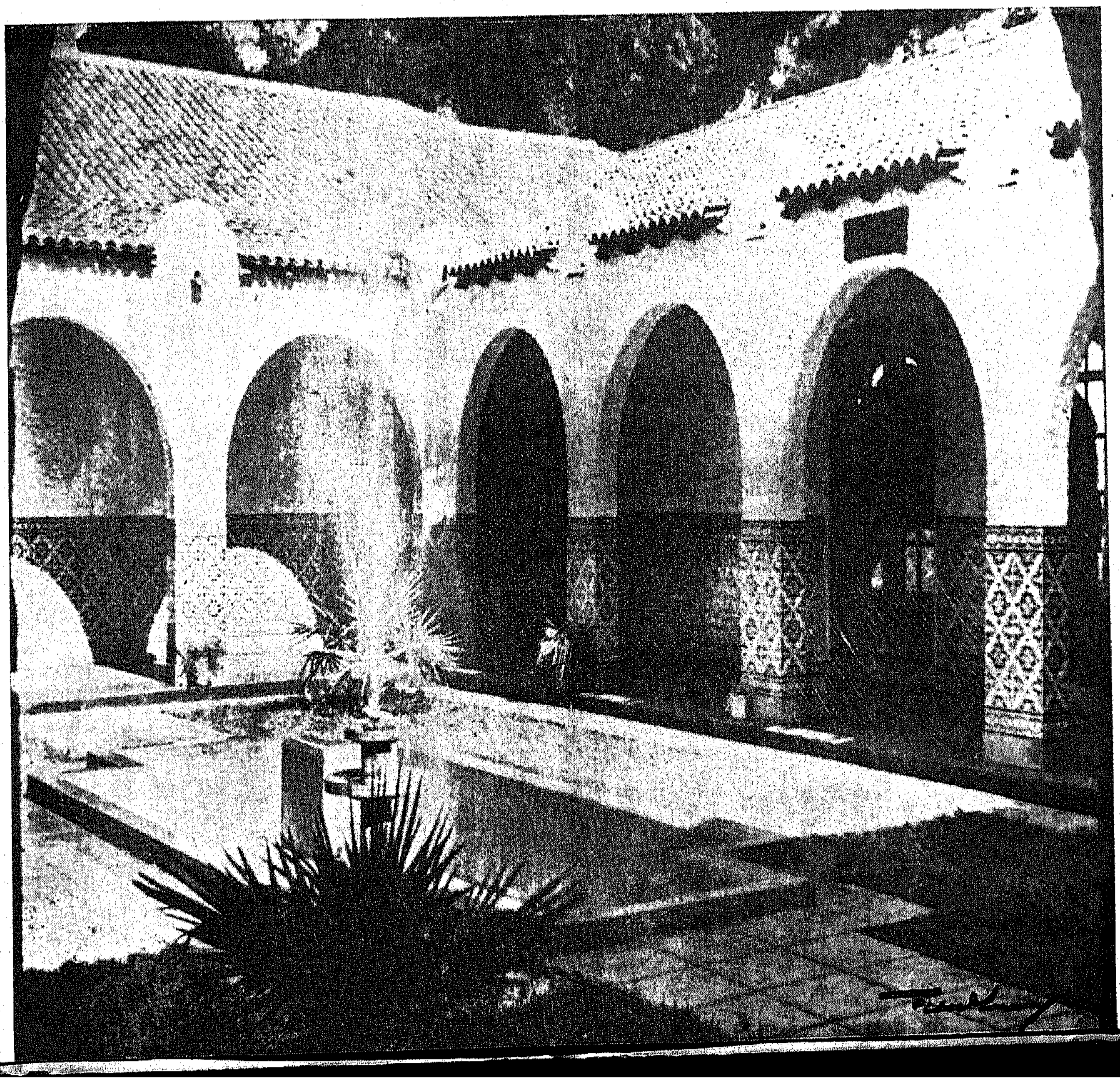
Isto, como se vê, foi escrito há trinta e nove anos e referia-se a factos ocorridos ainda anos antes.

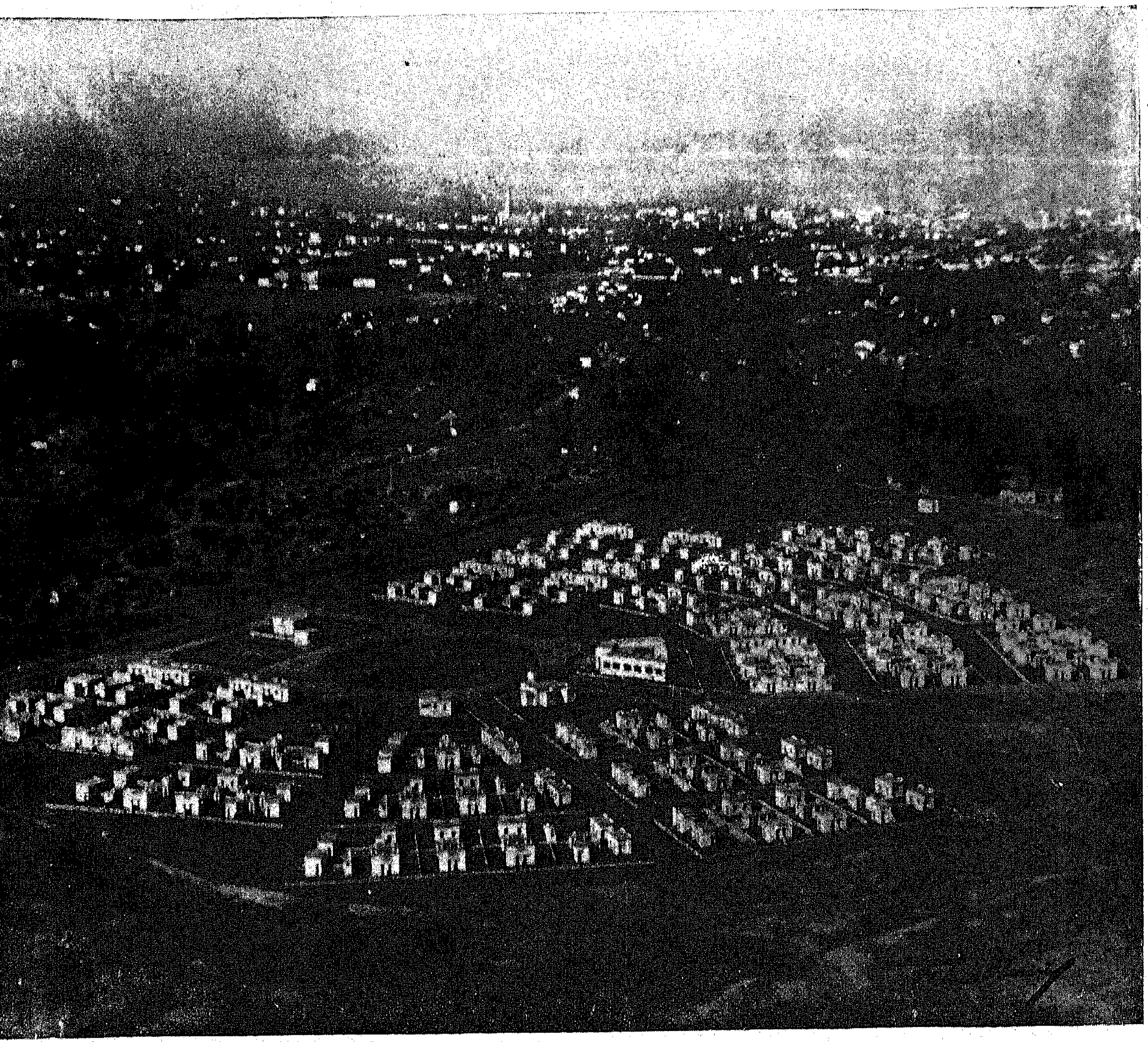
No entanto, com o decurso do tempo e mercê de circunstâncias



Balneário Infantil «D. Mariana Nunes de Oliveira», na Polana

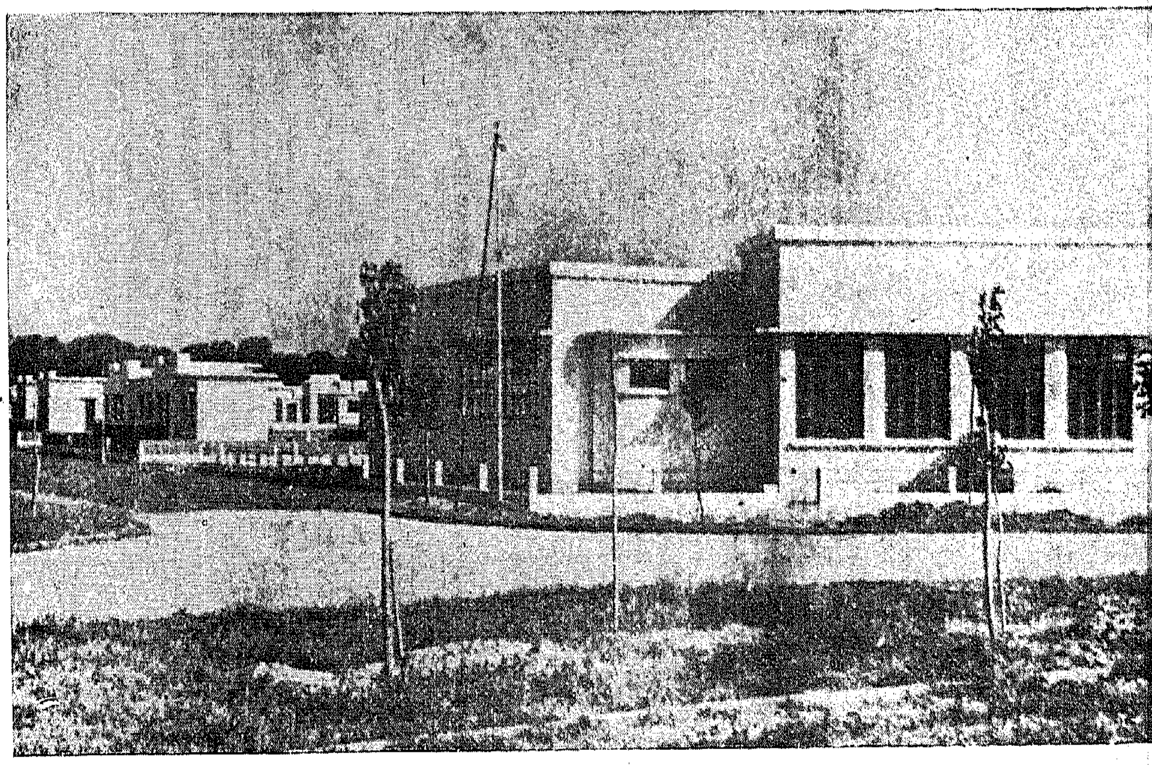
Fachada e páteo

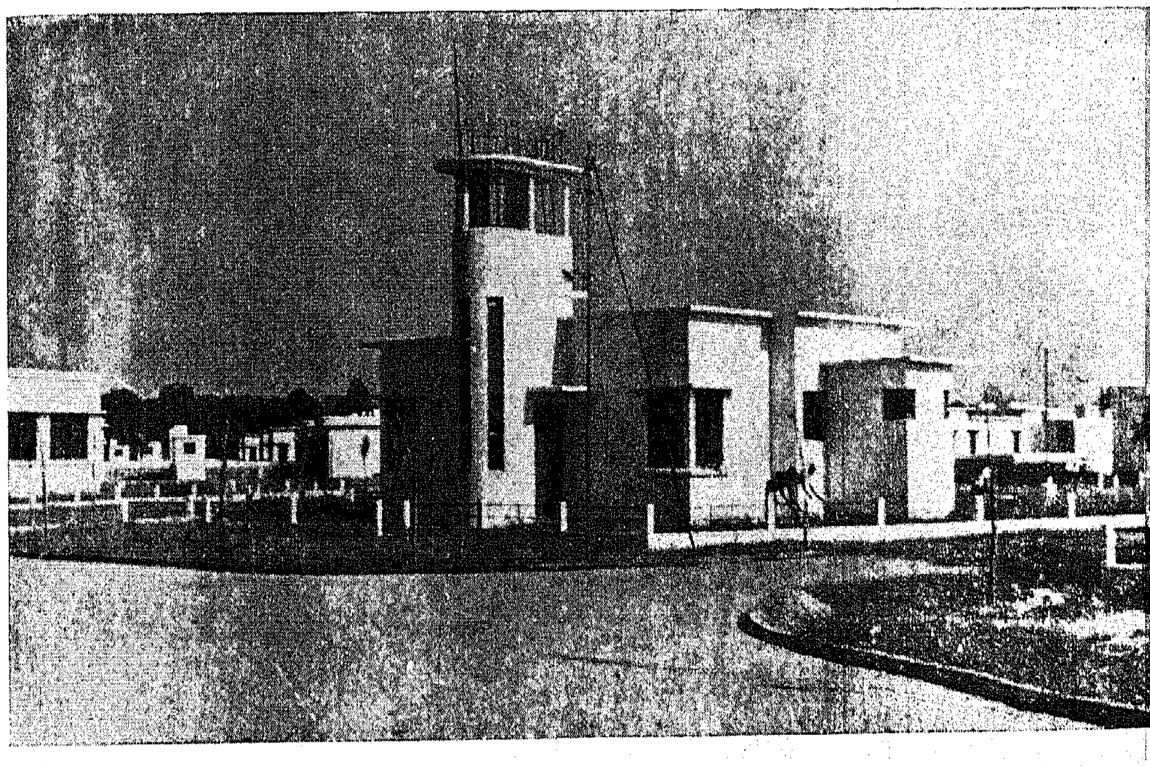


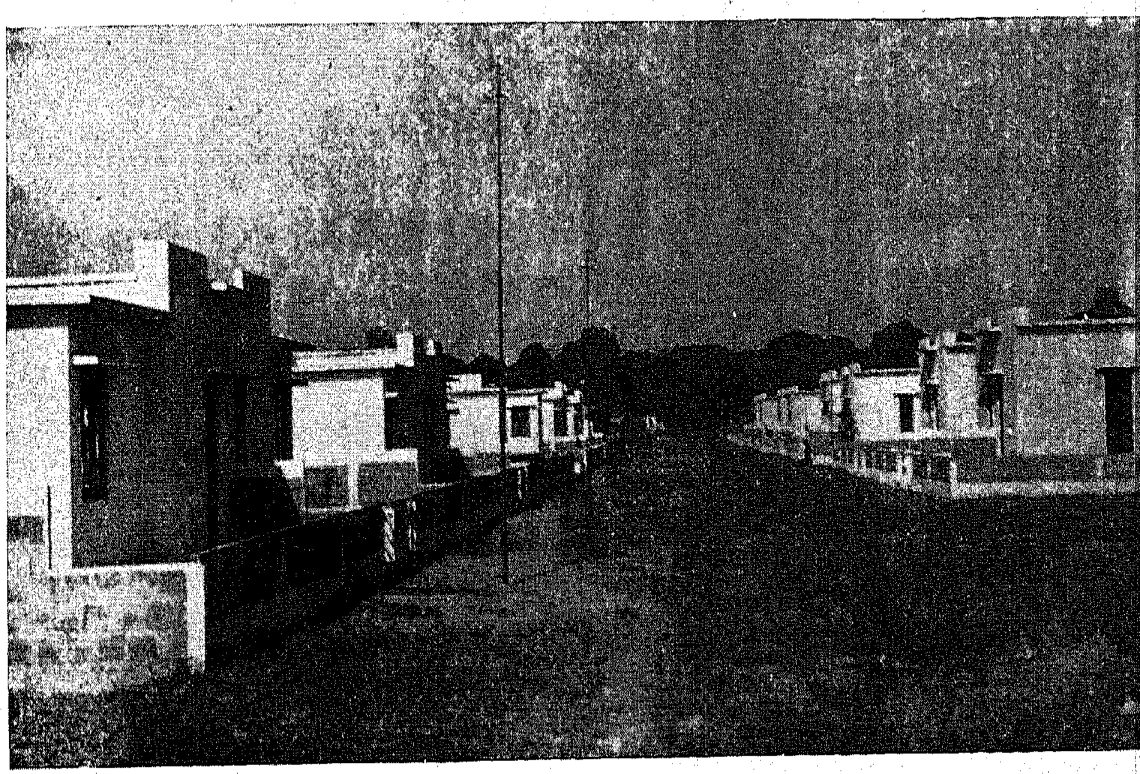


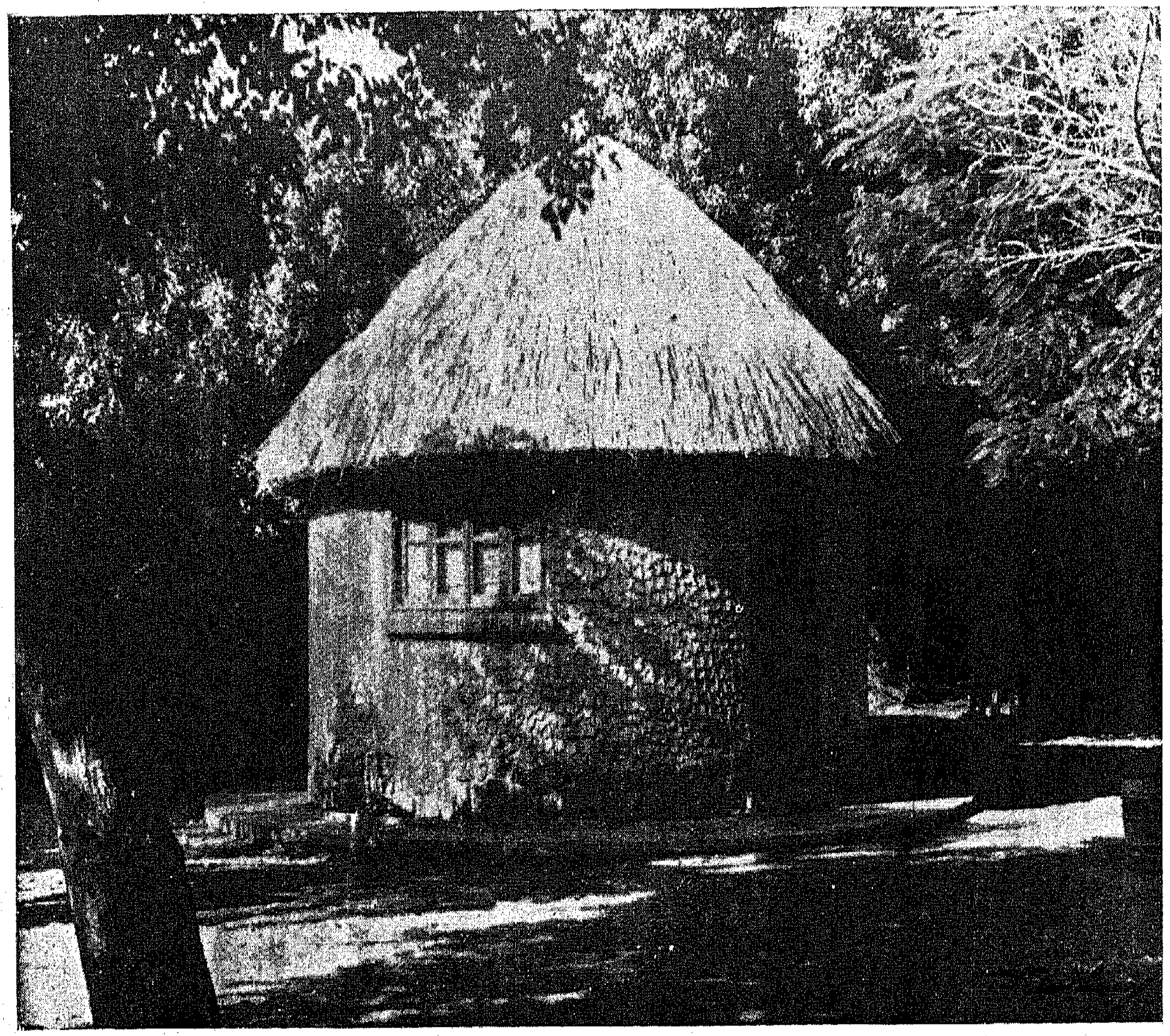
BAIRRO INDÍGENA

Vista aérea geral e, na página em frente, três aspectos parciais

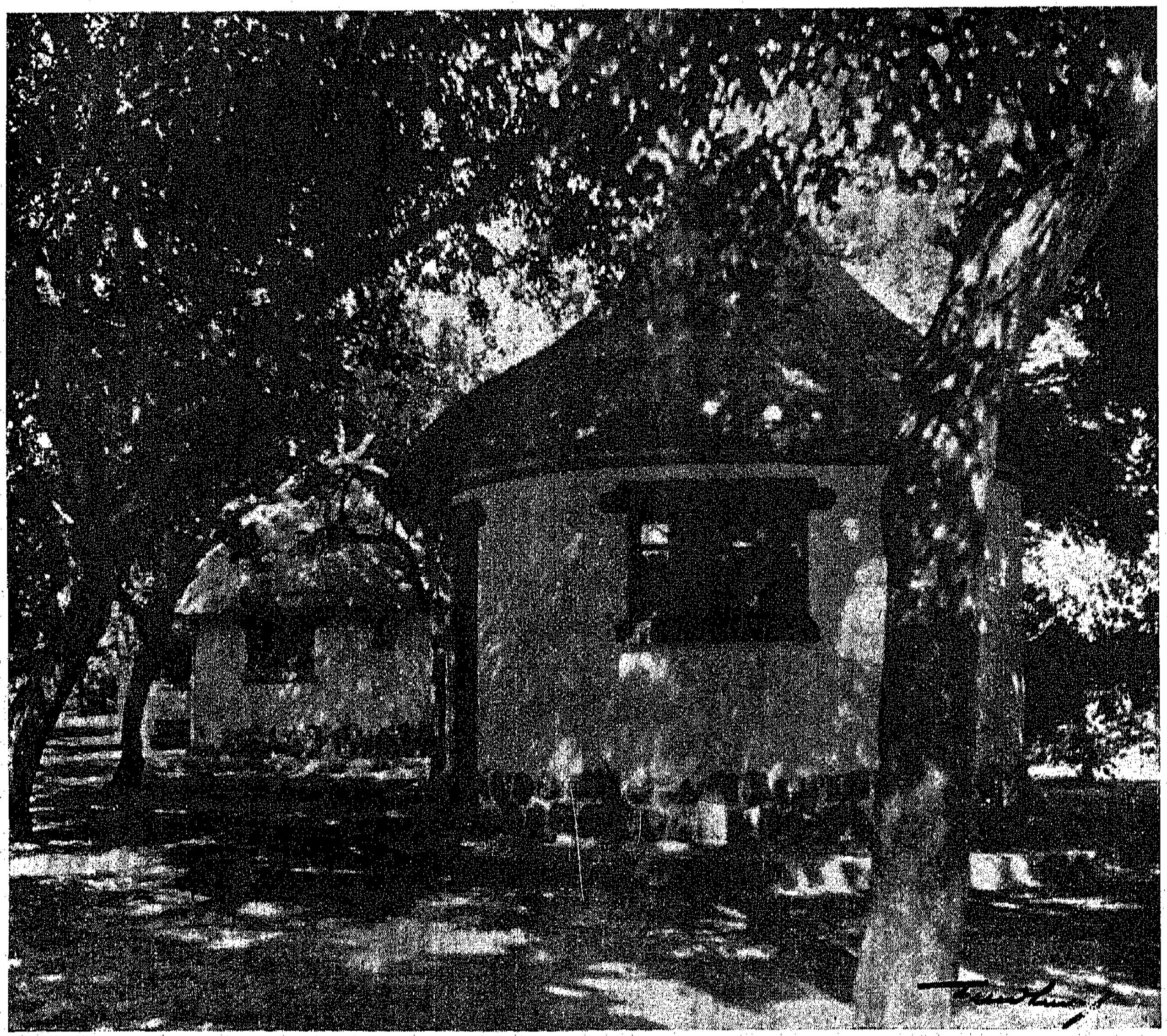








Rondáveis para campistas no Palmar da Praia da Polana



várias, os diferentes motivos determinantes dos inconvenientes já apontados, além de outros, ou foram pouco a pouco desaparecendo ou se modificaram de tal modo que a vida do município, até então mais do que difícil, foi reanimada por benéficos factores, contribuindo assim, poderosamente, para que a sua evolução se acelerasse e atingisse o grau de desenvolvimento que hoje apresenta.

Os factores que, no seu conjunto, concorreram para êsse resultado, foram, em síntese: o acelerado acréscimo da população e a conseqüente possibilidade de seleccionar melhor os indivíduos capazes de arcarem, consciente e proficientemente, com a responsabilidade inerente à sua ingerência na administração municipal; e as concessões, feitas pelo Estado, de grandes tractos de terreno, alargando assim, cada vez mais, os limites da área do concelho, a qual é actualmente de 5:071 hectares, sendo a da cidade 940 hectares e a dos subúrbios 4:131 hectares.

Quanto a construções, o número de casas de alvenaria existentes na cidade é de 2:709, calculando-se que as de madeira e zinco ainda existentes se elevam, no máximo, a 300. Nos subúrbios, o número de casas de alvenaria é de 600, sendo de 1:500 o número aproximado de casas de madeira e zinco.

Além de sucessivas concessões de terrenos, o Estado conferiu ao município especiais regalias e beneficiou-o com valiosas fontes de receita, aumentando assim, de modo considerável, o seu potencial realizador.

Ao mesmo tempo que, por meio de adequadas medidas legislativas, o Estado ia regulando a actividade e o funcionamento da vida administrativa do município, acautelava e defendia os legítimos interêsses da comunidade, estabelecendo para certos casos expressos na lei normas

de carácter tutelar, destinadas a tornar eficaz a sua indispensável acção fiscalizadora.

REGIME DOS TERRENOS DA CÂMARA

FORAIS

Os primeiros diplomas legais que, no seu conjunto, constituíram, por assim dizer, o primeiro foral desta Câmara, foram dois decretos do Comissário Régio António Enes: primeiro, o de n.º 15-A, de 25 de Março de 1895, publicado no *Boletim Oficial* n.º 18, de 4 de Maio dêsse ano; segundo, o de n.º 33, de 20 de Abril do mesmo ano, publicado no suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 18, de 8 de Maio também do mesmo ano.

No primeiro estabelecia-se, em resumo, que a doutrina do artigo 17.º da carta de lei de 21 de Agosto de 1856 era aplicável a todos os baldios da Província de Moçambique que, à data da publicação, pertenciam ao Estado e depois foram dados de aforamento — quer os aforamentos tivessem sido concedidos pelo Govêrno da Metrópole, quer pelo Govêrno da Província, quer por corporações municipais.

Para melhor compreensão, transcrevo em seguida o disposto no artigo 17.º da citada carta de lei:

> Se porventura para fundar alguma povoação, ou para quaisquer obras de utilidade pública, como igrejas, hospitais, alfândegas, cais, fortes, quartéis, etc., fôr mister expropriar todos os terrenos empregados ou parte dêles, os enfiteutas não poderão exigir indemnização alguma pelos terrenos ou parte dos terrenos de que foram expropriados; mas só lhes será diminuído proporcionalmente o fôro e pago o valor das bemfeitorias que tiverem feito nos ditos terrenos ou parte dêles.

No segundo decreto, que continha sete artigos, basta acentuar, pela sua importância, o que se estabelecia nos primeiros três artigos. No artigo 1.º preceituava-se que eram considerados propriedade do concelho de Lourenço Marques todos os terrenos baldios situados na área delimitada pelas linhas indicadas nos n.ºs 1.º a 4.º dêsse artigo. No artigo 2.º dispunha-se que dentro dessa área o Estado reservava para si a propriedade plena dos terrenos que foram marcados como destinados a edifícios públicos no projecto de ampliação da cidade de Lourenço Marques, aprovado por portaria n.º 598, de 1 de Dezembro de 1892, e bem assim dos terrenos então cobertos por edifícios que pertenciam ao Estado ou dependessem dêsses edifícios. Finalmente, no artigo 3.º firmava-se o princípio de que o Estado reconhecia, para todos os efeitos, o município de Lourenço Marques como senhorio directo de todos os terrenos compreendidos na área demarcada pelo já citado artigo 1.º e não reservados nos termos do artigo 2.º, que as administrações do mesmo município tivessem, até então, concedido por aforamento a indivíduos ou a companhias, nacionais ou estrangeiras, se essas concessões devessem ser consideradas válidas e subsistentes, segundo os preceitos que a respeito delas tinham sido mandados cumprir pelo referido decreto de 25 de Março de 1895.

* * *

Dois anos depois, Mousinho de Albuquerque, ocupando-se do mesmo assunto, fixou por portaria de 8 de Outubro de 1897 mais regras a seguir para a regularização dos direitos de propriedade, tanto da parte do município, como dos seus munícipes.

Em 1902, Teixeira de Sousa, por decreto de 13 de Agosto, promulgou novas providências destinadas a regularizar os títulos de ter-

renos, declarando quais os que deviam ser confirmados, determinando que fôssem intentadas acções de reivindicação de terrenos contra os indivíduos ou sociedades que, ilegalmente, os tivessem ocupado ou adquirido, estabelecendo regras sôbre arrendamentos, regulando a forma de se fazerem aforamentos, fixando os preços-bases da licitação e autorizando o Govêrno a prestar à Câmara os recursos de que necessitasse não só para serem intentadas as ditas acções de reivindicação como, ainda, para completar os trabalhos da planta cadastral. Êsse decreto, em 24 de Dezembro do mesmo ano, foi substituído por outro que lhe introduziu algumas alterações.

Por decreto de 20 de Setembro de 1906, Aires de Ornelas promulgou o foral do município de Lourenço Marques, que foi publicado no *Diário do Govêrno* n.º 215, de 24 do mesmo mês, não chegando, porém, a ser publicado no *Boletim Oficial* da Colónia.

Em 28 de Novembro do mesmo ano, o então advogado da Câmara, Dr. Garcia Marques, apresentou à Comissão Municipal um novo projecto de foral alterando profundamente o citado decreto emanado do Govêrno da Metrópole, projecto que foi apreciado em seguida pela dita Comissão em sua sessão de 15 de Dezembro, sendo-lhe introduzidas várias modificações.

Poucos dias depois, isto é, em 27 do mesmo mês, tomou posse nova Comissão Municipal cujo presidente, em sessão de 13 de Fevereiro de 1908, a propósito dêste último projecto e segundo consta de uma proposta que apresentou nessa mesma sessão, disse o seguinte:

Do seu estudo encarreguei o ex-vogal Dr. Ângelo Ferreira que, com a sua comprovada competência, se desempenhou cabalmente desta comissão, apresentando um relatório e um projecto de foral que foi aprovado unânimente pela Comissão Municipal na sua sessão de 31 de Janeiro de 1907. Sôbre as considerações feitas pelo ilustre vogal nesse bem elaborado relatório e sôbre as disposições regulamentares do foral nada me cumpre dizer, porque o assunto é bem conhecido da Comissão Municipal, que muito justamente louvou o trabalho do Dr. Ângelo Ferreira.

Das diversas fontes a que recorri não me foi possível colhêr elementos que pudessem elucidar-me acêrca do resultado que obteve êsse projecto, tendo apenas conseguido saber que até, pelo menos, 13 de Fevereiro de 1908, o Govêrno da Metrópole nenhuma resolução havia tomado sôbre êsse importante assunto.

Passam-se mais seis anos e, decalcado sôbre êsse mesmo projecto, surge o foral dêste município, aprovado em Conselho do Govêrno e concedido pela portaria n.º 834-A, de 23 de Junho de 1914, sendo meses depois alterado pela portaria n.º 2:253, de 2 de Dezembro do mesmo ano.

Vem, depois, o foral que se encontra ainda em vigor, aprovado por portaria n.º 1:131, de 5 de Abril de 1919, firmado pelo então Governador Geral Pedro Francisco Massano de Amorim, a cuja memória seja-me permitido render aqui as minhas homenagens, pois que com êle, desde 1926 até à sua morte, em 1929, tive a honra de servir como Secretário Geral do Estado da Índia, que êle governou com a sua reconhecida competência.

Êsse foral, que contém 112 artigos, introduziu diversas alterações ao de 1914, dizendo-se no preâmbulo justificativo da referida portaria que o aprovou terem essas alterações sido pedidas pelo respectivo município.

Por último, há ainda a notar as portarias n.ºs 246 e 247 do Alto Comissário da República Dr. Brito Camacho, publicadas no *Boletim Oficial* n.º 38, de 23 de Setembro de 1922, que, por sua vez, sobre-

tudo a segunda, alteravam algumas das disposições contidas no foral de 1919.

A portaria n.º 247 que, pelos seus artigos 1.º e 2.º, alterava, a pedido da Câmara Municipal, a redacção dos artigos 59.º e 60.º do foral ora em vigor, acautelava melhor, efectivamente, os legítimos interêsses do município, estabelecendo regras que, pelo seu alcance e importância, passo a transcrever:

Artigo 1.º O artigo 59.º passará a ser redigido pela forma seguinte:

«Nenhuma transmissão de terreno situado na área da Câmara Municipal de Lourenço Marques, nem constituïção alguma de ónus ou hipoteca sôbre ela, poderá ser registada definitivamente na Conservatória do Registo Predial da comarca sem que, com o instrumento ou escritura dêsse acto, ou contrato, se apresente ao Conservador o título de propriedade passado pela Câmara.»

Art. 2.º O artigo 60.º passa a ser redigido pela seguinte forma, suprimindo-se o seu § único:

«Desde a data do presente diploma consideram-se cadastrados todos os prédios da cidade e subúrbios, para os efeitos de os documentos referentes a êsses prédios não poderem ser admitidos a registo definitivo na Conservatória, sem que seja apresentado o título passado nos termos do decreto de 9 de Julho de 1909, nos do foral em vigor ou no de 1914.»

Pelo artigo 3.º, ficava revogada a legislação em contrário.

Ainda hoje se reconhece a importância dêsse diploma e tanto assim que, segundo me consta, a Câmara actual pensa fazê-lo reviver, embora com ligeiras modificações, devendo apresentar ao Govêrno, para tal fim, as razões justificativas da sua provável representação. É que a revogação da portaria n.º 247 pela portaria n.º 263, de 13 de Fevereiro de 1926, do Alto Comissário da República Vítor Hugo de Azevedo

Coutinho, publicada no *Boletim Oficial* n.º 7, 1.ª série, da mesma data, teve como conseqüência serem repostos em vigor os citados artigos 59.º e 60.º do foral de 1919.

O primeiro dêsses artigos ficou com a redacção ligeiramente alterada. O artigo 60.º, que tinha sofrido maior modificação, ficou subsistindo como se encontra redigido no foral em vigor.

No preâmbulo justificativo da portaria n.º 263, depois de se esclarecer que a sua publicação resultou de uma representação feita ao Govêrno, pedindo a revogação da portaria n.º 247, sem no entanto se indicar qual ou quais as entidades que fizeram tal representação, há o seguinte período:

Tendo sido ouvidos sôbre a mesma representação o Município e o Conservador do Registo Predial, ambos reconhecem os inconvenientes nela apontados, embora se tenham manifestado contra a revogação pedida, alegando que já muitos títulos novos se têm passado e em breve a Câmara Municipal estará habilitada a passar os restantes.

Cotejando o vigente foral com o de 1914, decalcado êste, como já foi dito, no projecto de 30 de Janeiro de 1907, verifica-se que o actual, pelo desenvolvimento dado às anteriores disposições, sobretudo na parte referente aos títulos de aforamento e seus registos, pelo maior número de hipóteses que prevê e pela inclusão das normas relativas à regularização das concessões feitas de terrenos situados nos subúrbios, representa, sem dúvida, um diploma que muito melhor corresponde ao fim que se teve em vista, conquanto muito susceptível seja ainda de algumas modificações e aditamentos numa futura e necessária revisão.

Pelo que pessoalmente constatei em 2 de Julho de 1941, tive

ocasião de verificar que até essa data o número de foreiros à Câmara era de 475 e que o rendimento anual dos foros, pagos em ouro e em escudos, ascendia às importâncias, respectivamente, de 2.784$70 (escudos ouro) e de 22.836$56, o que, na sua totalidade, representa uma quantia superior a 90.000$.

ALFREDO RODRIGUES DOS SANTOS

INSPECTOR-CHEFE DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E DOS NEGÓCIOS INDÍGENAS DA COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE

ESTAÇÃO ANTI-MALÁRICA DE LOURENÇO MARQUES

CULICINI (DIPTERA, NEMATOCERA) DA COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE

POR

ANTÓNIO REBÊLO

Médico de 1.ª classe, entomologista dos Serviços de Saúde

E

MÁRIO DE CARVALHO PEREIRA

Da Secção de Entomologia da Estação Anti-Malárica

II

O presente trabalho, continuação do publicado por De Meillon e Rebêlo (1941), baseia-se no material colhido na cidade de Lourenço Marques e arredores, durante a prospecção, levada a efeito no ano de 1942, para o estudo dos lugares de criação do *Aëdes aegypti*, e no material que se obteve durante algumas curtas visitas a Vila de João Belo, à Quinta Experimental do Umbelúzi e à Namaacha.

Até agora, havia identificadas na Colónia 42 espécies de *Culicini*. Com êste trabalho, o número eleva-se para 61 e estamos certos de que, quando aparecer a oportunidade de se fazer uma pesquisa intensa em outros pontos da Colónia, não deixarão de aparecer outras espécies, até o presente ignoradas.

Não podemos deixar de mencionar o auxílio que nos foi prestado pelo encarregado do serviço de campo da Estação Anti-Malárica, Artur Pereira, que foi incansável na colheita do material para êste estudo.

Uranotaenia pallidocephala Theobald

Uma única fêmea, capturada em Vila de João Belo.

Uranotaenia balfouri Theobald

A placa lateral da terminália do macho apresenta cinco dentes laterais, como já tinha sido notado por De Meillon e Rebêlo (1941).

Adultos criados de larvas colhidas em pântanos com pouca vegetação.

Distribuïção: Lourenço Marques e Vila de João Belo.

Uranotaenia hopkinsi Edwards

Observa-se uma certa variação na quantidade das escamas brancas das margens do escudo em frente à raiz da asa; em alguns espécimes, estas escamas mostram tendência nítida para o arranjo linear. Estes últimos distinguem-se fàcilmente dos *Uranotaenia* do grupo A, pela ausência de escamas brancas na asa.

Onze fêmeas, capturadas no matadouro de Vila de João Belo.

Ficalbia (Mimomyia) splendens Theobald

Vários adultos criados de larvas colhidas em Vila de João Belo e no Umbelúzi.

Ficalbia (Mimomyia) plumosa Theobald

Distribuïção: Lourenço Marques.

Ficalbia (Etorleptiomyia) mediolineata Theobald

Duas fêmeas criadas de larvas colhidas numa lagoa com pouca vegetação.

Distribuïção: Lourenço Marques.

Taeniorhynchus (Coquillettidia) metallicus Theobald

Distribuïção: Lourenço Marques.

Taeniorhynchus (Coquillettidia) chrysosoma Edwards

A asa dêste espécime não é densamente escamosa, característica que Edwards parece atribuir ao sub-género *Coquillettidia* na chave para os géneros de *Culicini*.

Um único macho, capturado nas dependências de uma casa, em Lourenço Marques.

Taeniorhynchus (Coquillettidia) microannulatus var. *auripennis* Edwards

Uma única fêmea, capturada em Lourenço Marques.

Taeniorhynchus (Mansonioides) africanus Theobald

Distribuïção: Lourenço Marques e Umbelúzi.

Taeniorhynchus (Mansonioides) uniformis Theobald

Distribuïção: Lourenço Marques.

Aëdes (Mucidus) scatophagoides Theobald

Adultos obtidos de pupas colhidas em pântano com vegetação.

Aëdes (Mucidus) mucidus Karsch

Distribuïção: Lourenço Marques.

Aëdes (Ochlerotatus) fryeri Theobald

Nos dois espécimes, em nosso poder, observam-se algumas escamas brancas na costa da asa.

Duas fêmeas, capturadas em Lourenço Marques.

Aëdes (Stegomyia) aegypti Linnaeus

Distribuïção: Lourenço Marques, Matola (Lingamo) e Namaacha.

Aèdes (Stegomyia) simpsoni Theobald

O número de espinhas do pécten das larvas desta espécie é, em alguns casos, superior ao limite máximo de 12, havendo alguns com 15, 16 e 17. O índice sifonal é, de um modo geral, maior do que 1,5.

Distribuïção: Lourenço Marques e Umbelúzi.

Aèdes (Stegomyia) vittatus Bigot

As escamas claras do probóscide das fêmeas estão ausentes em alguns espécimes e, quando existem, são quási sempre em pequeno número. Todas as fêmeas apresentam algumas escamas claras na base da costa, mas as asas dos machos são todas escuras.

Vários espécimes obtidos de larvas colhidas em buracos de rocha na Namaacha.

Aèdes (Aèdimorphus) argenteopunctatus Theobald

Distribuïção: Lourenço Marques.

Aèdes (Aèdimorphus) albocephalus Theobald

Esta espécie está incluída no grupo do *tarsalis*, mas nos espécimes encontrados em Lourenço Marques todas as escamas do escutelo são estreitas e branco-amareladas (não branco-prateadas). Além disso, todos os espécimes apresentam escamas post-espiraculares que as espécies do grupo do *tarsalis* não possuem e dois grupos de escamas sub-espiraculares, ao contrário do *tarsalis* e aliados que têm apenas um grupo ou nenhum.

Pelas características mencionadas, os nossos espécimes assemelham-se ao *quasiunivittatus*, de que se distinguem apenas por terem escamas estreitas e amarelas nas paratergites e bandas apicais pretas nas esternites abdominais.

As terminálias dos machos são típicas do *albocephalus*.

Distribuïção: Lourenço Marques.

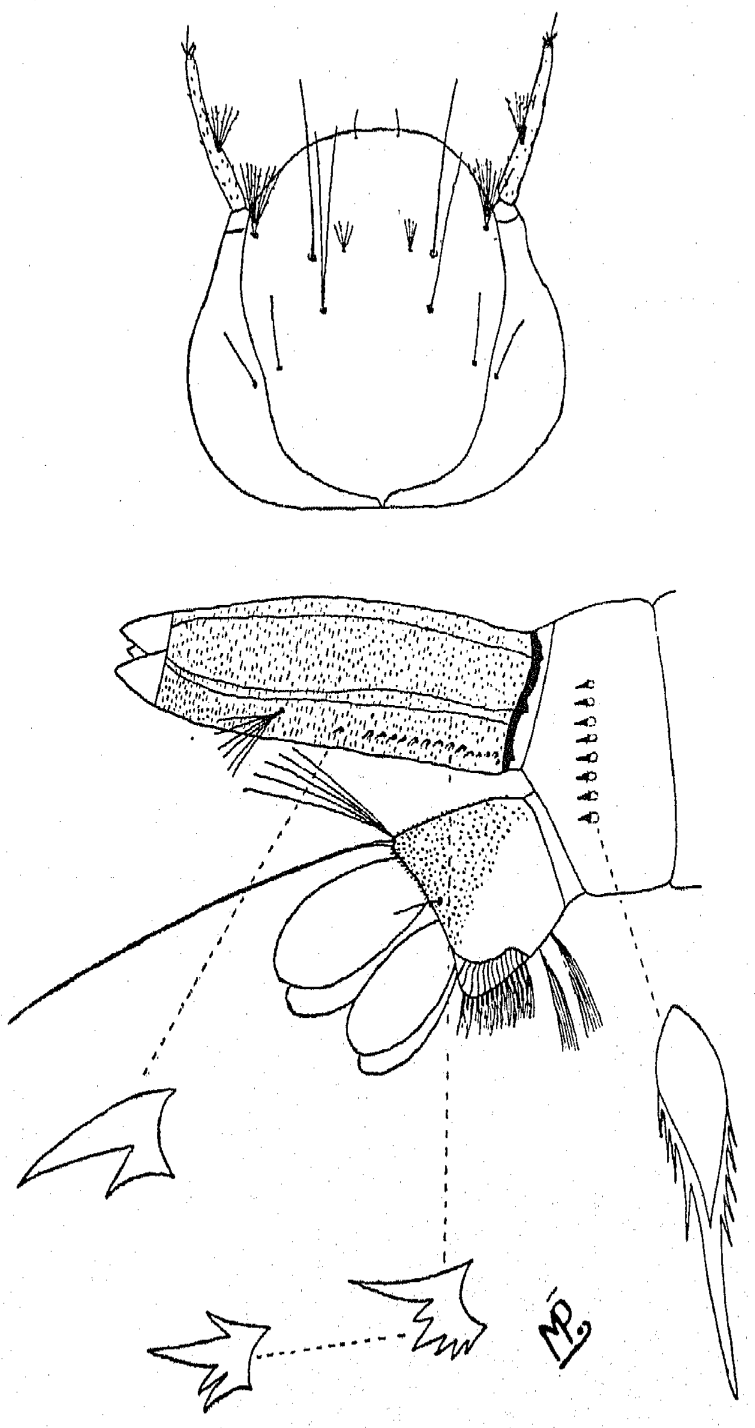


Fig. 1

Aèdes (Aèdimorphus) durbanensis Theo.

(A figura mostra o pincel caudal cortado)

Aèdes (Aèdimorphus) cumminsi ssp. *mediopunctatus* Theobald

Uma fêmea, capturada em Lourenço Marques.

Aèdes (Aèdimorphus) bevisi Edwards

Uma fêmea, capturada em Lourenço Marques.

Aèdes (Aèdimorphus) durbanensis Theobald

Em todos os espécimes examinados as bandas basais são de côr creme, em vez de brancas. Numa das fêmeas, porém, estas bandas são nitidamente amarelas, com a mesma tonalidade das manchas apicais laterais, devendo, possivelmente, tratar-se de *natronius*.

As peles das larvas de que se obtiveram 3 ♀ e 2 ♂ de *durbanensis* não concordam com as características que Hopkins supõe serem desta espécie. Por esta razão se descrevem (fig. 1).

Cabeça: Antena com cêrca de 3/7 do comprimento da cabeça, esparsamente espiculada, clara no têrço basal e enfuscada nos 2/3 apicais; tufo da antena com cêrca de 6 ramos esparsamente plumosos. Sêda *A* com cêrca de 8 ramos plumosos; sedas *B* e *C* respectivamente com 1 e 1–2 ramos simples ou finamente plumosos, de tamanho igual e com cêrca de metade do comprimento da cabeça; sêda *d* pequena, com cêrca de 4 ramos; sêdas *e* e *f* compridas e simples. Mento com 12–13 dentes de cada lado, não contando o médio.

Abdómen: Pente com cêrca de 8 espinhas dispostas em fila. Sifão cilíndrico, claro, com um anel escuro na base, todo coberto de pequenas cristas espiculadas: Índice sifonal, cêrca de 3. Pécten com cêrca de 15 espinhas, dispostas em fila um tanto irregular, não atingindo metade do comprimento do sifão; a última ou as duas últimas, afastadas. Tufo sub-ventral a 2/3 com 6 ramos. Segmento anal com sela completa e com a margem distal coberta de pequenas espículas. Sêda caudal superior com 5 ramos, inferior simples; sêda lateral, curta e quási sempre simples. Pincel caudal com 7 pares de sêdas múltiplas e mais duas na parte ventral do segmento anal. Brânquias

ovóides, par dorsal ligeiramente mais comprido do que a sela e o par ventral com cêrca de 3/4 do comprimento do par dorsal.

Lugares de criação: Charcos e valas com água pouco profunda, com vegetação, juncos e *Lemna*.

Distribuïção: Lourenço Marques e Vila de João Belo.

Aèdes (Banksinella) circumluteolus Theobald

A terminália dos machos é típica desta espécie. Todas as fêmeas apresentam uma ou mais mesepimerais inferiores, o que não é próprio do sub-género *Banksinella*, conforme o descreve Edwards. Não há, porém, dúvidas de que as fêmeas pertencem também a esta espécie e Botha de Meillon (comunicação pessoal) confirma êste ponto de vista.

Distribuïção: Lourenço Marques e Vila de João Belo.

Aèdes (Skusea) pembaensis Theobald

Uma fêmea, capturada em Lourenço Marques.

Culex (Lutzia) tigripes Grandpré e Charmoy

Distribuïção: Lourenço Marques e Vila de João Belo.

Culex (Neoculex) rubinotus Theobald

Distribuïção: Lourenço Marques e Vila de João Belo.

Culex (Neoculex) rima Theobald

Distribuïção: Lourenço Marques, Umbelúzi e Vila de João Belo.

Culex (Neoculex) horridus Theobald

Três peles de larvas, de que se obteve esta espécie, mostram a seda *e* simples numa das peles e dupla nas outras duas e a sêda *f* com 3-6 ramos em todas.

Distribuïção: Lourenço Marques e Vila de João Belo.

Culex (Culex) poicilipes Theobald

Distribuïção: Lourenço Marques, Umbelúzi e Vila de João Belo.

Culex (Culex) bitaeniorhynchus Giles

Adultos obtidos de larvas colhidas nas margens de um rio e em lagoas.

Distribuïção: Umbelúzi e Vila de João Belo.

Culex (Culex) ethiopicus Edwards

Uma única pele de larva, de que se obteve uma fêmea desta espécie, não mostra diferenças sensíveis da larva do *Culex (Culex) bitaeniorhynchus* Giles. A larva foi encontrada entre vegetação nas margens de uma lagoa.

Distribuïção: Umbelúzi.

Culex (Culex) aurantapex Edwards

Uma fêmea encontrada em Lourenço Marques e outra em Vila de João Belo.

Culex (Culex) annulioris Theobald

Distribuïção: Umbelúzi e Namaacha.

Culex (Culex) thalassius Theobald

Distribuïção: Lourenço Marques.

Culex (Culex) tritaeniorhynchus Giles

Distribuïção: Lourenço Marques e Vila de João Belo.

Culex (Culex) theileri Theobald

Adultos obtidos de larvas colhidas num pântano.

Distribuïção: Lourenço Marques.

Culex (*Culex*) *univittatus* Theobald

Um macho obtido de uma pupa colhida no Umbelúzi tem a terminália do *univittatus*, mas difere desta espécie por não ter escamas post-espiraculares. Difere também do var. *neavei*, por apresentar bandas basais pálidas nas tergites, bandas apicais escuras nas esternites, indícios de uma linha branca na tíbia posterior e algumas escamas claras na base da costa.

Embora a terminália do macho de *C. (Culex) quasiguiarti* Theo. seja semelhante à de *C. (Culex) univittatus*, a presença de escamas pre-alares e de uma linha de escamas brancas na superfície inferior do penúltimo segmento dos palpos exclue a possibilidade de se tratar daquela espécie.

Provàvelmente trata-se de mais uma variação de *C. (Culex) univittatus*, o que torna ainda mais precária a posição de *neavei* como variedade desta espécie.

Distribuïção: Lourenço Marques, Umbelúzi e Vila de João Belo.

Culex (*Culex*) *simpsoni* Theobald

Distribuïção: Lourenço Marques, Umbelúzi e Vila de João Belo.

Culex (*Culex*) *fatigans* Wiedemann

Algumas das fêmeas da nossa colecção apresentam mais de uma mesepimeral inferior (2-5). E possível que sejam *C. (Culex) watti*, mas o facto de ter aparecido uma fêmea com duas mesepimerais inferiores, juntamente com dois machos de *fatigans*, na mesma colheita, leva-nos a classificá-las provisòriamente, e a despeito do número de mesepimerais inferiores, como *fatigans*.

Distribuïção: Muito abundante em Lourenço Marques, Umbelúzi e Vila de João Belo.

Culex (*Culex*) *zombaensis* Theobald

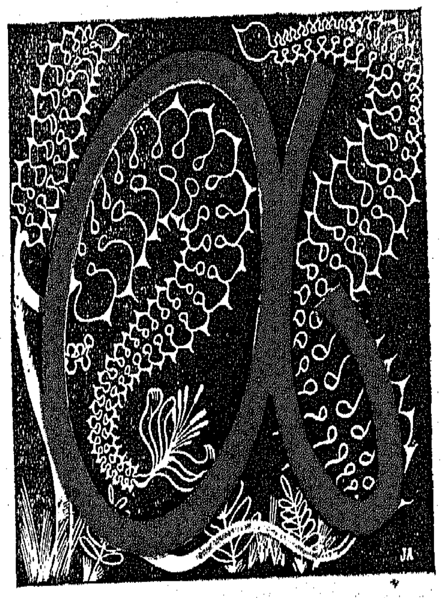
Distribuïção: Lourenço Marques, Umbelúzi e Vila de João Belo.

Culex (*Culex*) *antennatus* Becker

Distribuïção: Lourenço Marques, Umbelúzi e Vila de João Belo.

AÇÚCAR DE MOÇAMBIQUE

INCOMATI ESTATES, LIMITED



Incomati Estates, Limited, exerce a sua actividade nas terras da bôlsa formada pela grande curva setentrional do rio Incomáti. Terras históricas, estas. Por elas passaram as fôrças militares portuguesas que tão luzida página haviam de escrever na nossa história militar-colonial, com o combate de Magul. A êste feito da ocupação heróica, suceder-se-ia, como fecho da conquista, a ocupação económica — de que a Incomati Estates se orgulha de ser uma acabada expressão.

Tem a propriedade, que borda a margem direita do Incomáti entre Magude e a confluência Incomáti-Mutaguli, mais de 21.000 hectares, em regime de concessão, dos quais 2.560 estão cobertos de canaviais e 50 de citrinas. O centro da actividade da emprêsa é a povoação de

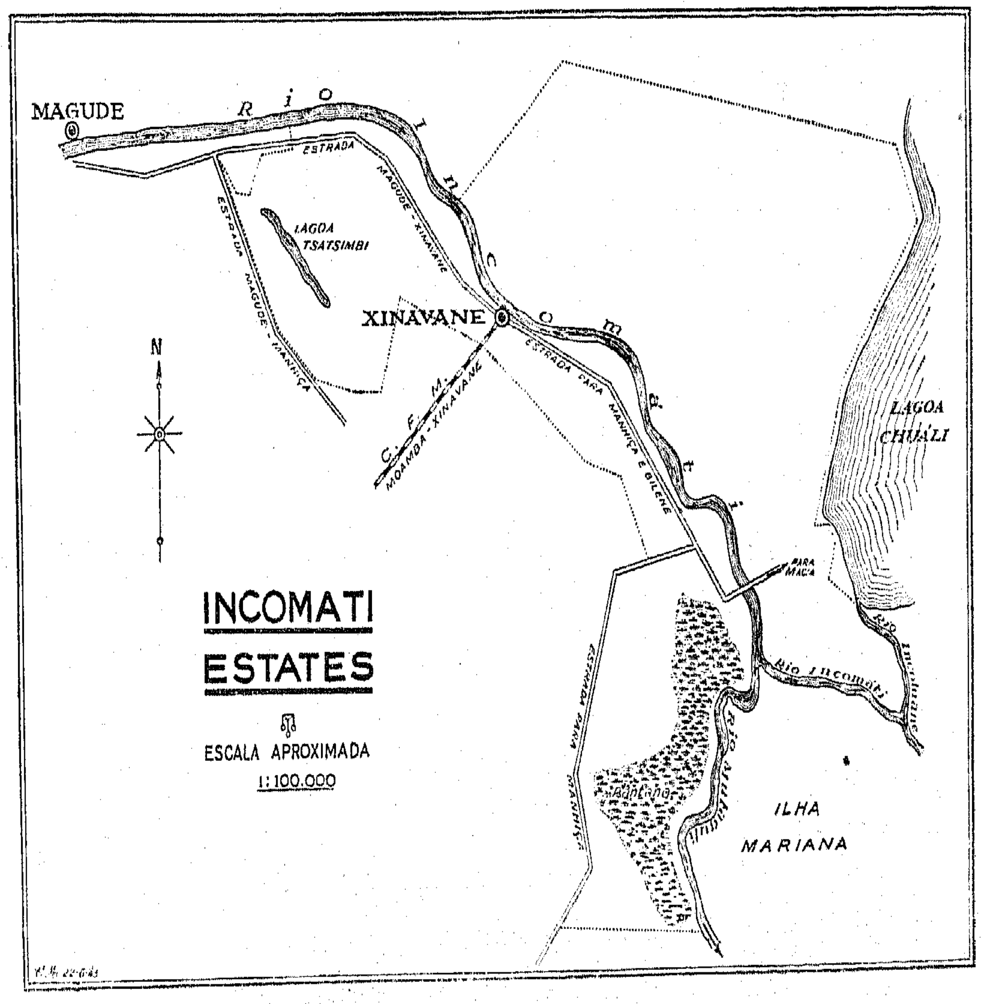
Xinavane, término da via férrea e que é, pode bem dizer-se, um reflexo da actividade da Incomati Estates.

A sede da emprêsa é em Londres e a sua fundação data de 30 de Agosto de 1910, tendo os estatutos sido aprovados em Lisboa por decreto ministerial de 18 de Novembro de 1911, publicado no *Boletim Oficial* de Moçambique em 9 de Março de 1912. O capital inicial era de £ 30:000. Elevado, mais tarde, a £ 660:000, por subscrição pública, foi depois reduzido para £ 350:000, em virtude da amortização que foi feita das obrigações. Eram seus directores em Londres a firma E. B. Ridsdel & Co., Limited, e, em Lisboa, Baltasar Cabral e o General Freire de Andrade. O actual representante, Luiz Clington Lôbo, tem os seus escritórios na Rua do Alecrim, n.º 49.

A Ernest Bromwell Ridsdel quási inteiramente deveu a Incomati Estates, Limited, a sua fundação e dêle partiu o estímulo que transformou alguns hectares de cana sacarina na vasta plantação que hoje existe.

Foram gerentes, de 1912 a 1914, C. G. Smith e A. T. Rawlings que deixaram 200 hectares de cana Uba plantada. Seguiu-se-lhes George Henry Risien, homem de rara energia, que ampliou a área plantada para o décuplo, realizou a grande obra que foi a montagem do primeiro engenho, em 1914, e dez anos mais tarde via em laboração a actual fábrica cuja construção havia sido iniciada em 1923. Vítima de um desastre de automóvel, em Julho de 1927, foi George Risien sucedido na gerência da emprêsa por Stanley Cooke, durante anos gerente da Companhia associada, The Mutamba Sugar Factory, Limited, em Inhambane, tendo como adjunto Cornelius Jan Olivier, encarregado das plantações desde 1925 e que em virtude da larga experiência adquirida na Argentina, Brasil e outros lugares havia trazido e mandado vir para

Xinavane mais de cento e cinqüenta variedades de cana sacarina, de pontos tão distantes como Java, Índia, Argentina, etc. Na pequena quinta experimental, junto à sua moradia, Cornelius Olivier verificou



as possibilidades de cultura de cada variedade nos terrenos de Xinavane e finalmente escolheu, para propagação pela propriedade inteira, em substituição da Uba, de fraco rendimento, as três esplêndidas variedades que são as Co281 e Co290 de Coimbatore e POJ2878 de Java. De rendimento extraordinário, estas variedades amadurecem em doze meses e, graças a elas, é a plantação cortada de ponta a ponta, todos os anos,

com a segurança de que os seus rebentos produzirão colheita igual no ano seguinte. Orgulho da Incomati Estates, a quinta experimental foi visitada e invejada por técnicos estrangeiros e dela partiram, por sua vez, amostras que serviram de núcleo a culturas iguais em açucareiras irmãs.

O actual gerente geral, William Bilsland, antigo secretário da Companhia, foi nomeado para o actual cargo em 1937, em virtude de Cornelius Olivier ter sido chamado a assumir as funções de director geral em Londres. Continuador da obra dos antecessores, William Bilsland foi agraciado, por ocasião da visita presidencial a esta Colónia, com a Ordem de Mérito Agrícola e Industrial, por S. Ex.ª o Presidente da República que, desta forma, galardoava na pessoa do gerente geral os serviços prestados a Moçambique pela Incomati Estates, Limited.

O primeiro engenho, cuja montagem se iniciou em 1912 e para a qual os maquinismos e materiais tiveram de ser transportados em lanchas rio acima, de Lourenço Marques até ao local da construção no Mugaiene, sete quilómetros a jusante da actual povoação de Xinavane, que então ainda não existia, começou a fabricar açúcar em 1914, ano em que foi aberta ao tráfego a linha férrea de Xinavane. Foi a produção, no primeiro ano, de 157 toneladas e, em escala ascendente, no último ano de trabalho atingiu 2:331 toneladas de açúcar.

Mas, como o engenho fôsse exíguo e mal situado, a Companhia adquiriu nas Maurícias, por compra, a actual fábrica, com a capacidade de produção de 20:000 toneladas, substituindo a antiga. Montada a meio da plantação, dista um escasso quilómetro da estação do caminho de ferro de Xinavane, à qual está ligada por um desvio privativo que permite o carregamento do açúcar dos armazéns directamente para os vagões. Tem sido a seguinte a produção nos últimos anos: 1933, 15:193 toneladas; 1934, 8:768; 1935, 18:002; 1936, 13:316; 1937, 15:772; 1938, 14:462; 1939, 13:920; 1940, 15:140; 1941, 15:655; 1942, 16:425.

O ano de 1934 foi de grande prejuízo, pois a terrível praga dos gafanhotos destruíu cêrca de 40 por cento da colheita. Conjurou-se o mal, para o ano seguinte, em grande parte, com a destruïção dos saltões pelo método de barreiras de ferro zincado e polvilhação líquida de arsénio sôbre os devastadores acrídeos.

Os canaviais têm 2:560 hectares de superfície, tendo mais de 20 quilómetros no seu maior comprimento, ao longo da margem direita do rio Incomáti. As variedades principais de cana sacarina cultivada são as seguintes, com indicação das médias por hectare durante o ano de 1942: Co281, 172 hectares, 70,4 toneladas; Co290, 2:126 hectares, 64,2 toneladas; POJ2878, 58 hectares, 60,1 toneladas; Uba, etc., 224 hectares.

Na lavra da terra, emprega a emprêsa dois jogos de máquinas a vapor e respectivas charruas «Fowler» e ainda um tractor «Gyrotiller», moderno, a óleos pesados, de duas relhas, que numa só operação lavra e sulca a terra, deixando-a pronta a ser plantada.

A pesar de cortada, todos os anos, o rendimento médio por hectare de cana sacarina, englobando todas as variedades, nos últimos dez anos tem sido: 1933, 51,8 toneladas; 1934, 44,7; 1935, 59,4; 1936, 58,5; 1937, 58,7; 1938, 56,8; 1939, 56,0; 1940, 60,1; 1941, 59,5; 1942, 63,5.

A terra de aluvião, que durante tanto tempo foi enriquecida pelas sucessivas inundações, não precisa de ser adubada e permite que haja raízes que no duodécimo ano ainda produzem rebentos tão bons e fortes que não se pensa na sua substituïção.

O resultado da quási extirpação da Uba e sua substituïção por

«seedlings» permitiu um melhor aproveitamento da área plantada. Para fabrico de uma tonelada de açúcar têm sido necessárias as seguintes tonelagens de cana: 1933, 9,89 toneladas; 1934, 11,09; 1935, 9,58; 1936, 10,13; 1937, 10,13; 1938, 10,25; 1939, 10,53; 1940, 10,04; 1941, 9,74; 1942, 9,69.

Tem a Incomati Estates, Limited, justificado orgulho do seu sistema de irrigação que é, sem dúvida, o melhor da Colónia e lhe permite suprir as deficiências pluviais. Compõe-se o sistema das seguintes bombas: duas «Petter», a óleos pesados, de 160 C. V., cada; uma «Petter», a óleos pesados, de 65 C. V.; uma «Ruston-Hornby», a óleos pesados, de 72 C. V.; uma «Garrett», a vapor, de 80 C. V.; quatro eléctricas, de 230 C. V. (conjuntamente).

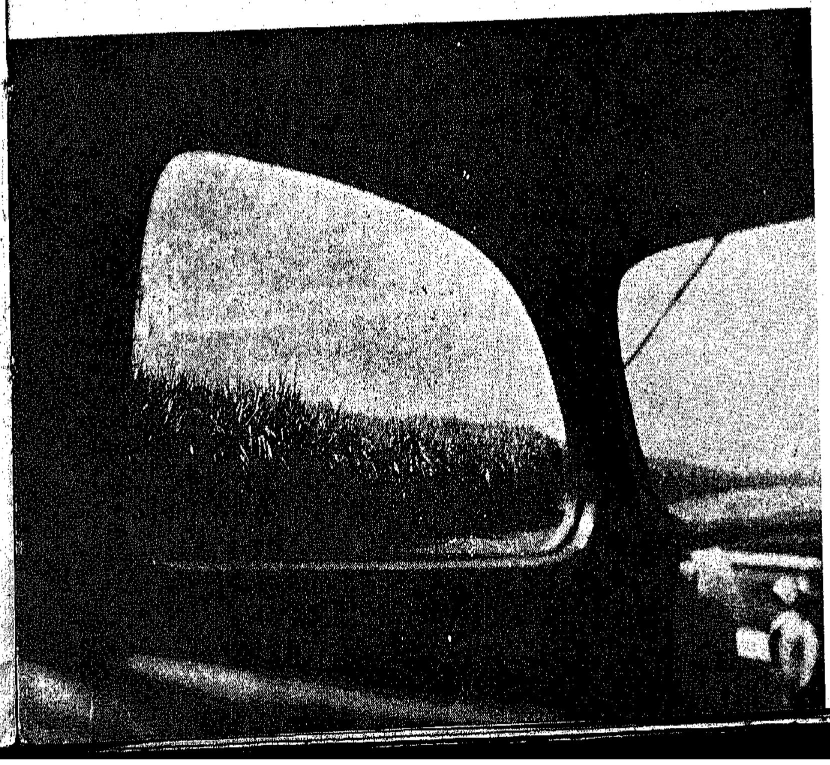
Podem estas bombas lançar para o canavial 300:000 litros de água por minuto e foi graças a elas que a emprêsa teve uma colheita normal de 15:655 toneladas de açúcar em 1941, a pesar das escassíssimas chuvas que foram só de 332 milímetros em todo o ano. É dever considerar que a média de chuva anual em Xinavane é de 850 milímetros e que a cana sacarina, nestas terras, necessita de 2:000 milímetros de chuva.

É a água das bombas lançada através dos inúmeros e bem preparados canais de irrigação, plano do engenheiro Balfour, tendo como complemento um não menos perfeito sistema de drenagem, com muitos quilómetros de comprimento, para retirar o excesso das regas não absorvidas pelo solo.

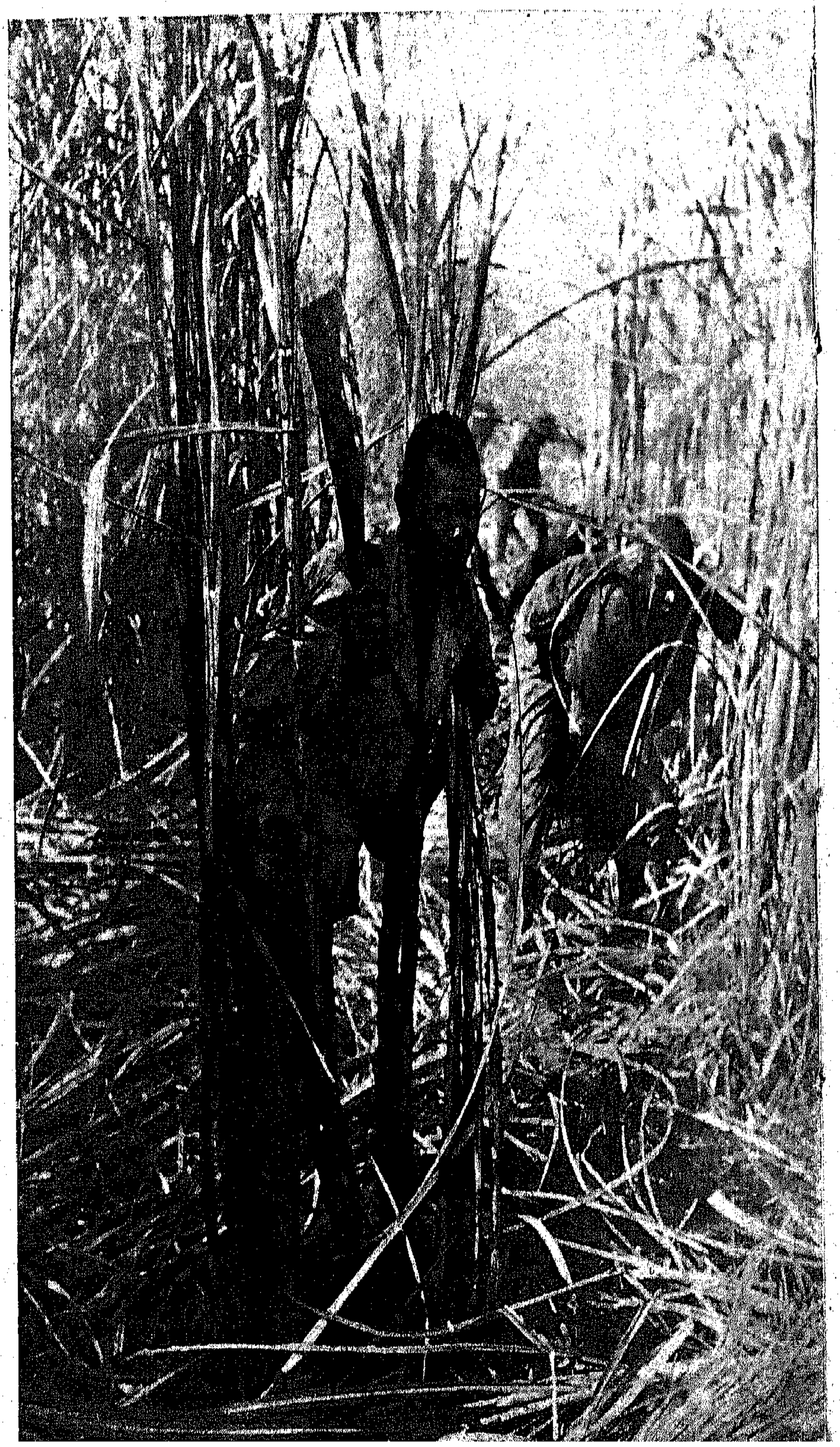
A plantação é protegida das inundações do rio por uma barreira de terra fortemente batida a maço, que também foi idealizada pelo engenheiro Balfour. Todavia, a cheia de 1937, tão grande como de outra não há memória, conseguiu romper o dique num ponto e ainda causou algum prejuízo.

QUATRO ASPECTOS DAS PLANTAÇÕES, VENDO-SE À DIREITA, AO ALTO, A VALA DE IRRIGAÇÃO

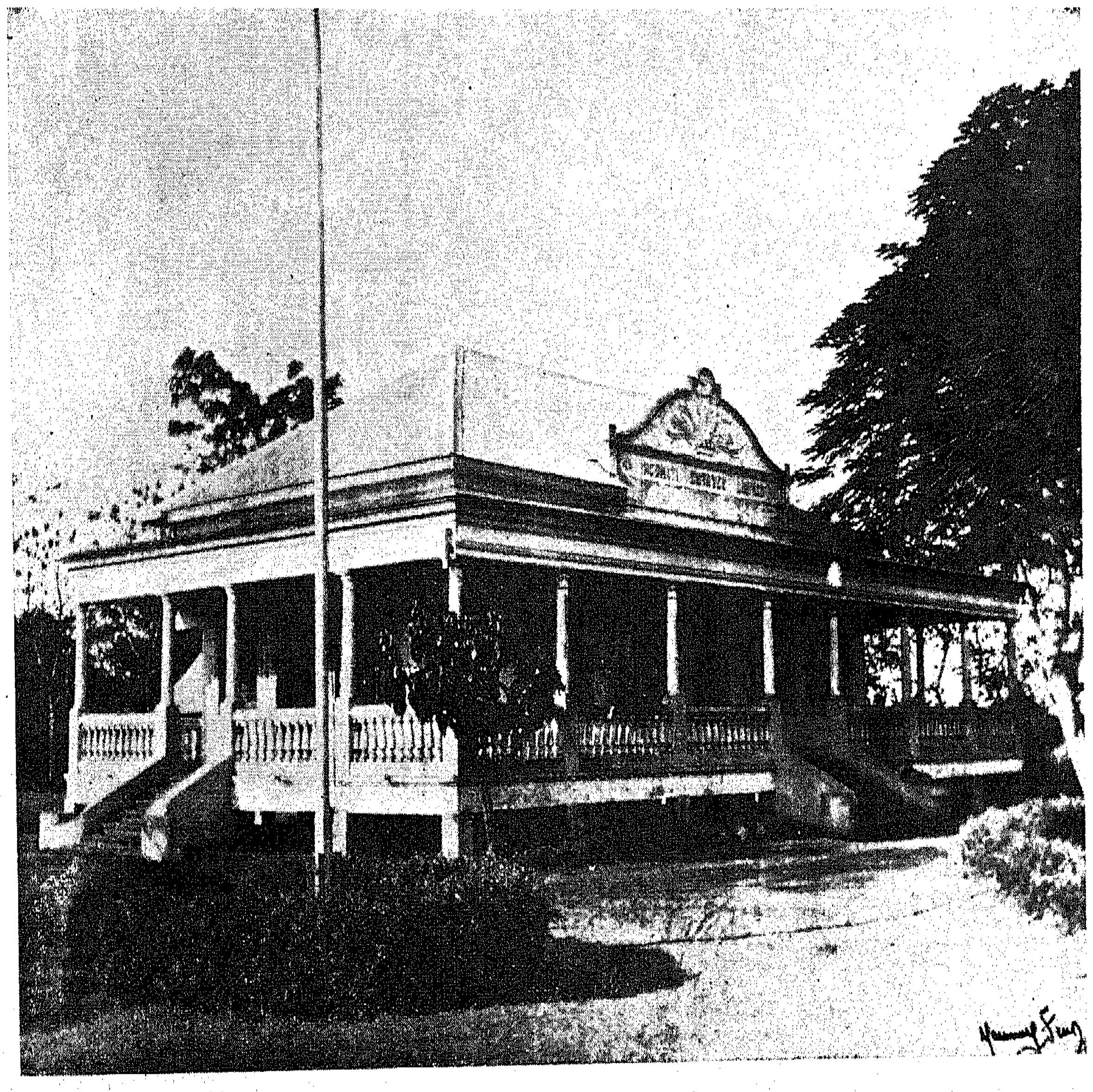
S. EX.ª O PRESIDENTE CARMONA CONDECORANDO COM A ORDEM DO MÉRITO INDUSTRIAL A INCOMATI ESTATES



À chegada, os novos trabalhadores
são sujeitos a um primeiro
exame médico

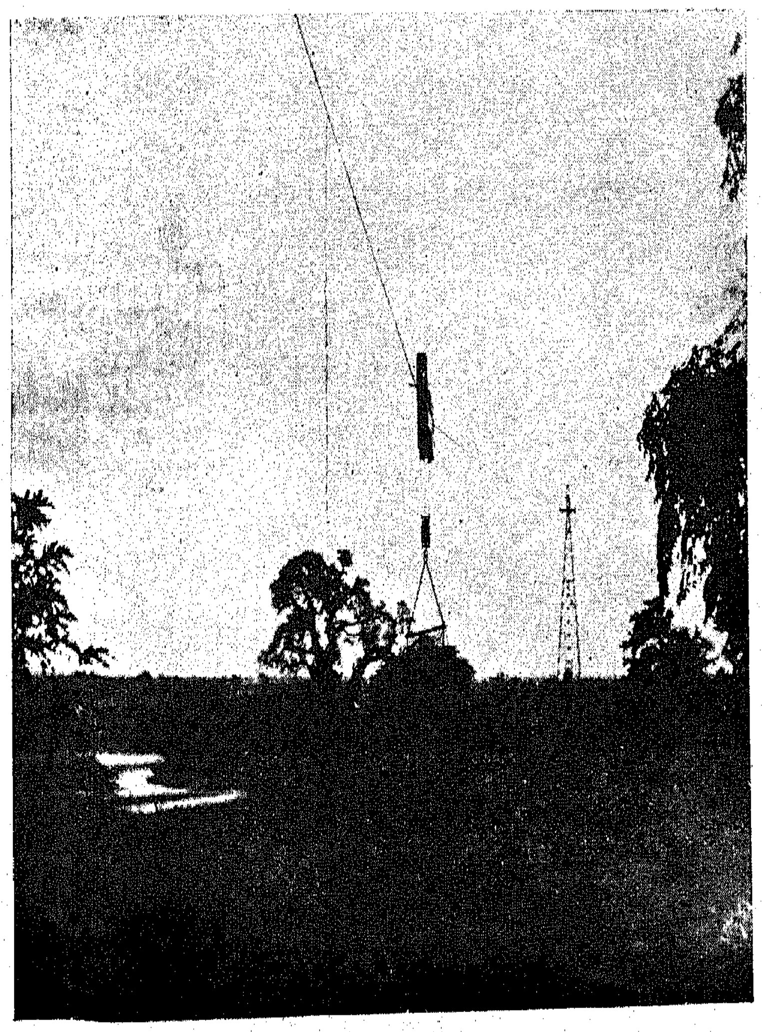


Trabalhadores
no
corte de cana

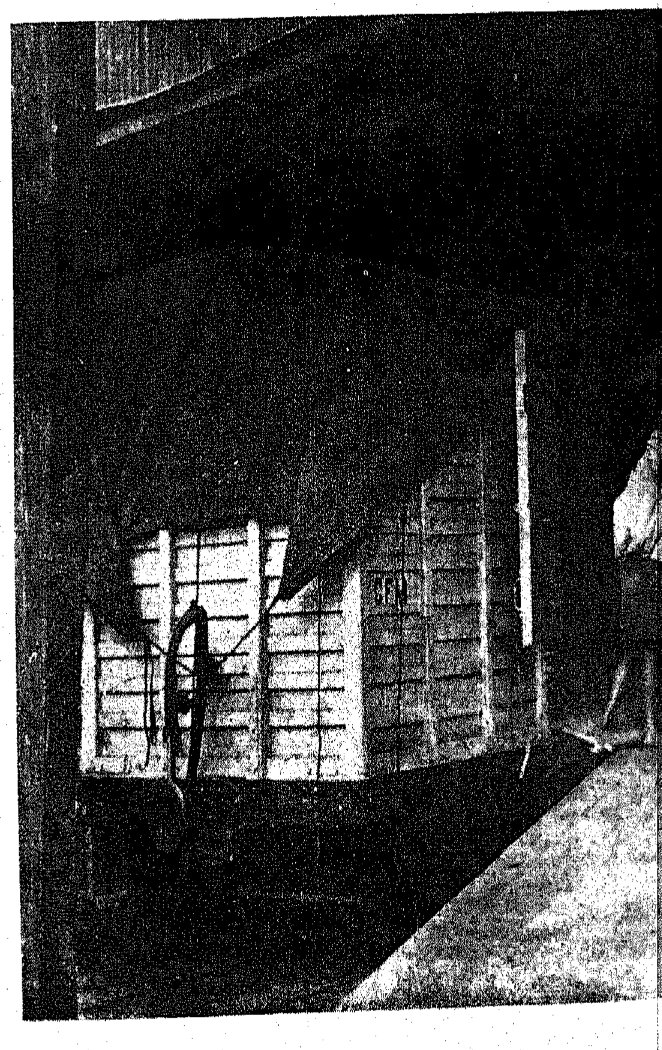


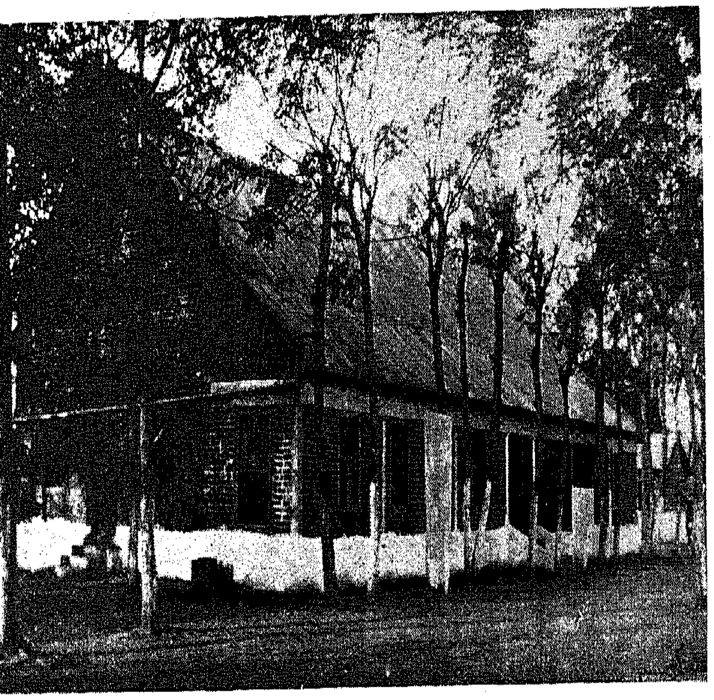
Edifício, em Xinavane, onde se acham os escritórios da Incomati Estates

Transporte de cana das plantações para a fábrica

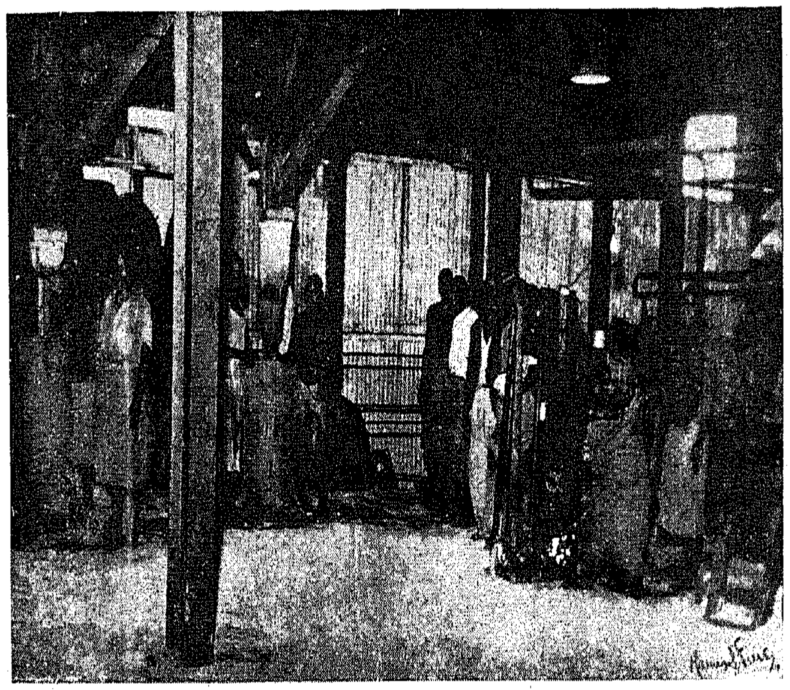


Carregamento directo dos armazéns para transporte ferroviário

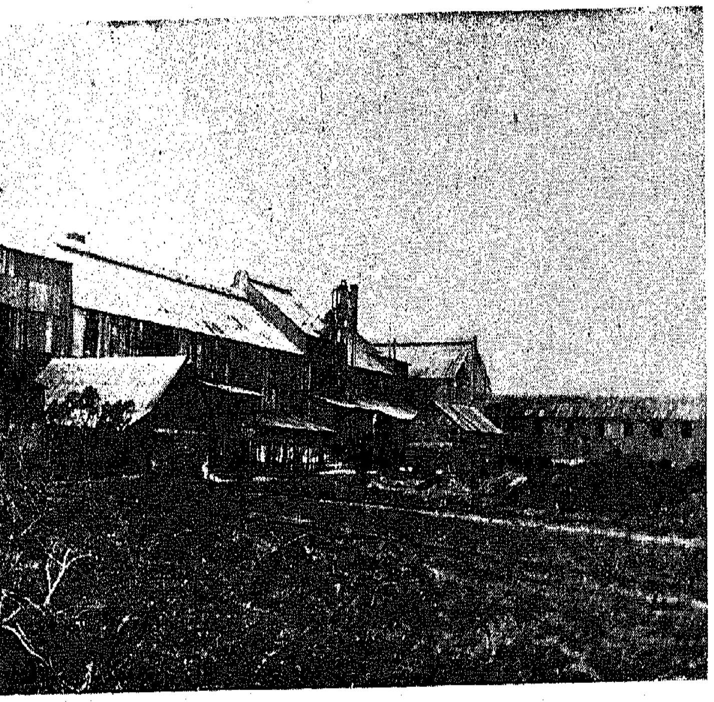




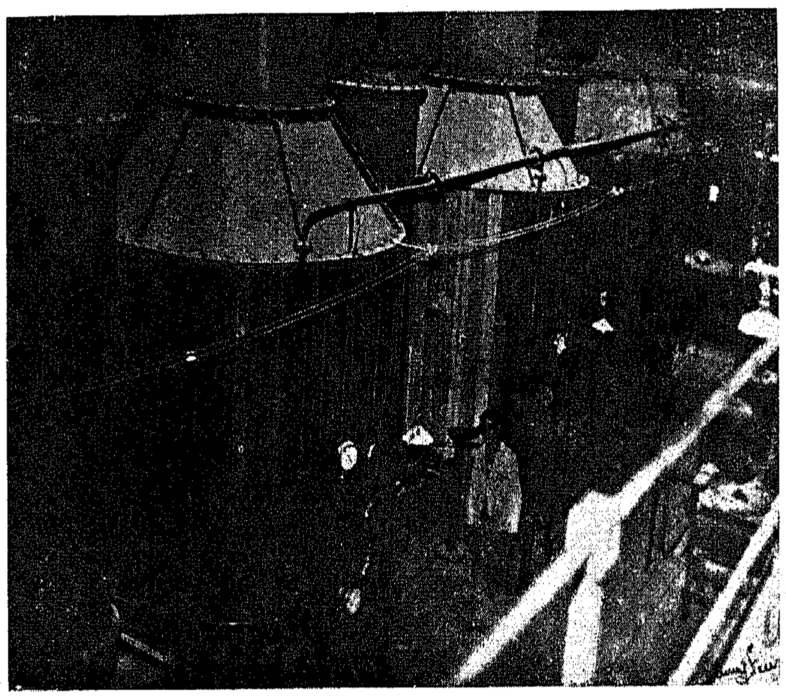
Instalações hospitalares



Ensacagem e pesagem de açúcar

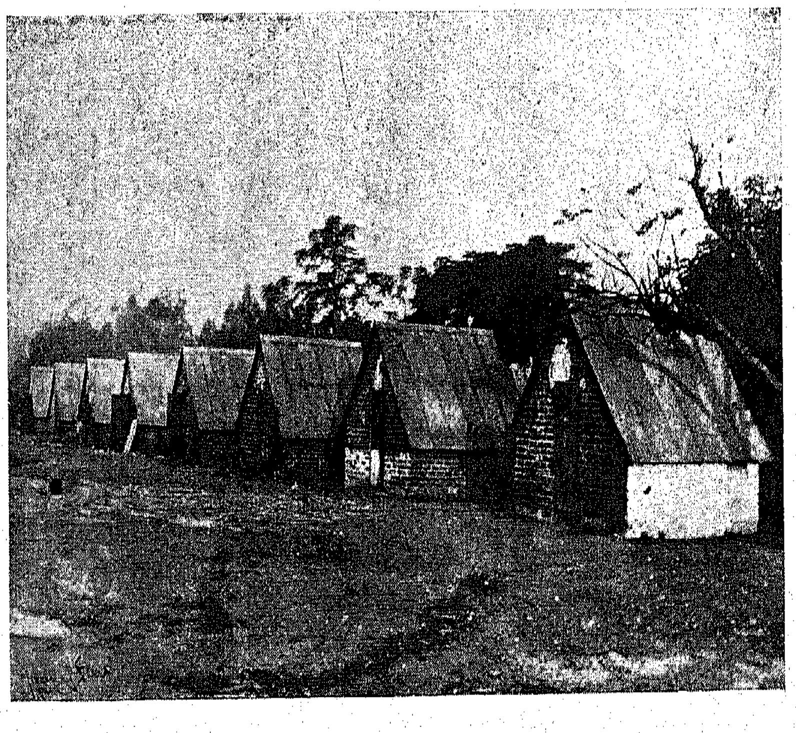


Vista parcial da fábrica



Vista parcial do interior da fábrica

Charrua rotativa «Gyrotiller»



Trecho dum acampamento de trabalhadores

Para o transporte da cana sacarina são empregadas centenas de vagonetas e quatro locomotivas tipo «Decauville». Existem 50 quilómetros de linha de bitola reduzida.

A cana plantada na margem direita do rio vem em vagonetas, por transportador eléctrico aéreo com a capacidade de 5 toneladas brutas.

A fábrica, em regra, funciona de Junho a Novembro, inclusive. São os serviços fiscalizados e controlados inteiramente pelo laboratório privativo, devidamente apetrechado, e onde técnicos habilitados analisam a cana, que entra na báscula à razão de 42 toneladas por hora; sucessivamente são analisados os sucos extraídos e os açúcares obtidos, assim como o bagaço da cana que, já sem suco, vai alimentar as caldeiras. Desta forma, é possível manter sem variação perceptível a qualidade dos açúcares.

Junto à fábrica, há armazéns com a capacidade de 7.000 toneladas, onde é guardado o excedente do açúcar que espera transporte para os mercados respectivos, durante os meses em que o engenho está parado. Quási metade da produção é destinada ao mercado metropolitano e, da restante, a que não é consumida na Colónia é exportada para as colónias irmãs ou para o estrangeiro.

Tem a propriedade a sua central eléctrica, com geradoras que obtêm a força motriz, o vapor, das caldeiras durante a safra. Quando a fábrica está parada, poderosos motores a óleos pesados accionam outras geradoras de grande envergadura. Desta central saem a energia e a luz para a fábrica e a iluminação para as casas dos empregados, as quais ladeiam, em fileira, a fábrica e acompanham a margem do Incomáti.

Durante a época da colheita, a azáfama diária só cessa aos domingos. Finda a actividade febril da laboração, segue-se o descanso relativo.

Possue a emprêsa bem apetrechada oficina onde se fazem quási todas as reparações de que o engenho necessita para voltar ao trabalho no ano seguinte.

Emprega a Incomati Estates, Limited, 59 europeus e assimilados que são alojados gratuitamente em moradias onde não faltam luz, água, lenha e certos confortos, tendo todos direito a assistência médica e a um mês de licença anual, com ordenados pagos por inteiro. Também dá trabalho a 3:000 indígenas, na época da safra, número que desce a 1:500 nos meses que imediatamente antecedem os da colheita, período de maior crescimento da cana em que após as primeiras mondas se espera que ela se desenvolva e amadureça. Em Abril e Maio, entram em actividade os serviços de recrutamento de indígenas, a cargo de engajadores europeus. Os recrutados chegam, em centenas, aos escritórios da Companhia onde são recebidos, registados e, depois da inspecção médica, seguem para os acampamentos que talvez não tenham igual na Colónia, com as suas alinhadas casas de alvenaria, de pavimento cimentado, com cozinhas higiénicas onde logo de manhã é distribuído ao trabalhador, antes de ir para o serviço, um prato de papa de farinha de milho com açúcar. Para alimentar o seu pessoal, compra a Companhia mais de mil toneladas de produtos por ano. A par da comodidade, tem o indígena uma boa assistência médica no hospital da Companhia, que funciona sob a direcção de um médico privativo, coadjuvado por enfermeiros competentes; a despesa em assistência médica é de uns 300 contos anuais.

O pomar da Companhia, antiga propriedade particular denominada «Xinavane Citrus Farm», com 50 hectares, tem 9:000 citrinas e produz laranjas e toranjas como as não há melhores. Eram as toranjas, há já anos, exportadas para a Inglaterra mas o mercado era pouco remune-

rador; todavia, teve o pomar o orgulho de ver os seus frutos colocados em primeiro lugar com os da Califórnia numa exposição levada a efeito em Londres. As laranjas, «Washington Navels» e «Valencias», são todas vendidas no mercado local e são bem conhecidas em Lourenço Marques as «laranjas de Xinavane».

A Incomati Estates, Limited, dá vida a Xinavane e a uma boa parte do comércio da província do Sul do Save. Na economia da Colónia representa qualquer coisa de importante, pois despende anualmente as seguintes somas: salários a europeus e equiparados, 2:150 contos; salários a indígenas, 2:500; alimentação a indígenas, 1:200; fretes em caminho de ferro e camionagem, 1:600; impostos directos, 1:130; entregue ao Fundo Cambial, 10:000.

Eis, a traços largos, o que foi e o que é a Incomati Estates, Limited, em Xinavane.

ARMANDO ANDRADE COSTA

CRÓNICA DO TRIMESTRE

POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO

VIDA SOCIAL

COLONIZAÇÃO

ECONOMIA

LIVROS E PUBLICAÇÕES

À CHEGADA, NA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA
DE LOURENÇO MARQUES
S. EX.AS OS GOVERNADORES GERAIS DE ANGOLA
E DE MOÇAMBIQUE
CONVERSAM INTERESSADAMENTE,
APÓS OS CUMPRIMENTOS

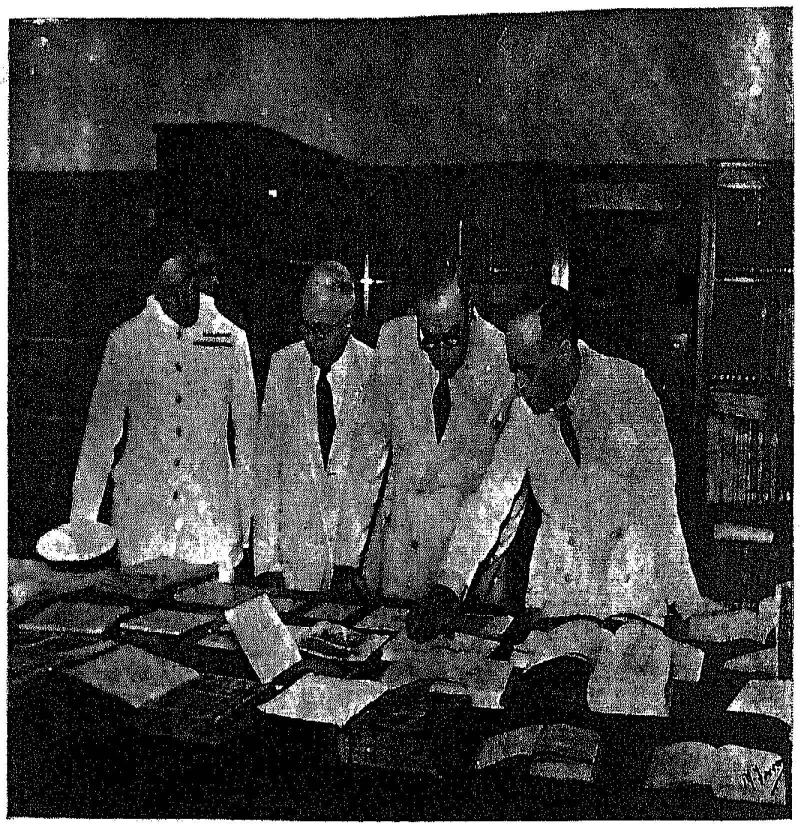
ALGUNS ASPECTOS DA VISITA A LOURENÇO MARQUES DE

S. EX.A O GOVERNADOR GERAL DE ANGOLA

CAPITÃO DE MAR E GUERRA ÁLVARO DE FREITAS MORNA

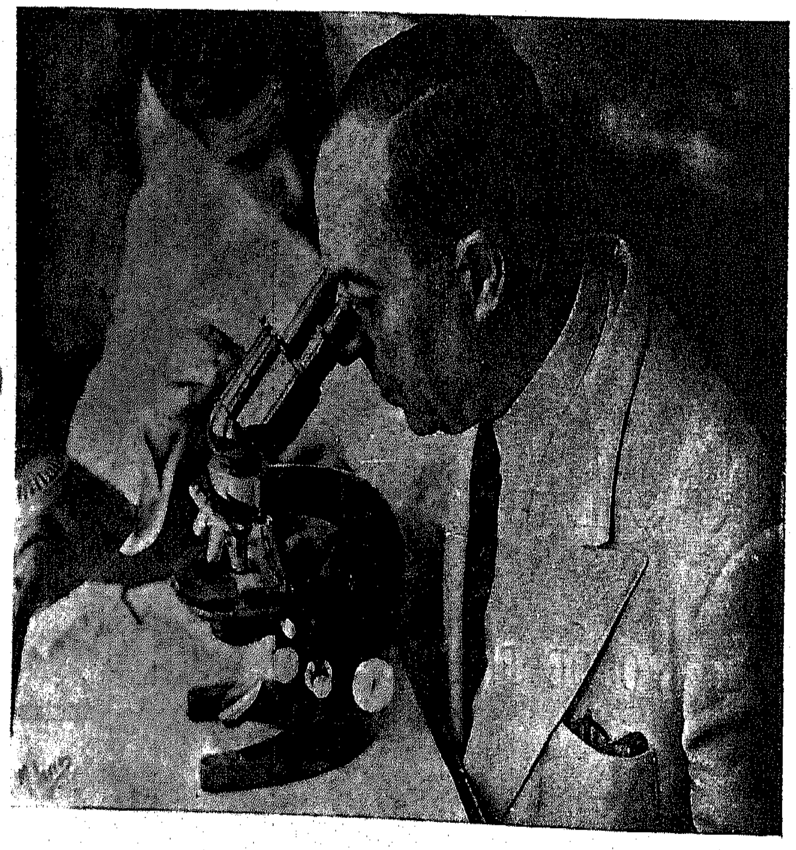
VISITAS AOS DIVERSOS

SERVIÇOS PÚBLICOS



Na Biblioteca da Repartição de Estatística e Arquivo Histórico, apreciando algumas das edições mais valiosas

Na Direcção dos Serviços de Obras Públicas, S. Ex.as os dois Governadores Gerais examinam alguns projectos de obras



No Laboratório de Patologia Veterinária (Repartição Técnica de Veterinária)

VISITA À LOURENÇO MARQUES

DE S. EX.A O GOVERNADOR GERAL DE ANGOLA

De regresso da sua visita oficial à União da África do Sul, S. Ex.a o Governador Geral de Angola, Capitão de Mar e Guerra Árvaro de Freitas Morna, passou alguns dias em Lourenço Marques onde tomaria o paquete que o conduziria a Angola.

A permanência de S. Ex.a na capital moçambicana ofereceu ensejo para vivas afirmações da solidariedade das duas grandes colónias portuguesas da África e, a despeito do seu carácter extra-oficial, significou um passo mais no movimento de íntima aproximação Angola-Moçambique. Hóspede da Residência da Ponta Vermelha, S. Ex.a o Governador Geral de Angola encontrou na população de Lourenço Marques um expressivo ambiente de aprêço e de simpatia que, além de tributo pessoal a S. Ex.a, testemunharam os fraternais sentimentos e o preito de admiração dos moçambicanos a Angola e seus colonos.

Os poucos dias que passou em Lourenço Marques foram aproveitados por S. Ex.a o Governador Geral de Angola para conhecer as instalações de diversos serviços públicos e algumas localidades próximas da cidade.

Moçambique arquiva nas suas páginas os discursos trocados pelos dois Governadores Gerais no banquete oficial na Residência do Govêrno Geral de Moçambique.

Senhor Governador Geral de Angola:

É esta a segunda vez que Moçambique tem a honra e a satisfação de receber a visita do Governador da grande Colónia irmã do Atlântico.

Da primeira vez, foi o nosso ilustre camarada, Coronel Lopes Mateus, que por aqui passou ràpidamente, no regresso da União da África do Sul, onde fôra tomar parte numa conferência sôbre transportes; agora, vem V. Ex.ª, outro camarada ilustre, no regresso, também, do grande país vizinho, onde foi estreitar relações, aquelas boas relações que com êle felizmente temos mantido através dos tempos e que, por terem sido ùltimamente mais radicadas, muito mais se apreciam na hora difícil que o mundo atravessa.

A demora de V. Ex.ª em Moçambique será, felizmente, um pouco maior do que a daquele seu antecessor e, desta maneira, a sua visita produzirá — tenho-o por certo — resultados que melhor conduzirão ao estreitamento das nossas relações, como eu tanto ambiciono.

Nas palavras que pronunciei, quando S. Ex.ª o Ministro deixou esta Colónia a caminho daquela que V. Ex.ª tão distintamente governa, manifestei o meu desejo de uma cooperação com Angola, maior, mais eficaz e mais intensiva, no campo intelectual, comercial e até no turístico. Bem longe estava, então, de imaginar que teria, dentro de tão poucos meses, a satisfação de receber V. Ex.ª e, assim, o feliz ensejo de lhe significar pessoalmente esta minha aspiração, como agora, e gratamente, me é dado fazê-lo.

A Unidade Imperial, auxiliada pela situação geográfica das duas colónias, deve, em qualquer circunstância, conduzir-nos a esta almejada cooperação; o factor sentimental, que deve sempre ligá-las — colónias irmãs que são e com interêsses comuns — terá de alimentá-la e fortalecê-la, porque o condicionalismo imposto pelos graves problemas da guerra obriga-nos agora, e mais do que nunca, a um maior, melhor e mais estreito auxílio mútuo.

A visita de V. Ex.ª, e com ela o conhecimento pessoal que em boa hora fizemos, há-de necessàriamente ter repercussão feliz nesse entendimento, e as relações comerciais, que neste momento sobrelevam a quaisquer outras, serão mais fàcilmente conduzidas, por mais bem conhecidas as nossas recíprocas possibilidades e necessidades, os nossos comuns interêsses.

Senhor Governador Geral: os portugueses de Moçambique saúdam, por minha bôca, os seus irmãos de Angola, êsses trabalhadores pertinazes, tão dignos da nossa admiração, que mantêm a Colónia num progressivo desenvolvimento, sob a acção inteligente e firme de V. Ex.ª

A V. Ex.ª presto as minhas melhores homenagens, saùdando o ilustre marinheiro que, pelos seus méritos e qualidades, criou com brilho um nome prestigioso, não só na corporação a que pertence, mas em todo o País, que tem servido em situações marcadamente de destaque. E, saùdando V. Ex.ª, Senhor Governador Geral, eu peço a todos que me acompanhem no brinde que, gostosamente, faço pelas prosperidades pessoais de V. Ex.ª, pelas de sua Ex.ma Espôsa, minha Senhora, e pelas da grande Colónia de Angola, que V. Ex.ª tão inteligentemente governa.

Senhor Governador Geral de Moçambique:

As minhas primeiras palavras são de agradecimento muito sincero, em meu nome e no da Colónia de Angola, pela carinhosa expressão de sentimentos que V. Ex.ª, por si e pela grande Colónia irmã que é Moçambique, acaba de me dirigir. As palavras de V. Ex.ª são para mim e para Angola motivo de subida honra.

Partem do militar ilustre que, por seus méritos e virtudes e pelos serviços que ornam a sua brilhante carreira militar, tendo ascendido à mais alta hierarquia do Exército, o Govêrno da Nação em boa hora pôs à frente desta preciosa parcela do território da Pátria — uma das maiores e mais belas e mais ricas do nosso Império. No que pessoalmente me respeitam, só posso atribuir às generosas palavras de V. Ex.ª a penhorante prova de bondade — e, por elas, apresento a V. Ex.ª as homenagens do meu indelével reconhecimento.

Mas traduzem, também, por parte de Moçambique, sob o distinto Govêrno de V. Ex.ª, consoladora reciprocidade do cordeal afecto e da comunhão espiritual e de interêsses que ligam Angola à Colónia irmã dêste lado do Continente Africano — síntese dos sentimentos de patriotismo e de unidade imperial que a população da encantadora cidade de Lourenço Marques e o seu elemento oficial, por forma tão emocionante, quis exteriorizar na manifestação de simpatia e de estima que me dispensou ao chegar a esta linda capital e que, tendo calado profundamente no meu coração, encontram, por igual, eco de imperecível reconhecimento no coração de todos os portugueses de Angola.

É êsse, de facto, o alto significado a dar às palavras de V. Ex.ª, Senhor Governador Geral, projecção dos sentimentos de recíproca cordialidade e entendimento espiritual das duas grandes colónias irmãs, prolongamento da Mãi-Pátria, pedaços da sua alma em milhares de portugueses que de um e outro lado do Continente Africano, com os olhos no Altar da Pátria, trabalham por Portugal, pelo seu Império, cada vez mais forte e mais belo, mais alto e mais dignificado.

Elas transcendem, quero afirmá-lo em plena consciência, a humildade dos meus predicados, para só se ter em conta a função, que essa, sim, se impõe pelo ideal que traduz, pelos princípios que encarna, pelos sentimentos que dêsses mesmos princípios dimanam — chama fervorosa de patriotismo que anima todas as parcelas do nosso vasto Império Colonial, que lhe dá inequívoca e perfeita unidade espiritual e que Moçambique, na carinhosa hospitalidade dispensada ao representante da Colónia irmã, tão eloqüentemente quis manifestar.

Venho de regresso da viagem que, a convite do eminente Chefe do Govêrno da União da África do Sul — a grande figura de homem de Estado que é o Primeiro Ministro, Marechal Smuts, acabo de realizar a tão belo e progressivo país, vizinho de Moçambique e de Angola por extensas fronteiras comuns. Visita protocolar e de cortesia, teve em vista, pelos sentimentos de cordialidade e de afecto que ditaram a gentileza do convite, o contacto pessoal e directo, o estreitamento de relações no ambiente de amizade e de estima que unem Portugal, o seu vasto Império Colonial, à União da África do Sul — em vizinhança criadora de interêsses interdependentes e de comunhão espiritual na grande

obra de civilização do Continente Africano, confiada pelo Destino ao valor e ao génio dos dois grandes Povos que são Portugal e a África do Sul.

Vivi e senti, nos dias que passei na União, ambiente de sincera cordialidade e recíproca estima, vinculando os laços de amizade que desde sempre uniram Portugal — particularmente Moçambique e Angola — à África do Sul e que a continuidade do pensamento político traduzida pelas visitas do Venerando Chefe do Estado, de S. Ex.ª o Ministro das Colónias, a visita de V. Ex.ª e a que venho de realizar cimentam no estreitamento cada vez mais forte de relações entre os dois países.

Ali me foi dado ouvir com desvanecido prazer, às mais altas individualidades, o aprêço e a atmosfera de simpatia que V. Ex.ª, Senhor Governador Geral, e sua Ex.ma Espôsa, minha Senhora, com alto prestígio para o País souberam criar à sua volta.

A evocação carinhosa e querida da visita de há três anos do Venerando Chefe do Estado de tal modo vive na alma da União que jamais deixará de nela perdurar em toda a grandeza do afecto e admiração que fez nascer.

Entre tantas e tão calorosas provas de carinho de que nesta visita vi aureolado o nome de Portugal, ultrapassando por vezes a sobriedade das normas do protocolo, calou profundamente no meu coração de português o preito de especial admiração que a eminente personalidade do Marechal Smuts, no banquete do Município de Cape Town, em brilhante improviso, depois dos brindes protocolares, espontâneamente rendeu à figura mundial de S. Ex.ª o Presidente do Conselho, Doutor Oliveira Salazar, a quem justamente classificou de um dos maiores e mais brilhantes estadistas da política internacional.

Quando um povo, embora pequeno em número, mas grande pela glória das suas tradições, pela riqueza do Império que constitue e maior ainda pelo exemplo que revela de unidade e ordem política num mundo que se desfaz em tragédia e agonia, é conduzido pela mão de tão forte timoneiro e que tão alto se projecta pelo prestígio e grandeza das suas invulgares qualidades, não pode deixar de ver longe e seguro o caminho que trilha, hoje e no futuro, na órbita ascensional do seu progresso e desenvolvimento.

Êste, minhas senhoras e meus senhores, o meu sentido pessoal e político, o sentido de todos os portugueses conscientes de si próprios e confiantes no futuro.

Desta guerra surgirá, sem dúvida, um mundo diferente do passado e do mundo dos nossos dias. Qualquer que seja, porém, o panorama que o mundo de amanhã venha a oferecer-nos, não poderá deixar de alicerçar sôbre os sofrimentos e angústias do presente, sólidas bases de paz e felicidade entre os povos, dentro do respeito recíproco dos direitos de soberania, liberdade e princípios de solidariedade das nações.

Quis V. Ex.ª, Senhor Governador Geral, por si e pela Colónia a cujos destinos tão distintamente preside, honrar-me e à Colónia de Angola que aqui represento com a gentileza da sua fidalga hospitalidade e das inequívocas provas de estima que tenho recebido.

Sinto-me feliz com esta visita, pelo prazer de pessoalmente ter estreitado relações com V. Ex.ª

e com a oportunidade de por ela mais fortemente vincular os laços de união e de comunhão espiritual que ligam as duas grandes colónias irmãs.

Moçambique é hoje um grande e progressivo território, uma das mais ricas e mais belas parcelas do Império, que atingiu, por perfeita organização dos serviços, pelos seus belos portos de Lourenço Marques e da Beira, pelo seu desenvolvimento económico e elevado grau cultural, lugar de destaque no todo que forma o nosso vasto Império Colonial.

Angola, por seu turno, no campo económico e das grandes realizações, caminha a passos firmes e decididos, em actividade crescente de acção, fomentando a produção, explorando riquezas naturais, apetrechando portos, aperfeiçoando vias de comunicação e transportes, criando indústrias, modernizando cidades e centros populacionais. Angola vive e vibra com fé confiante no seu esfôrço e dinamismo de acção.

Dentro do todo Imperial em que ambas estão integradas há problemas de ordem material e espiritual que lhes são comuns ou interdependentes — entre êles, no campo económico, o da troca de produtos e, no campo espiritual, o do intercâmbio cultural que se torna necessário assegurar e desenvolver de harmonia com o elevado nível da mentalidade própria que Moçambique e Angola indiscutìvelmente possuem. Num e noutro, estamos V. Ex.ª e eu por igual empenhados. Tudo quanto possa fazer-se no sentido do estreitamento das nossas relações, da recíproca cooperação e mútuo auxílio que nos devemos, nunca será de mais. Para tanto disporá V. Ex.ª do meu devotado esfôrço e melhores desejos e dos de Angola — como eu e Angola estamos certos de iguais sentimentos por parte de V. Ex.ª e de Moçambique. Espero, como V. Ex.ª, que do contacto pessoal desta visita acentuados benefícios resultem para as duas colónias no mútuo espírito de colaboração e patriótico sentimento que nos anima.

Permita-me V. Ex.ª que lhe reitere, em meu nome e no de Angola, os meus melhores agradecimentos por todas as gentilezas que V. Ex.ª me tem dispensado, estendendo-os em meu nome e no de minha mulher a sua Ex.ma Espôsa, minha Senhora, por tantas provas de bondade que temos recebido, e fazendo os mais calorosos votos pelo incessante progresso e desenvolvimento desta grande Colónia de Moçambique confiada ao inteligente govêrno de V. Ex.ª

VISITAS AOS DIVERSOS

SERVIÇOS PÚBLICOS

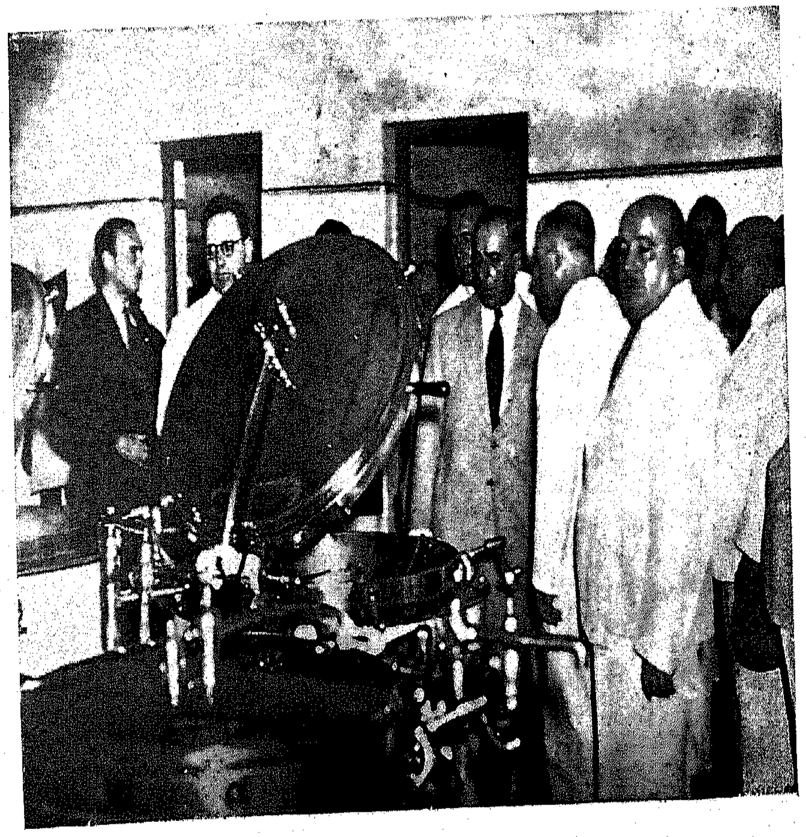
◆

Na Maternidade e Dispensário para indígenas

◆

No laboratório da Estação Zootécnica Central, na Chobela

◆

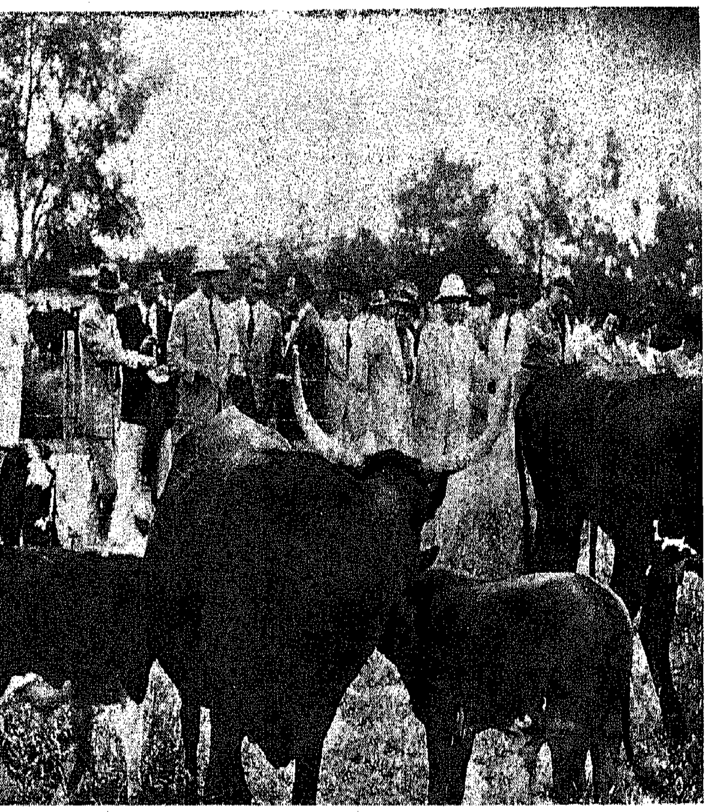


Nas cozinhas do Hospital Central Miguel Bombarda

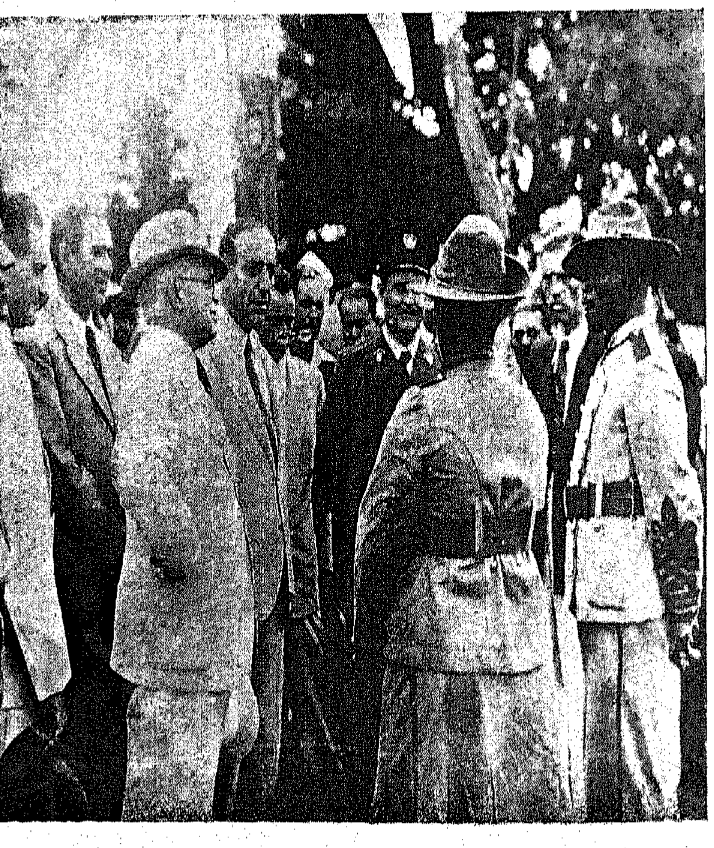
◆

NO UMBELÚZI E MAGUDE

Nos campos de culturas da Estação Experimental do Umbelúzi (Repartição Técnica de Agricultura)

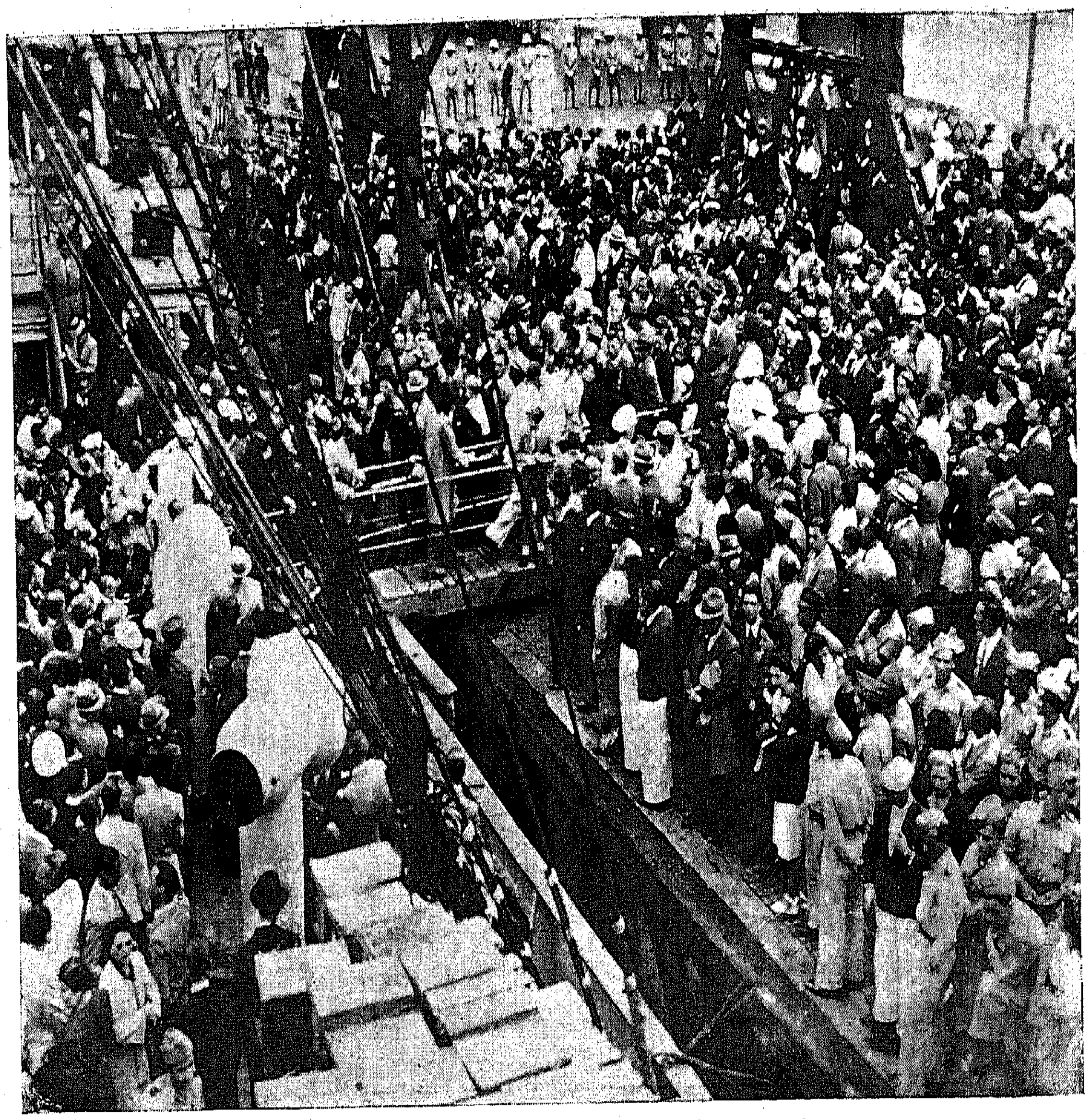


Nos campos da Estação Zootécnica Central na Chobela (Magude)



Em Magude, S. Ex.as os Governadores Gerais de Angola e de Moçambique conversam com uma régula da região

BANQUETE OFICIAL NA RESIDÊNCIA DO GOVÊRNO GERAL NA PONTA VERMELHA



REGRESSO A ANGOLA
Um trecho da multidão na Ponte-cais
Ao portaló, S. Ex.as os governadores gerais de Angola e de Moçambique trocam afectuosas despedidas

COMEMORAÇOES

DO 28 DE MAIO

Em Lourenço Marques, a passagem do XVII aniversário da Revolução Nacional foi celebrada com uma parada da guarnição militar, assim organizada: Mocidade Portuguesa; contingente de marinha, do aviso «Bartolomeu Dias»; escalão apeado: contingentes dos batalhões expedicionários de infantaria n.os 6 e 68, 10.ª e 13.ª Companhias Indígenas de Caçadores; escalão de tracção animal: 2.ª Companhia Indígena de Engenhos, pelotões de metralhadoras pesadas, trens das 10.ª e 13.ª Companhias Indígenas de Caçadores; escalão mecanizado: Grupo de Esquadrões de Moçambique, Batarias Ligeiras de Artilharia n.os 1 e 4, pelotão de canhões da 2.ª Companhia Indígena de Engenhos, Unidade de Instrução de Engenharia, Batalhões 6 e 68 de Infantaria.

Também no programa de comemoração, houve cumprimentos oficiais a S. Ex.ª o Governador Geral, inauguração das novas instalações do Clube Militar e distribuição dum bodo a pobres.

Na Beira, foram inauguradas cantinas escolares nas escolas António Enes e Eduardo Vilaça, «Te-Deum», cumprimentos oficiais ao Ex.mo Sr. Governador da Província, parada da Mocidade Portuguesa, certame desportivo para disputa da Taça 28 de Maio e recepção na Residência do Govêrno da Província.

Em Quelimane, houve cumprimentos oficiais ao Ex.mo Sr. Governador da Província e foi rezada missa por alma do Capitão Armando Pinto Correia, uma das figuras da primeira linha do 28 de Maio e que faleceu quando exercia o govêrno da província da Zambézia.

No Chinde, realizou-se, organizada pela Junta Local, uma cerimónia junto ao monumento «Portugal Renovado».

Em Pôrto Amélia, foi celebrada missa campal, realizando-se depois uma festa infantil e um desfile escolar.

Em Vila de João Belo, o programa comemorativo compreendeu: solene içar da bandeira nos Paços do Concelho perante autoridades, funcionalismo e escolas; missa e bênção dos crucifixos da Escola Mousinho de Albuquerque; sessão solene.

Em Pôrto Amélia, houve na Escola D. João de Castro uma sessão solene comemorativa.

Noutras localidades, ainda, a passagem do XVII aniversário da Revolução Nacional foi assinalada com cerimónias e festas comemorativas.

MONUMENTOS
E RELÍQUIAS HISTÓRICAS DE MOÇAMBIQUE

Sôbre os primeiros trabalhos da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique, cuja criação foi referida no número de *Moçambique* relativo ao 1.º trimestre dêste ano, uma portaria do Govêrno Geral da Colónia proclamou os seguintes monumentos históricos:

Praça de S. Sebastião de Moçambique, compreendendo as obras exteriores e a Capela de Nossa Senhora do Baluarte.
Fortim de Santo António, na Ilha de Moçambique.
Forte de S. Lourenço, no Ilheu de S. Lourenço.
Restos da muralha da fortificação de S. José do Mossuril.
Forte da Muchelia.
Reduto da Matibane.
Reduto de Pemba, conhecido por Fortim de Jerónimo Romero.
Praça de S. João Baptista do Ibo.
Fortim de Santo António, na Ilha do Ibo.
Fortim de S. José, na Ilha do Ibo.
Forte de Milange.
Praça de S. Tiago Maior de Tete.
Forte de D. Luiz I de Tete.
Forte Princesa D. Amélia, em Massangano.
Porta e restos da fortaleza de S. Marçal de Sena.
Fortim Rainha D. Amélia, em Tambara.
Fortim do Chibuto.
Quartel fortificado na Quissanga.

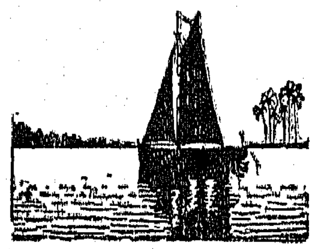
Praça de Nossa Senhora da Conceição, em Lourenço Marques.
Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, na Cabaceira Grande, Mossuril.
Igreja da Misericórdia, na Ilha de Moçambique.
Igreja de Nossa Senhora da Saúde, na Ilha de Moçambique.
Palácio de S. Paulo, na Ilha de Moçambique.
Igreja de S. João Baptista, na Ilha do Ibo.
Igreja de Nossa Senhora do Livramento, em Quelimane.
Palácio da Cabaceira, no Mossuril.
Instituto Leão XIII, no Mossuril.

Como relíquias históricas, foram proclamadas uma pedra de armas reais portuguesas e uma pedra tumular lavrada, da Ilha de Moçambique, e duas lápides da Praça de S. Tiago Maior de Tete.

Além dêstes monumentos e objectos, proclamados nos termos do diploma legislativo n.º 825, de 20 de Fevereiro de 1943, a Comissão resolveu conservar, a título de «curiosidades» históricas:

— a árvore («Kigelia pinnata»), junto à entrada da Praça de Nossa Senhora da Conceição de Lourenço Marques, sob a qual se crê ter sido morto, numa revolta de indígenas, em 1833, o governador de Lourenço Marques Dionísio António Ribeiro;
— túmulo em que foi sepultada a mulher de David Livingstone, que se acha hoje encorporado no cemitério da Missão de Nossa Senhora da Conceição, Chupanga;
— o embondeiro, conhecido por «embondeiro de Livingstone», em cujo tronco (escavado em gruta onde cabem seis ou sete pessoas) se acham inscritas as iniciais D. L., seguidas de data hoje já dificilmente reconhecível, inscrição que se atribue ao célebre explorador africano; o embondeiro acha-se na estrada Chemba-Chiramba;
— tambor indígena, existente na Tambara, sôbre o qual a tradição indígena diz terem sido decapitados, pelos revoltosos indígenas, em 1917, alguns cipais e indígenas fiéis à autoridade portuguesa;

— armas, jóias e objectos de adôrno encontrados no antigo cemitério da Vila de Tete;
— duas pedras, com inscrições datadas de 1892, que se destinavam a assinalar a ampliação do antigo Arsenal de Moçambique, na Ilha do mesmo nome.



MUSEU "FREIRE DE ANDRADE"

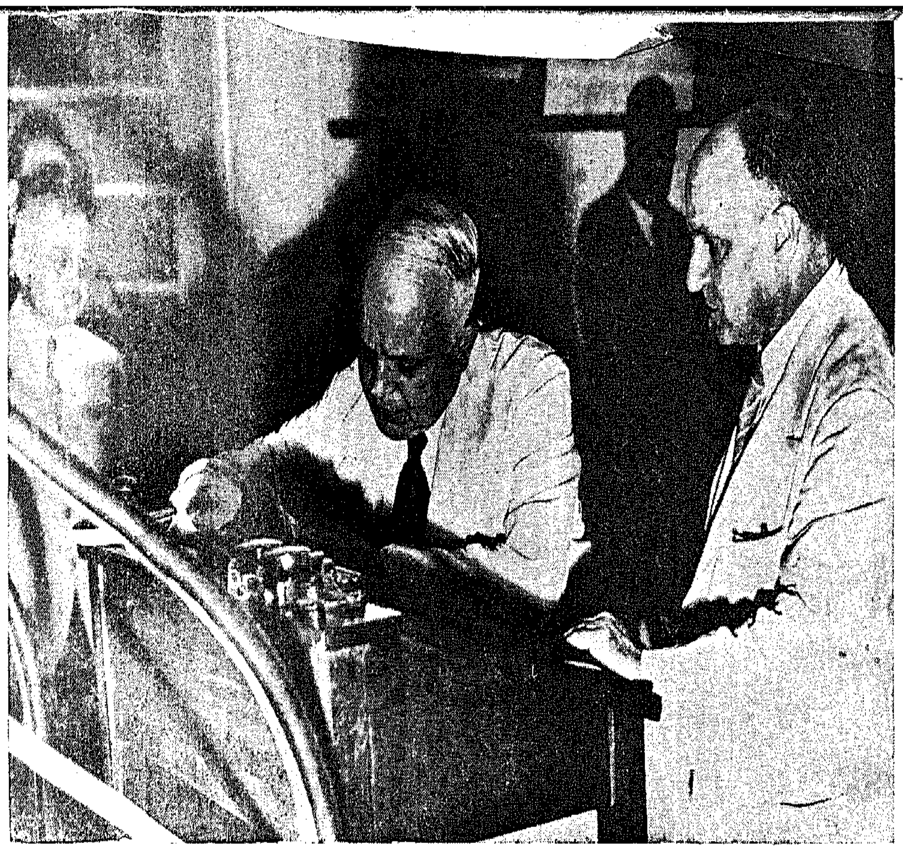
Em 7 de Maio, S. Ex.ª o Governador Geral General José Bettencourt inaugurou, na Repartição Técnica de Indústria e Geologia, o Museu «Freire de Andrade», cuja criação e plano orgânico haviam sido promulgados pela portaria n.º 4:255, de 26 de Dezembro de 1940.

Compreendendo duas divisões — *Divisão geológica* e *Divisão industrial* — só a primeira se acha, por emquanto, instalada. Está organizada em três colecções: geral de mineralogia, estratigráfica de Moçambique, minerais económicos da Colónia.

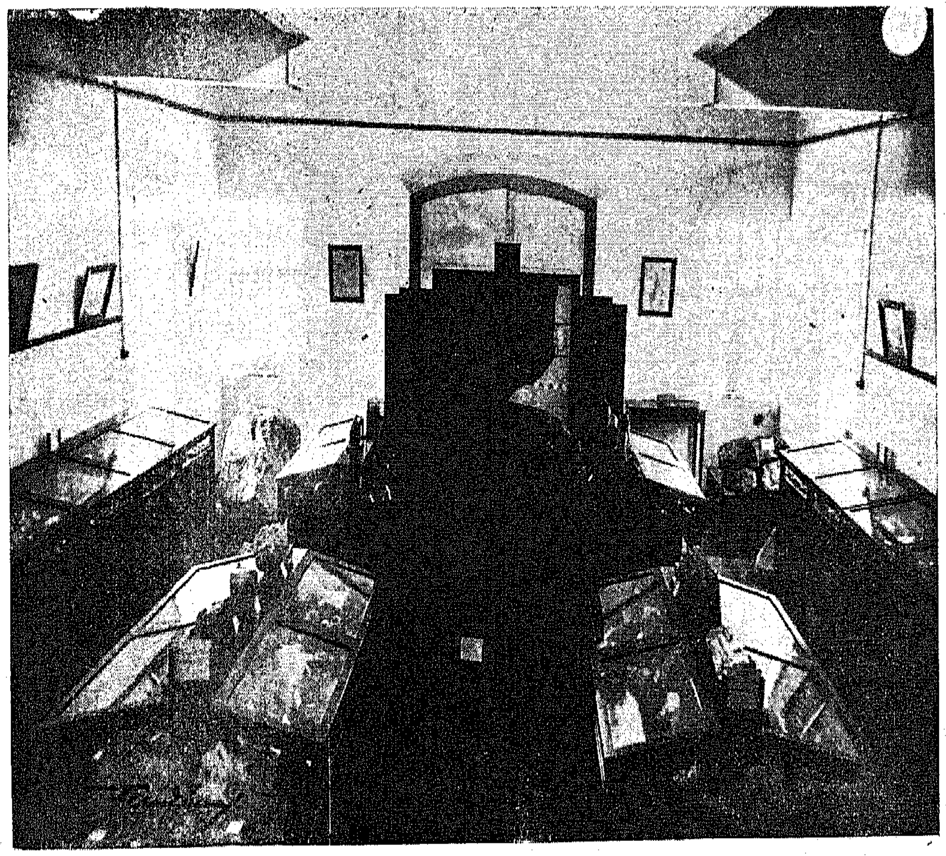
Os minerais da Colecção Geral de Mineralogia acham-se ordenados alfabèticamente, segundo os metais ou elementos químicos úteis que dêles se podem extrair. Assim, além dos metais usuais, podem ali ser vistos minerais de metais menos vulgares, como antimónio, arsénio, bário, cádmio, estrôncio, magnésio, mercúrio, níquel, vanádio, metais das terras raras, etc.; minerais em que, como elementos úteis, figuram o fósforo, o enxôfre e o flúor. Na altura do carbono, figuram alguns diamantes, um dêles embebido na rocha-mãi, a kimberlite; provêm estes exemplares da Wesselton Mine, de Kimberley. Distinguem-se na Colecção Geral de Mineralogia uma secção de pedras preciosas e outra agrupando os minerais constitutivos, tanto essenciais como acessórios, das rochas eruptivas, metamórficas e sedimentares e, nestas, as dos jazigos salinos.

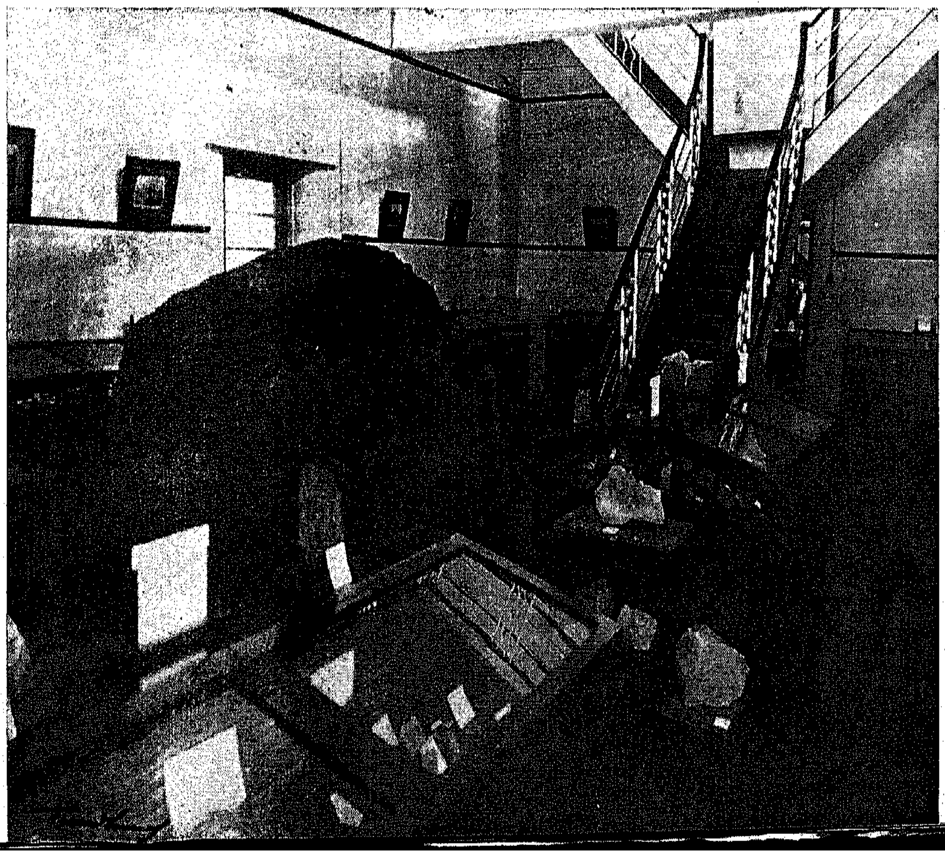
Na Colecção Estratigráfica de Moçambique estão ordenados, por idades geológicas, exemplares de rochas representativas das várias formações geológicas, das mais antigas às mais modernas. Começando pelos sistemas primitivos, passando pelas erupções ígneas que se lhe seguiram, um lugar de distinção é dado aos grés e xistos da bacia carbonífera de Tete e às rochas dos maciços vulcânicos do mesmo distrito. Seguem-se exemplares de numerosos fósseis das formações marinhas, das cretácicas às pleistocénicas, dos distritos de Lourenço Marques e de Inhambane. Nos sistemas

MUSEU FREIRE DE ANDRADE NA REPARTIÇÃO TÉCNICA DE INDÚSTRIA E GEOLOGIA



S. EX.ª O GOVERNADOR GERAL, GENERAL JOSÉ BETTENCOURT, INAUGURANDO OFICIALMENTE O MUSEU



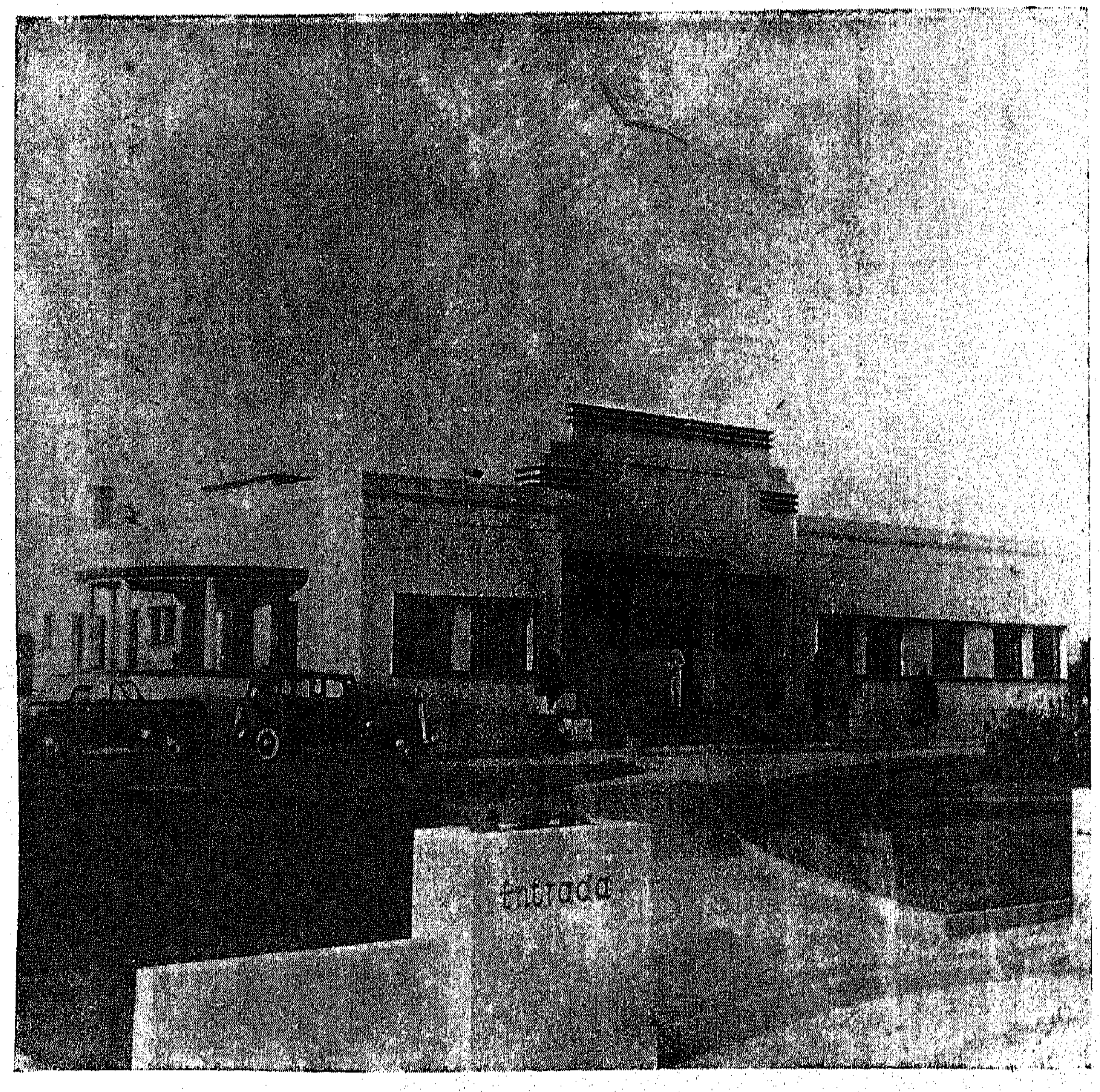


DOIS ASPECTOS DA EXPOSIÇÃO DAS COLECÇÕES DA DIVISÃO GEOLÓGICA DO MUSEU

S. EX.ª O GOVERNADOR GERAL INAUGUROU, NO DIA 28 DE MAIO, AS NOVAS INSTALAÇÕES DO CLUBE MILITAR DE LOURENÇO MARQUES

♦ ♦ ♦

O NOVO EDIFÍCIO SEDE DO CLUBE MILITAR DE LOURENÇO MARQUES



primitivos, vemos representantes das áreas metamórficas e mineiras do Chifumbázi e Missale e, ainda, do Báruè. Coroando as camadas do sistema carbonífero do Karroo, estão amostras das lavas dos Libombos e duma pequena, mas cientìficamente muito interessante fauna e flora fósseis, encontradas num tufo não longe da Namaacha.

Já sem lugar nos escaparates do Museu, existe nos arquivos dêste uma riquíssima colecção de fósseis da Península de Fernão Veloso e doutros pontos da Colónia. Nestes mesmos arquivos, em tabuleiros dispostos em altos armários, estão guardadas, devidamente etiquetadas, colhidas nos reconhecimentos dos Serviços, para cima de 3.000 amostras de rochas, das quais os exemplares expostos não são, portanto, mais que uma pequeníssima parte.

A Colecção dos minerais úteis da Colónia de Moçambique compreende dois grandes grupos: metalíferos e não metalíferos.

Não metalíferos:

a) Ao centro do Museu, o gigantesco bloco de carvão da mina do Muatize, ladeado por amostras dos grés e xistos e troncos petrificados do sistema carbonífero de Tete (Karroo na geologia sul-africana).

b) Escaparate com «abrasivos», granadas e o corundo de Tete e vários «refractários», grafites e micas, as brancas e a flogopite. Fora, destacam-se os grandes blocos de grafite de Netia e as enormes placas de muscovite de vários jazigos do distrito de Moçambique; das micas, vêem-se ainda belos exemplares de lepidolite, a espécie litinífera. Dos «refractários», noutros pontos do Museu, estão expostos exemplares de cianite do Báruè, de zircão e de asbesto.

c) Escaparate com pedras semi-preciosas: a morganite e a áqua-marina, variedades de berilo; as turmalinas coradas de vermelho e de verde, respectivamente a rubelite e a esmeralda do Brasil, o quartzo hialino incolor e o ametisto. Fora, grandes exemplares de turmalina preta, branca, um belo prisma de berilo e os enormes cristais de rocha do Nahia. Notáveis, os cristais de topázio incolor do mesmo jazigo e de Piteia.

d) Noutro sector, estão agrupados minerais de usos vários: a apatite, a calcite, o caolino, o talco, o feldspato, a fluorite, a pirite, a diatomite.

Minerais metalíferos:

Usuais: minérios de estanho, arsénio, chumbo, cobre e crómio. De ferro, o

enorme bloco de magnetite titanífera, de Machedua (Tete), à entrada, à direita. Sôbre o escaparate, agrupando minérios de ferro, manganés e titânio, estão exemplares do minério de ferro de Milange, o mais puro e rico da Colónia.

À entrada, à esquerda, monte de blocos de cromite da Serra de Munucua; três blocos de minério de cobre de Cacanga (Tete) estão junto à escada, do lado direito.

Num armário, ao lado duma galena argentífera e de quartzos com ouro à vista, estão minérios de alumínio, a bauxite de Macequece, de lítio e de bismuto, incluindo o metal nativo, dos jazigos do Muiane e de Ribáuè.

Finalmente, é consagrada uma secção aos metais raros e rádio-activos que já fizeram o nome da região do Alto Ligonha. São êles minérios de nióbio, tântalo, molibdénio, zircão, glucínio, tungsténio, urânio, tório, cério e outras terras raras.

MISSÕES HIDROGRÁFICA E GEOGRÁFICA

Estas duas Missões científicas que há já anos estão desenvolvendo na Colónia notável trabalho regressaram das operações de gabinete, na Metrópole, e iniciaram a sua campanha de 1943.

A Missão Hidrográfica opera, agora, na baía de Lourenço Marques, com a brigada de terra procedendo ao levantamento da zona da barra do Incomáti. A brigada aérea fará a aerofotografia da costa entre Inhambane e Bazaruto e, depois, entre Quelimane e Moma. Os trabalhos na baía de Lourenço Marques devem ficar concluídos êste ano.

Já foi publicada, em Portugal (em edição provisória, vista a carência actual de papel próprio para edições dêste género), a carta geral marítima, da Inhaca à Ponta do Ouro, sexta carta geral da Missão. O plano hidrográfico do pôrto interior de Lourenço Marques, 1/25.000, está já em desenho, prevendo-se que nos fins do corrente ano esteja gravado e possa juntar-se à colecção dos trabalhos da Missão (cêrca de 20 planos de portos e barras, além das cartas gerais).

Por seu turno, a Missão Geográfica espera ultimar nesta campanha os trabalhos de geodesia no norte da Colónia e retomar, em Manica e Sofala, a rêde de triangulação, seguindo ao longo da fronteira até ligar com os trabalhos da antiga Missão Geodésica da África Oriental que se estendem pelo sul da Colónia.

A brigada de agrimensores dos Serviços de Agrimensura da Colónia prosseguirá os trabalhos de cartografia.

A brigada aérea da Missão Hidrográfica, uma vez concluído o seu programa desta campanha, cooperará com a Missão Geográfica, fazendo a fotogrametria ao longo do Zambeze e do Rovuma, margem portuguesa do Lago Niassa e linha da fronteira.

ECONOMIA E FINANÇAS

MOVIMENTO COMERCIAL

Os valores em escudos do comércio da Colónia, referentes ao primeiro trimestre de 1943, são representados pelos seguintes números, postos em comparação com os de igual período do ano anterior:

	1943	1942
	—	—
Importação para consumo	111.338:600	135.425:454
Exportação:		
Nacional	63.293:813	79.878:152
Nacionalizada	2.324:446	4.788:673
Valores monetários e fiduciários	12.584:460	15.704:622
Trânsito indirecto	87.660:177	84.714:353
Trânsito directo	548.878:192	875.978:188

Com excepção do trânsito indirecto que acusa um aumento de 2.945:824 escudos, em todos os comércios houve diminuïção, no total de 373.355:578, distribuída por: importação, 24.086:854; exportação nacional, 16.584:339; nacionalizada, 2.464:227; valores monetários e fiduciários, 3.120:162; trânsito directo, 327.099:996 escudos.

A exportação dos principais produtos do solo e da indústria da Colónia, no mesmo período, é representada pelos seguintes números:

	Toneladas		Milhares de escudos	
	1943	1942	1943	1942
	—	—	—	—
Açúcar	6:873	9:956	6:279	11:203
Algodão em rama	3:208	4:274	28:086	48:437
Bagaços	1:155	675	342	125
Bananas	6:221	4:307	2:072	1:563
Chá	144	136	1:591	898
Oleaginosas:				
De amendoim	2:245	67	4:208	75
De castanha de caju	706	8:137	446	4:659
De copra	1:009	6:549	1:548	6:573
De gergelim	272	-	393	-
De mafurra	651	240	616	93
De rícino	540	-	687	-
Óleos vegetais próprios e impróprios para alimentação	1:194	775	2:037	895
Sisal (incluindo desperdícios)	2:233	3:387	7:058	2:903

O quadro seguinte mostra as diferenças, para mais e para menos, em milhares de escudos, dos números anteriores:

	Milhares de escudos	
	Para mais	Para menos
Açúcar	-	4:924
Algodão em rama	-	20:351
Bagaços	217	-
Bananas	509	-
Chá	693	-
Oleaginosas:		
De amendoim	4:133	-
De castanha de caju	-	4:213
De copra	-	5:025
De gergelim	393	-
De mafurra	523	-
De rícino	687	-
Óleos vegetais próprios e impróprios para alimentação	1:142	-
Sisal (incluindo desperdícios)	4:155	-
Total	12:452	34:513

RECEITA ADUANEIRA

Os rendimentos brutos cobrados pelas estâncias aduaneiras no decurso do primeiro trimestre de 1943 atingiram a importância de 30:064.838$74 e £ 27:841-12-04.

Comparados com os rendimentos cobrados no mesmo período de 1942, verifica-se terem sido superiores em 9:594.201$35 e inferiores em £ 5:125-12-07. Os rendimentos de 1942 foram superiores aos de 1941 em 5:404.145$71 e £ 216-01-00.

Os direitos de importação cobrados atingiram a importância de 9:199.032$46 e £ 2:986-14-04; e os de exportação 316.476$12 e £ 8:596-07-11, tendo no período correspondente a 1942 os mesmos direitos rendido, respectivamente, 9:030.511$57 e £ 8:155-09-10; 276.403$41 e £ 6:309-07-08.

A taxa de trânsito rendeu 1.560$04 e £ 1:376-17-11.

Os rendimentos cobrados neste primeiro trimestre incluem a cobrança na alfândega da Beira, o que não sucedia nos anos anteriores, por os mesmos pertencerem à Companhia de Moçambique e não darem, portanto, entrada nos cofres do Estado.

Com a nova administração êsses rendimentos passaram a pertencer ao Estado, tendo atingido neste primeiro período de cobrança 9:777.653$33 e £ 4:852-09-11.

A importação rendeu nesta alfândega 1:641.230$90 e a exportação 122.203$02 e £ 2:097-18-07.

FUNDO CAMBIAL

O Conselho de Câmbios, funcionando ao abrigo do decreto n.º 21:154, de 22 de Abril de 1932, dispôs durante o primeiro semestre de 1943 de um total de divisas do exterior de £ 4.293:114-06-10. Dêste valor, £ 1.540:845-17-06 provieram do saldo do ano anterior e £ 2.752:268-09-04 de entradas durante o mesmo semestre, pela forma seguinte:

	Libras
Do Estado	760:128-04-11
Dos Serviços autónomos	239:000-00-00
De 75 por cento do valor fiscal das exportações	1.142:350-02-02
De diversos	610:790-02-03

As autorizações concedidas para transferências para o exterior, no total de £ 2.735:200-14-06, tiveram a seguinte distribuição:

	Libras
Estado	150:971-17-08
Serviços autónomos	35:450-03-02
Economias e passagens	183:353-16-09
Montepio de Moçambique e Caixas de Previdência	10:098-19-11
Rendas de capitais	70:733-10-10
Prémios de seguros	18:258-19-05
Comércio	2.143:707-08-02
Mesadas	122:625-18-07

Em 30 de Junho, o saldo que passou no mesmo «Fundo» foi de £ 1.557:913-12-04, que somado à reserva de ouro fino em barra, no valor de 95:927.025$43, dá o total efectivo de £ 2.539:766-09-09.

COLONIZAÇÃO E FOMENTO

GRÉMIO DOS PRODUTORES DE CEREAIS DO DISTRITO DA BEIRA

Com a regulamentação promulgada em 29 de Maio, completou-se a fase da organização dêste Grémio, o primeiro da Colónia enquadrado no regime corporativo nacional.

O Grémio foi criado quando da visita ministerial a Moçambique, no segundo semestre de 1942, e substitue a Comissão Directora de Comércio do Milho, o organismo que disciplinou e dirigiu com notável êxito o núcleo de colonização europeia de Chimoio, o mais importante da Colónia e mesmo do Império Colonial Português.

No preâmbulo da portaria que criou o Grémio e aprovou os respectivos estatutos — a portaria ministerial n.º 37, de 8 de Outubro de 1942 — precisam-se com clareza as razões que levaram S. Ex.ª o Ministro das Colónias a transformar aquela Comissão num organismo de carácter corporativo, exercendo funções de interêsse público, representando todos os produtores agrícolas da sua área e tutelando legalmente os respectivos interêsses perante o Estado, as corporações, os outros organismos económicos e os de coordenação económica.

São as seguintes:

> Na economia da Colónia de Moçambique, a actividade agrícola do distrito da Beira ocupa um lugar de sensível importância.
>
> Exercida, em parte, por um importante núcleo de colonos que vem realizando uma obra efectiva de ocupação económica, é dever do Estado protegê-la, consolidá-la e discipliná-la adentro do plano nacional e no respeito absoluto dos superiores interêsses da Nação.
>
> Como medida de emergência para uma crise mais aguda, adoptou-se no ano de 1936, para o território de Manica e Sofala, um regime de disciplina colectiva baseado na simples organização da produção e comércio

> do milho, por ser êste o produto em que então se alicerçava todo o êxito da exploração agrícola do território.
>
> A experiência de alguns anos revelou que o regime adoptado, visando um objectivo aparentemente restrito, excedeu a espectativa muito para além do que poderia prever-se de um ponto de partida de estrutura tão simplista.
>
> O colono de Manica e Sofala, animado do impulso resultante do regime que voluntàriamente havia procurado, liberto de preocupações que o tolhiam e de insucessos que o desacreditavam, aplicou-se decididamente numa obra de construção e revolução colectiva, adquiriu o espírito de solidariedade que exclue o individualismo e esboçou os primeiros passos para um futuro de mais larga perspectiva que se harmoniza inteiramente com os princípios e desígnios da nossa Administração Colonial.
>
> É êste futuro que o Estado deve e deseja assegurar, não apenas para garantia e manutenção da obra de colonização já realizada mas para que essa obra prossiga, sem sobressaltos, num progresso contínuo que satisfaça às nossas exigências de país colonizador.
>
> Na organização corporativa vão encontrar-se as bases fundamentais, da mais larga maleabilidade, para satisfazer aos desígnios do Estado e à defesa da colonização agrícola, segundo as necessidades próprias do distrito da Beira.
>
> Constata-se que a actividade agrícola, neste distrito, constitue já um factor diferenciado na economia geral da Colónia, atenta a sua extensão, os métodos de trabalho adoptados, o número de indivíduos dela exclusivamente dependentes e a homogeneidade e coesão do núcleo de colonos que a ela se dedica.
>
> E assim, prudentemente ponderadas todas as questões a observar na organização corporativa, reconhece-se que a actividade agrícola do distrito da Beira se desenvolve já em circunstâncias que permitem enquadrá-la naquele regime.

O Grémio tem a sua sede na cidade da Beira, a sua acção exerce-se em todo o distrito da Beira e são seus sócios e nêle obrigatòriamente inscritos todos os produtores de cereais, não indígenas, estabelecidos ou que venham e estabelecer-se naquele distrito.

MERCADOS DE ARROZ E DE ALGODÃO DE PRODUÇÃO INDÍGENA

Nos termos da regulamentação, promulgada em Junho de 1941, da cultura, indústria e comércio de arroz, foram fixados, para o corrente ano, 108 mercados de compra de arroz em casca aos indígenas.

Estes mercados distribuem-se assim pelos diversos distritos: Lourenço Marques, 32; Inhambane, 12; Quelimane, 13; Pôrto Amélia, 11; Nampula, 12; Beira, 28.

O período de realização dos mercados vai de 7 de Junho a 31 de Agosto nas províncias do Sul do Save e da Zambézia, de 7 de Junho a 30 de Setembro na do Niassa, de 1 de Julho a 15 de Setembro na de Manica e Sofala.

A fixação de mercados respeita apenas às circunscrições classificadas no 1.º grupo. Nas do 2.º grupo, os indígenas continuam a poder livremente vender o arroz, em casca ou descascado, a estabelecimentos comerciais.

Os preços nos mercados variam de 1$ a 1$10 no Sul do Save, $90 a $95 em Manica e Sofala, $75 a $85 na Zambézia, $50 a $85 no Niassa, por quilo de «arroz fino de 1.ª qualidade». Os das restantes qualidades ou tipos são:

a) Arroz grosso de 1.ª, o do arroz fino da mesma qualidade, diminuído de $15;

b) Arroz de 2.ª, o da 1.ª do respectivo tipo, diminuído de $20; arroz misturado, o da 1.ª qualidade do respectivo tipo dominante, diminuído de $15; arroz de refugo, o da 2.ª ou única qualidade, diminuído de $10.

O arroz descascado nas fábricas e oficinas será, comercialmente, classificado assim:

a) Arroz de 1.ª uniforme, regularmente branqueado e pulido, pràticamente sem impurezas, com percentagens de grãos vermelhos inferior a 5 por cento e trinca grossa em quantidade não superior a 15 por cento, em pêso;

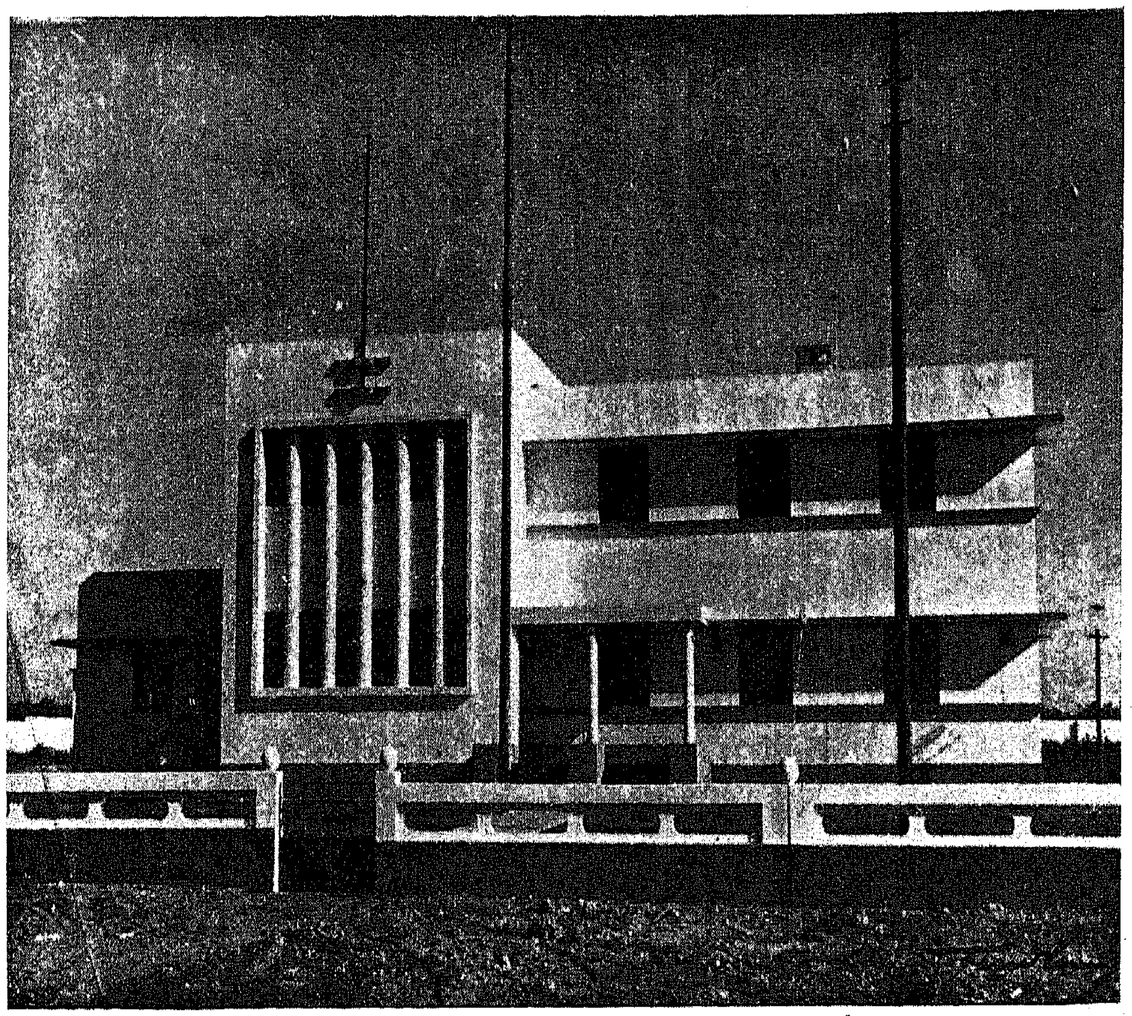
b) Arroz de 2.ª — com trinca grossa ou média em quantidade não superior a 33 por cento e trinca miúda não superior a 15 por cento;

c) Trinca — o arroz contendo percentagem de grãos partidos superior à do arroz de 2.ª

A trinca inclue todos os bagos partidos de tamanho inferior a 3/4 de bago.

* * *

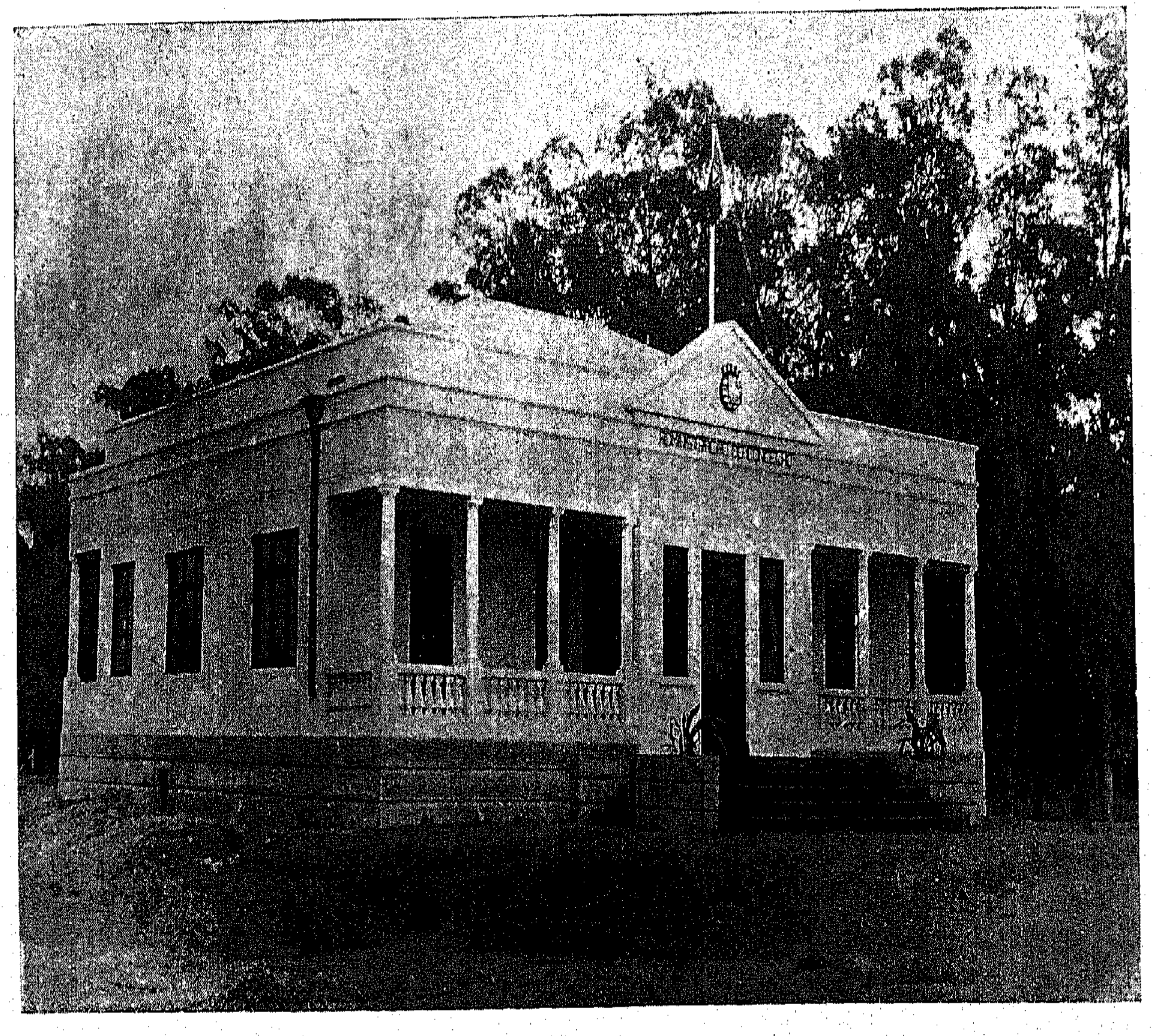
As compras de algodão em caroço produzido pelos indígenas iniciaram-se na primeira quinzena de Junho, tendo sido estabelecidos 691 mercados e postos de compra, dos quais 37 no distrito de Lourenço Marques, 29 no de Inhambane, 346 no da Beira, 15 no de Tete, 112 no de Quelimane, 126 no de Nampula e 26 no de Pôrto Amélia. Os preços do algodão em caroço de 1.ª qualidade variam entre 1$ e 1$40, por quilo; da 2.ª qualidade são de menos $20 que os de 1.ª, nos respectivos mercados e postos; da 3.ª qualidade menos $15 que os de 2.ª



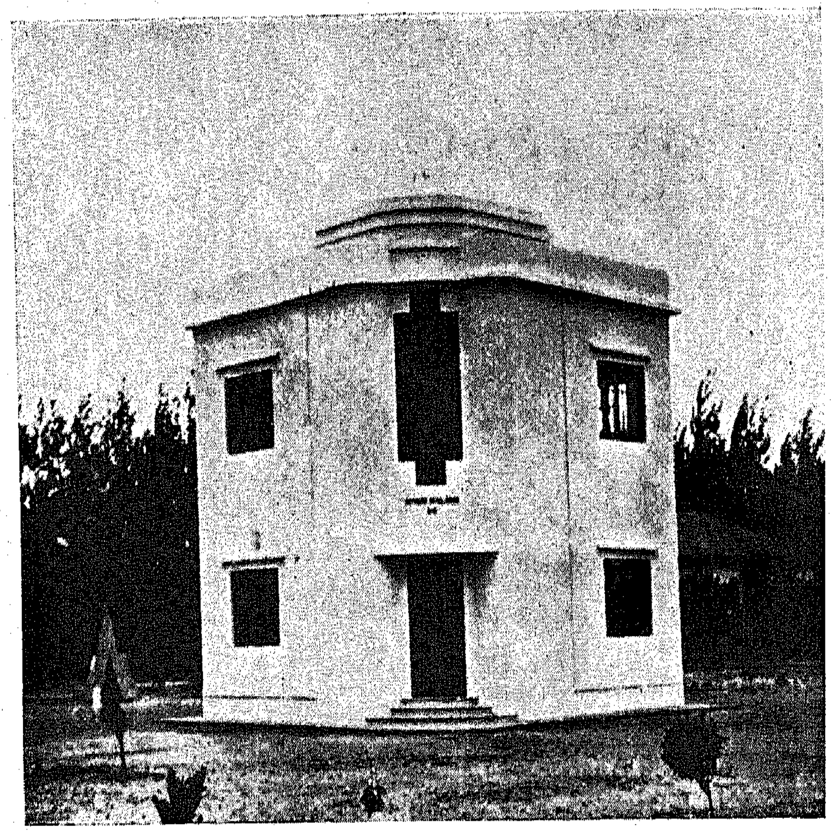
NOVAS INSTALAÇÕES DA ESTAÇÃO RÁDIO-NAVEGAÇÃO,
EM LOURENÇO MARQUES

♦ ♦ ♦

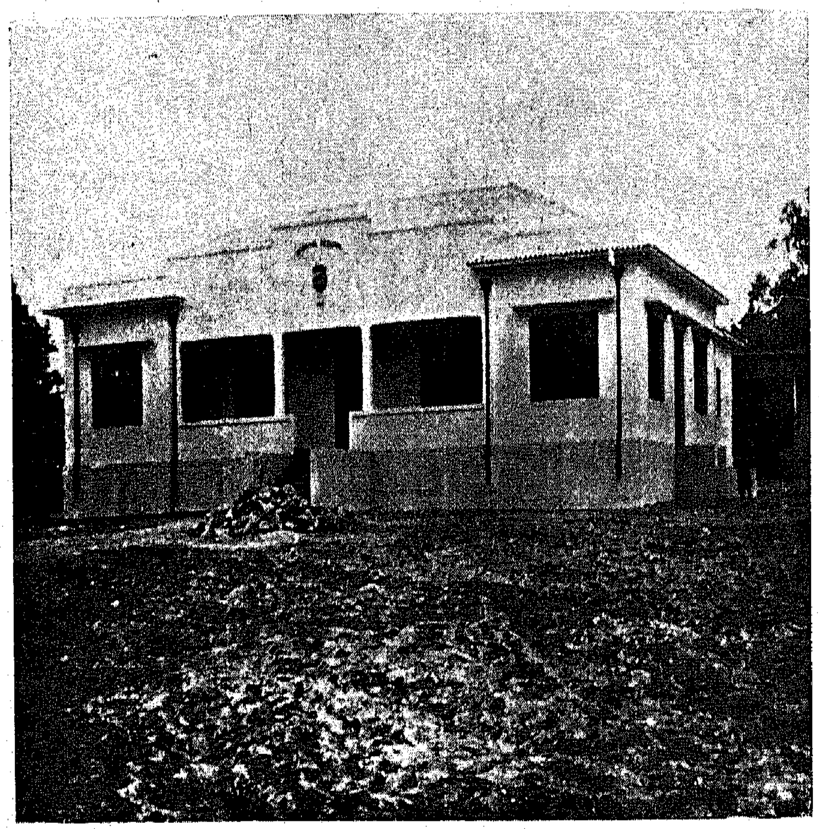
NOVO EDIFÍCIO DA ADMINISTRAÇÃO DO CONCELHO DE GAZA,
EM VILA DE JOÃO BELO



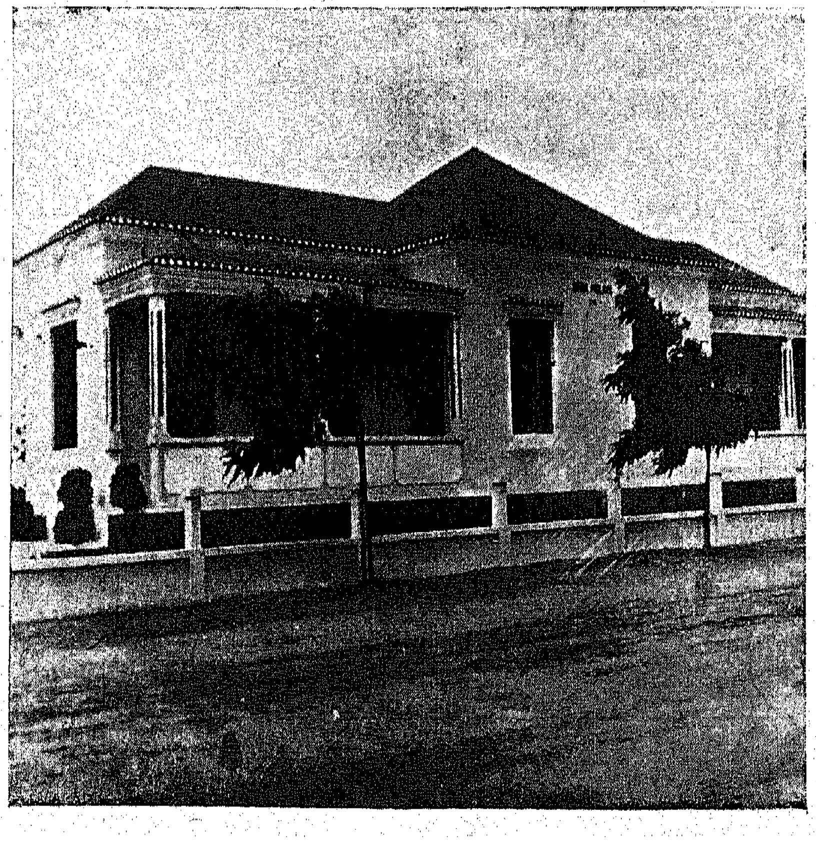
EDIFÍCIOS NOVOS



ESTAÇÃO AEROLÓGICA
DO
OBSERVATÓRIO METEOROLÓGICO
CAMPOS RODRIGUES,
EM LOURENÇO MARQUES



PAVILHÃO DA ADMINISTRAÇÃO NO HOSPITAL
DE MANJACAZE (MUCHOPES)



INSTALAÇÕES DA SECÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS
EM VILA DE JOÃO BELO (CONCELHO DE GAZA)

DIVERSAS INFORMAÇÕES

- Em portaria n.º 5:127, de 10 de Maio, foi aprovado um novo regulamento da Repartição Central dos Negócios Indígenas.
- Foi regulamentado, por portaria n.º 5:092, de 3 de Abril, o ensino técnico profissional com carácter particular.
- Nos exames na Escola Técnica dos Serviços de Saúde foram aprovados 74 concorrentes aos lugares de alunos-praticantes de enfermeiro indígenas, 20 aos lugares de alunas-praticantes de enfermeira indígenas e 30 aos de alunas-parteiras indígenas.

  O novo regulamento desta Escola, com o programa de ensino, foi aprovado por portaria n.º 5:120, de 8 de Maio.
- Por determinação ministerial, o farol do Cockburn, no pôrto de Lourenço Marques, passou a ter o nome de Farol dos Portugueses.
- Passou à categoria de 1.ª classe a estação telégrafo-postal de Nova Lusitânia, distrito da Beira.

  Foram estabelecidos os serviços de vales, embolsos, cobranças e encomendas postais nas estações de Milange. Os mesmos serviços foram restabelecidos nas estações de Nacala e Maganja da Costa.

  A estação de Macequece foi aberta ao serviço da Caixa Económica Postal.
- Foram concedidas licenças para instalação de fábricas de descaroçamento e prensagem de algodão na Benga, em Tete e na Chicoa.
- A Repartição Técnica de Agricultura publicou, pela Secção de Economia, a lista dos agricultores registados, não incluindo ainda os da Província de Manica e Sofala.

  A lista dá os seguintes números: no distrito de Lourenço Marques, 249; no distrito de Inhambane, 152; no distrito de Quelimane, 152; no distrito de Nampula, 169; no distrito de Pôrto Amélia, 66. A soma dêstes números é 788.

♦ No bairro do Alto Maé, cidade de Lourenço Marques, foi aberto um Dispensário de Consultas Pré-Natais. Destinado a orientar e tratar as mãis durante todo o período da gravidez e a contribuir para que a criança nasça sã e robusta, êste Dispensário vem completar a assistência do Dispensário de Puericultura que há tempos já funciona no mesmo bairro.

♦ Constituíu-se em Lourenço Marques uma companhia de seguros, sob a denominação «Nauticus», com capitais portugueses, para exploração, imediatamente, de seguros contra incêndio e marítimos, e, no futuro próximo, seguros de vida. O capital, que foi completamente subscrito logo após o anúncio da constituição da Companhia, é de 10:000 contos.

♦ Durante o trimestre foi autorizada a execução das seguintes obras e melhoramentos:

—Escolas: construção dum edifício destinado à Escola Primária D. Leonor de Sá Sepúlveda, em Lourenço Marques.

—Hospitais: pavilhão de isolamento para europeus, no Hospital Central Miguel Bombarda, Lourenço Marques; edifício para o Pôsto Sanitário do Gilé.

—Estradas: ponte sôbre a ribeira da Matalha ou Chambajojo, ao quilómetro 31 da estrada de 1.ª ordem, n.º 4, Movene-Ressano Garcia, por Moamba; pavimentação da mesma estrada, no trôço quilómetros 21,351-32,162, com rectificação do traçado e construção de obras de arte correntes.

—Edifício destinado à Delegação Aduaneira de Vila de João Belo.

—Edifícios para residência de funcionários: chefe do pôsto de Changalane, chefe do pôsto do Molumbo, funcionários dos Correios e Telégrafos no Tocolo, dois edifícios em Macequece, três em Vila Pery e dois em Pôrto Amélia; professor da escola de ensino primário elementar de António Enes; ampliação da residência do professor da escola de Massinga.

LIVROS E PUBLICAÇÕES

DEPÓSITO LEGAL DE PUBLICAÇÕES

OBRAS NOVAS DEPOSITADAS DURANTE O TRIMESTRE

EDIÇÕES DA IMPRENSA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE (LOURENÇO MARQUES)

Estatística do Comércio Externo e da Navegação de 1942.

Companhia Colonial do Búzi, por Fernando dos Santos Graça — Separata do n.º 32 de *Moçambique — Documentário trimestral* (Não entrou no mercado).

Regulamento da Contribuïção Comercial e Industrial — Aprovado pelo diploma legislativo n.º 121, de 5 de Janeiro de 1929 (separata em 3.ª edição).

Instruções a observar na emissão e fiscalização da taxa domiciliária — Aprovadas pela portaria n.º 4:881, de 31 de Outubro de 1942 (separata).

Estudo das instalações dos hospitais regionais de 2.ª e 3.ª classes — Volume I. Parte escrita — Colónia de Moçambique — Direcção dos Serviços de Obras Públicas.

Regimento do Conselho do Império Colonial Português — Decreto n.º 32:539, de 19 de Dezembro de 1942, publicado no *Boletim Oficial* n.º 10, 1.ª série, de 6 de Março de 1943 (separata) — República Portuguesa — Ministério das Colónias.

Estatística dos Serviços de Saúde — Ano de 1939 — Colónia de Moçambique — Repartição Técnica de Estatística.

Simulidæ and Ceratopogonidæ (Dipt. Nematocera), by Botha de Meillon, D. Sc., F. R. E. S., The South African Institute for Medical Research, Johannesburg — Estação Anti-Malárica de Lourenço Marques.

Legislação sôbre contribuïção predial — Colónia de Moçambique — I volume — Contribuïção predial urbana, sua legislação basilar e formulário.

Novas disposições sôbre legislação florestal e corte de madeiras e lenha — Aprovadas por diploma legislativo n.º 782, de 28 de Março de 1942 (separata em 2.ª edição).

Estatutos e regulamento do Grémio dos Produtores de Cereais do Distrito da Beira (separata).

Regulamento da cultura e comércio agrícola do tabaco (separata).

Sinopse das matérias publicadas no «Boletim Oficial» em 1942.

Constituïção Política e Acto Colonial (separata). — 2.ª edição.

Instruções sôbre operações de tesouraria (separata).

Relatório do Montepio de Moçambique referente a 1942.

OUTRAS EDIÇÕES

Estatutos da Companhia de Seguros «Nauticus» (S. A. R. L.) — Tipografia Minerva Central — Lourenço Marques.

Regulamento da escola de pilotagem — Aero Clube de Moçambique — Março de 1943 Papelaria e Tipografia Colonial — Lourenço Marques.

PUBLICAÇÕES QUE SUSPENDERAM

Diário (O) — Primeiro número saído em 1 de Março — Suspendeu em 14 de Maio.

CUSTO DA ASSINATURA ANUAL: 60$00

CUSTO DO NÚMERO AVULSO: 15$00

OS PEDIDOS DE ASSINATURA E QUAISQUER COMUNICAÇÕES RELATIVAS A «MOÇAMBIQUE» DEVEM SER DIRIGIDOS À REPARTIÇÃO TÉCNICA DE ESTATÍSTICA, C. P. 493 — LOURENÇO MARQUES

TODOS OS ARTIGOS E COMUNICAÇÕES SERÃO ASSINADOS. NÃO SÃO ADMITIDOS PSEUDÓNIMOS OU SIMPLES INICIAIS

«MOÇAMBIQUE» NÃO TOMA QUALQUER RESPONSABILIDADE SÔBRE OS MANUSCRITOS QUE LHE FOREM ENTREGUES

A TRANSCRIÇÃO DE QUALQUER ARTIGO, INFORMAÇÃO OU NOTÍCIA OBRIGA A MENCIONAR «MOÇAMBIQUE»

NÃO SÃO ATENDIDOS PEDIDOS DE PUBLICIDADE

MOÇAMBIQUE
DOCUMENTÁRIO TRIMESTRAL

ÊSTE VOLUME
É O N.º 34 — ANO IX.
FOI COMPOSTO E IMPRESSO NAS OFICINAS
DA IMPRENSA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE,
EM LOURENÇO MARQUES,
E INTEIRAMENTE EXECUTADO
NESTA COLÓNIA

LOURENÇO MARQUES, 30 DE JUNHO DE 1943

A DIRECÇÃO:
CAP. ANTÓNIO S. FIGUEIREDO
TEN. CARVALHO MONTEZ